



Departamento de História

A Guerra Fria no sul de África e respectivas consequências: Angola e
África do Sul, 1975-1994

Milton Alberto Sousa Rocha

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em **História, Defesa e Relações Internacionais**

Orientador:

Doutor Francisco Manuel Gouveia Pinto Proença Garcia,
Professor associado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2013

A Guerra Fria no sul de África e respectivas consequências: Angola e África do Sul, 1975-1994



Milton Rocha

Setembro de 2013

Agradecimentos

Aos meus pais, por todos os sacrifícios que fizeram por mim, para que eu pudesse chegar até este nível acadêmico, e na minha vida em geral;

Ao meu orientador TCor. Prof. Dr. Proença Garcia pelo grande auxílio prestado;

Ao Prof. Dr. Carlos Maurício pelo apoio e esclarecimento de (muitas) dúvidas;

A todos os professores que tive ao longo do meu percurso escolar, cujos ensinamentos sempre se revelaram bastante úteis, em particular na execução da presente dissertação.

Dedicatória

Aos que me inspiraram, e sobretudo a todos os povos que sofrem com os conflitos armados nos seus países, primeiras vítimas de lutas por vezes cegas pelo poder, em especial ao povo angolano e sul-africano por todas as tribulações passadas durante as conflitualidades bélicas que envolveram as suas nações durante dezenas de anos.

«Quando os ricos fazem a guerra, são sempre os pobres que morrem».

Jean-Paul Sartre.

RESUMO

A Guerra Fria distinguiu-se de outros embates bélicos por assumir um carácter global, pois embora as duas potências em confronto -EUA e URSS- nunca tenham chegado a colidir directamente, “espalharam” as suas *redes* sobre variadas regiões em conflito do mundo, de modo a alargar as suas esferas de influência por meio de apoio a governos e movimentos armados próximos à ideologia de cada um, tendo tal sido peremptório no sul do continente africano, sobretudo a partir de 1975, onde uma África do Sul governada por um sectário regime de segregação socioracial, envolvida numa luta pelos seus interesses em território extra-fronteiriço, apoiada dissimuladamente pelo bloco ocidental, colidia com uma Angola recém-independente do domínio colonial português e ela mesma mergulhada numa luta pelo poder entre o politicamente legitimado MPLA, auxiliado pelo mundo comunista (União Soviética, Cuba e outros) e a FNLA e a UNITA, suportadas por sul-africanos e referidos *aliados* ocidentais, culminando estes embates em épicos confrontos tanto no plano bélico como no diplomático, e tendo como desenlace, uma democratização efectiva no plano teórico, contudo de progressão bastante lenta a nível prático em Angola, que só alcançaria a paz efectiva no início do século XXI, e na África do Sul, esta última, sempre sacudida por violentos tumultos internos que marcaram inclusive o passo do andamento do conflito na esfera internacional, culminando na libertação do histórico líder Nelson Mandela em 1990 e na vitória presidencial deste nas primeiras eleições livres do país quatro anos depois, fechando uma intensa e conturbada etapa da notável história político-militar austral africana .

Palavras-chave: Guerra Fria, EUA, URSS, Angola, África do Sul, MPLA, UNITA, FNLA, SWAPO, ANC, colonialismo, imperialismo, interesses ideológicos/materiais, democracia.

ABSTRACT

The Cold War distinguished itself from other warring clashes by taking a global character, because although the two powers in confrontation -USA and USSR- have never gotten to collide directly, they “spread” their nets over various regions in conflict of the world, in order to extend their spheres of influence through support to governments and armed movements near to each other’s ideology, having such been so adamant in southern Africa, especially from 1975, where a South Africa ruled by a sectarian regime of social and racial segregation, involved in a fight for its interests in extra-border territory, supported covertly by the western bloc, collided with a newly independent from portuguese colonial rule Angola and herself immersed in a power struggle between the politically legitimized MPLA, aided by the communist world (Soviet Union , Cuba and others) and the FNLA and UNITA, supported by south africans and so referred western *allies*, culminating these clashes in epic confrontations at military and diplomatic levels, and having as outcome an effective democratization in theory, however of slowly progression, at a practical level in Angola, that would only achieve efective peace in the early 21st century, and South Africa, the latter, always shaken by violent internal turmoils that marked the rhythm of the conflict in the international sphere, culminating in the release of the historic leader Nelson Mandela in 1990 and on his presidential victory on the country’s first free elections four years later, closing an intense and troubled stage of the remarkable political and military history of Southern Africa.

Keywords: Cold War, USA, USSR, Angola, South Africa, MPLA, UNITA, FNLA, SWAPO, ANC, colonialism, imperialism, ideological/material interests, democracy.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ANEXOS	11
Questões de Partida	15
Objectivos	16
Conceitos Orientadores	17
Metodologia Utilizada	18
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO I

ANÁLISE DA GUERRA FRIA NO CONTINENTE AFRICANO

1.1 Conceptualização sucinta das intervenções protagonizadas pelos blocos e seus simpatizantes ideológicos	21
1.1.2 Resposta americana	22
1.1.3 O Exercício Alcora e a intervenção dos blocos nos PALOP's	24
1.1.4 Corno de África	26
1.2 O conflito namibiano e sua importância no desenrolar dos confrontos e apoios extra-territoriais em Angola e na África do Sul	27
1.2.2 Aumento da intensidade dos confrontos na senda das preocupações internacionais	28
1.2.3 Negociações para uma transição independentista pacífica	29

1.3 Considerações	29
CAPÍTULO II	
ANGOLA	
2.1 Independência e turbulência pós colonial na mira dos blocos em oposição	31
2.1.2 Prelúdio da acção das forças estrangeiras	35
2.2 Intervenção externa na guerra fratricida	37
2.2.2 Efectivação da operação militar cubana, auxílio soviético e principais combates	42
2.2.3 Rescaldo	47
2.2.4 Análise do papel das potências nas incursões militares	48
2.2.5 A Era Carter e a <i>Estratégia Total</i> sul-africana	49
2.3 Repercussões do Compromisso Construtivo de Reagan, sua doutrina, consequente nova escalada do envolvimento soviético-cubano no palco angolano e papel da nova abordagem política de Mikhail Gorbachev	54
2.3.2 Nova ronda de confrontos no terreno na base de um entendimento frágil	58
2.3.3 Doutrina Reagan no processo da abolição da Emenda Clark e reacção da URSS e Cuba no terreno	59
2.3.4 Ofensivas governamentais em combinação com esforços diplomáticos	62
2.3.5 Cuíto Cuanavale: A Estalinegrado angolana	65
2.4 Negociações nos bastidores por entre últimas confrontações, influências do prelúdio da administração Bush e da intensificação da <i>Perestroika</i> no estabelecimento de um acordo final	68
2.4.2 Nova faceta da intervenção exterior e tentativas de resolução do conflito interno	71
2.4.3 Os Acordos de Bicesse	72
2.4.4 O acto eleitoral, o regresso à guerra civil e a nova atitude de Bill Clinton em relação ao conflito angolano	74

2.4.5 Epílogo	75
CAPÍTULO III	
ÁFRICA DO SUL	
3.1 O Apartheid no país e o papel inicial das potências na resistência negra	77
3.1.2 Auxílio soviético no começo da luta armada	78
3.1.3 Influência da chamada queda <i>imperial</i> portuguesa	80
3.1.4 Reacção posterior dos EUA	81
3.2 Atitude sul-africana em relação às variadas tensões e início de mudanças	83
3.2.2 As reformas estratégicas de Botha e intensificar de pressões internas e externas	85
3.2.3 Evidenciar do fosso entre Pretória e o Ocidente	87
3.2.4 O ANC e as Superpotências	89
3.2.5 Constatação “não oficial” da inevitabilidade da queda do apartheid	90
3.2.6 Mudanças pontuais determinantes no plano doméstico e internacional	92
3.3 Negociações iniciais e factores relacionados	94
3.3.2 Desacordos intrapartidários e referendo	96
3.3.3 Debate sobre ideologia económica e social a seguir por entre esforços de De Klerk e Mandela	97
3.4 Eleições no desfecho da querela combativa no país	99
3.4.2 Estabelecimento da Nação Arco-Íris e questões reminiscetes	101
CONCLUSÃO	102
BIBLIOGRAFIA	106
Fontes Literárias	106
Fontes <i>Web</i>	108

ANEXOS	113
CURRICULUM VITAE	189

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 Mapa político do continente africano de meados do sec. XX (Cap.I)	114
Anexo 2 Mapa da Namíbia (Cap. I)	115
Anexo 3 Mapa da divisão do mundo durante a guerra fria (Cap. I)	116
Anexo 4 Embarque de soldados belgas e mercenários para o congo (apoiados pelos EUA e ocidente) (Cap. I)	117
Anexo 5 Mapa do sul de África (Cap. II)	118
Anexo 6 Mapa nacional de Angola (Cap.II)	119
Anexo 7 Mapa étnico de Angola (Cap. II)	120
Anexo 8 Esquema da Batalha de Quifangondo (Cap. II)	121
Anexo 9 Esquema da evolução do conflito angolano de 1976 a 1984 (Cap. II)	122
Anexo 10 Esquema da ofensiva das FAPLA em 1987 (Cap. II)	123
Anexo 11 Esquema dos últimos três ataques sul-africanos no Cuíto Cuanavale (Cap. II)	124
Anexo 12 Mapa do conflito aquando de Junho de 1988 (Cap. II)	125

Anexo 13 Acta de reunião do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, datada de Junho de 1975, na qual estão presentes entre outros o próprio Presidente Gerald Ford e o Sec. de Estado Henry Kissinger onde é discutido o conflito angolano e apoio às facções anti-MPLA (Cap. II)	126
Anexo 14 Relatório de Agosto de 1975 de Díaz Arguelles endereçado a Raúl Castro onde são descritos encontros entre responsáveis cubanos e o presidente angolano Agostinho Neto sobre formas de auxílio (Cap. II)	134
Anexo 15 Reportório de encontro entre o embaixador soviético em Cuba e Raúl Castro no qual se trata da questão do transporte das tropas cubanas para Angola (Cap. II)	137
Anexo 16 Resolução 435 (Cap. II)	139
Anexo 17 Esquema do calendário da retirada das forças sul-africanas e cubanas de Angola (Cap. II)	140
Anexo 18 Discurso de Agostinho Neto na proclamação da independência de Angola (Cap. II)	141
Anexo 19 Foto de Fidel Castro com Agostinho Neto e representantes político-militares cubanos (Cap. II)	148
Anexo 20 Soldados cubanos em Angola em 1975 (Cap. II)	148
Anexo 21 Soldados cubanos em Angola nos anos de 1980 (Cap. II)	149
Anexo 22 Veículo lança-mísseis russo BM21 (Cap. II)	149

Anexo 23 Míssil terra-ar de fabrico soviético (Cap. II)	150
Anexo 24 Aeronave de combate MiG de origem soviética estacionado em Angola (Cap. II)	150
Anexo 25 Batalhão sul-africano Buffalo (Cap. II)	151
Anexo 26 Mapa da África do Sul durante as guerras boéres (Cap. III)	152
Anexo 27 Mapa da <i>União Sul-Africana</i> até 1994 (Cap. III)	153
Anexo 28 Declaração do Partido Nacional sul-africano (Cap. III)	154
Anexo 29 Manifesto do Umkhonto we Sizwe (Cap. III)	156
Anexo 30 Discurso do Presidente P. W. Botha na abertura do Congresso do Partido Nacional em Durban a 15 de Agosto de 1985 (Cap. III)	158
Anexo 31 Discurso do Presidente F. W. De Klerk na abertura da sessão parlamentar a 2 de Fevereiro de 1990 (Cap. III)	167
Anexo 32 Declaração de Nelson Mandela na sua tomada de posse como presidente da República Democrática da África do Sul em Pretória a 10 de Maio de 1994 (Cap. III)	176
Anexo 33 Excerto da Constituição da África do Sul pós-apartheid (Cap. III)	178

Anexo 34 Massacre de Sharpeville (Cap. III)	185
Anexo 35 Unidade do Umkhonto we Sizwe (Cap. III)	186
Anexo 36 Motins do Soweto (Cap. III)	186
Anexo 37 Libertação de Nelson Mandela (Cap. III)	187
Anexo 38 Negociações no âmbito do Codesa (Cap. III)	187
Anexo 39 Tomada de posse de Mandela como Presidente (Cap. III)	188

Questões de Partida

Como era o panorama pós domínio português na referida região?

Que factos antecederam e resultaram no envolvimento de nações estrangeiras nos conflitos internos daqueles países?

Quais foram as principais motivações que estiveram por detrás do envolvimento das potências na zona meridional africana?

Que ilações tirar destes embates no âmbito do confronto entre a ideologia capitalista e marxista em África?

Objectivos

Fazer compreender a guerra fria, enquanto conflito global, particularmente em África;

Tentar especificar de que modo este *combate* entre as duas potências (EUA e ocidente vs União Soviética e aliados próximos) se fez sentir no sul do continente africano em especial em Angola, e na África do Sul;

Relatar os acontecimentos relevantes desta demanda de poderes no seio da África Austral;

Especificar os apoios logísticos e bélicos proporcionados pelos blocos ocidental e de leste aos governos e/ou movimentos em conflito na região;

Demonstrar a influência das reacções gerais às intervenções externas no contexto referenciado;

Especificar o contributo do confronto etno-racial para o despique meridional no dito continente;

Entender a importância da comunidade internacional, em particular da ONU, nos confrontos;

Concluir o papel destas confrontações bélicas no processo de democratização do sul do continente africano.

Plano Orientador

Explicitar criteriosamente os dados históricos contextuais relativamente ao conflito entre as potências na região meridional africana, tendo em conta as questões relacionadas com a oposição de interesses apresentados.

Metodologia Utilizada

Pesquisa documental/jornalística, recolha de bibliografia, investigação.

INTRODUÇÃO

A guerra fria, no seu expoente máximo enquanto conflito global entre as superpotências (EUA¹ e URSS²) e respectivas ideologias pelo controlo socio-político-militar mundial, como que “dividiu” o mapa geopolítico planetário em duas esferas polarizadas de acordo com a *filiação* com o seu bloco e completamente antagonizadas, podendo esta oposição ser resumida num básico mundo ocidental VS bloco de leste.

Nos seus cerca de 45 anos de duração, este confronto deteve essencialmente uma faceta abrangente personificada no degladiamento soviético-americano, e indirectamente, entre as respectivas alianças político-militares: Pacto de Varsóvia e NATO no cenário internacional, degladiamento este que atingiu fases intensas muito preocupantes - iminência de guerra nuclear e outras. Contudo, mesmo não atingindo a fase atómica e directa, esta guerra, por isso, denominada fria, envolveu os dois oponentes numa disputa em vários teatros mundiais por meio de auxílio a governos e/ou guerrilhas afectas à ideologia respectiva, tendo sido a zona austral africana onde tal se verificou com exemplar veemência a partir de 1975, com consequências sentidas em meados dos anos de 1990, sendo este facto o objecto de análise desta dissertação.

Todo o continente africano, viveu no período referido, uma turbulenta realidade marcada pela violência, tanto ligada à questão colonial como à querela relacionada com o poder e o domínio dos territórios tendo em conta a riqueza de muitas destas nações em valiosos minérios e no indispensável petróleo, e com base nesta situação explosiva, o apoio das duas potências mundiais não demorou a efectivar-se tanto por iniciativa própria como a pedido dos contendores, constituindo uma oportunidade para aquelas alargarem a sua esfera de influência ao continente negro, e o sul da região foi, neste espaço temporal, o campo de batalha por excelência entre os adversários por mão das personagens estatais e não estatais daquele território. Neste âmbito, Angola, África do Sul (e em escala própria a Namíbia³), foram palcos fulcrais na demanda diplomático-bélica protagonizada pelos blocos, governos e movimentos armados em oposição, incidindo sobre estes factores o estudo por mim apresentado, estudo este dividido por três capítulos, correspondendo o primeiro a uma análise

¹ Estados Unidos da América.

² União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

³ Ver cap. I, alínea 1.2.

residual do combate político-ideológico-militar entre as potências em África na sua generalidade ao longo dos anos de modo a efectuar um prelúdio aos temas objectivos da tese. No segundo capítulo examinarei criteriosamente a intervenção daqueles mesmos distintos poderes externos em Angola, comprovando que foi neste palco africano que o conflito assumiu proporções de maior magnitude e intensidade, a partir da queda do domínio colonial português, seguindo-se na terceira e última parte/capítulo a dissecação do confronto na África do Sul onde procurarei examinar as complexas ramificações e implicações dos embates em simultâneo com as variadas pressões que levaram à extinção do apartheid, consequência maior da guerra fria naquele país.

CAPÍTULO I

ANÁLISE DA GUERRA FRIA NO CONTINENTE AFRICANO

1.1 Conceptualização sucinta das intervenções protagonizadas pelos blocos e seus simpatizantes ideológicos

Analisando o desenrolar do confronto simultaneamente aberto e dissimulado -característica de marca do mesmo- entre os EUA e seus aliados e o bloco comunista, representado pela URSS, Cuba e China, tornam-se imperiosas referências à colonização/domínio das potências industriais ocidentais sobre a maioria das nações africanas que perdurou por vezes durante séculos e às consequentes lutas de movimentos independentistas autóctones contra esta subjugação por parte do poder colonial branco, que se iniciaram pouco tempo depois da 2ª guerra mundial, logo a partir dos anos de 1950⁴, sendo nesta disputa que se perfilarão as intervenções dos *gigantes* no âmbito ideológico do conflito leste-oeste, precipitadas pelas intervenções cubanas, Cuba que até à data apontada, não mais era do que um actor secundário na demanda do conflito global entre as potências, a partir desse momento adquire o papel de cavalo de batalha socialista do terceiro mundo, -tendo em conta a estreita aliança entre o seu regime liderado por Fidel Castro, que havia derrubado o ditador pró americano Fulgêncio Batista encetando em seguida medidas internas de cariz popular anti-capitalista e sobretudo anti-ocidental, e o regime soviético- desempenhando um papel fulcral na questão do embate EUA vs URSS no continente negro, fazendo juz à missão por si mesma imposta de não só consolidar a ideologia marxista-leninista como de internacionalizá-la⁵ por meio da luta dos dominados contra os dominadores, recorrendo para isso a todos os meios necessários e onde geograficamente fosse urgente, e os tumultos anticoloniais vividos em África, constituíram uma oportunidade de ouro para os desejos transnacionais cubanos (e soviéticos inclusive, apresentando-se a certo ponto indissociáveis). Desde a Argélia onde auxiliou fortemente os rebeldes islâmicos da Frente de Libertação Nacional (FLN) contra o poderio francês em inícios dos anos de 1960 até à Etiópia, Zaire, Guiné e outras nações específicas, aquele país

⁴ Ver <http://www.unificado.com.br/novo/didatico/Descolonizacao.pdf>.

⁵ A doutrina do internacionalismo cubano/marxista teria como base a necessidade de levar a luta de classes a todos os povos do mundo e unindo-os em prol do benefício comum, preconizando a vitória proletária, neste contexto, dos colonizados contra os colonizadores, uma espécie de dever moral ideológico.

caribenho desencadeou um notável exercício socio-político-militar no espaço territorial africano, servindo os desígnios e interesses da União Soviética, como já explicitado, seu principal aliado e fornecedor de equipamento variado, bélico principalmente, que através do apoio moral, político e técnico-combativo aos movimentos de libertação, formava com Cuba uma equipa campeã heroína dos colonizados e oprimidos, onde estando o capitalismo, o imperialismo e o colonialismo interligados como monstro multifacetado a abater segundo a sua semelhante matriz política comunista e apregoada já pelo próprio Lénine⁶, a simpatia e o apoio incondicional das suas acções por parte dos explorados representava uma tendência de mudança civilizacional mundial poder-se-á dizer, observando os colonizados, aquela dita equipa, como aliado único e supremo contra o domínio opressor dos países europeus ocidentais.

A China juntar-se-ia a este “clube”, auxiliando guerrilhas insurrectas como a UNITA em Angola, durante o confronto com as forças portuguesas, a ZANU PF (organização militante liderada por Robert Mugabe) na guerra civil da Rodésia em que esta, juntamente com a ZAPU, movimento igualmente militante apoiado pela URSS e Cuba, derrotariam o governo próximo do apartheid sul-africano liderado por Ian Smith, instituindo a República do Zimbabwe e outros membros individuais e colectivos libertários africanos, algo que causaria desacordos com a União Soviética, inflamados já pela ruptura sino soviética⁷, visíveis no caso do ANC na África do Sul, situação explicada mais adiante.

1.1.2 Resposta americana

No meio desta flagrante incursão comunista em África, soariam os alarmes em Washington, que havia ignorado os avisos dos seus serviços de inteligência acerca das manobras cubanas na região e sucessivas viagens de líderes africanos independentistas à Europa de Leste e à ilha governada por Fidel Castro, tendo sido apanhada de surpresa por esta *vaga vermelha* africana, e assim sendo os americanos não se fariam rogados: logo em 1964 o governo norte-americano, com a mão da CIA, lança-se numa investida no Zaire ao tentar por todos os meios esmagar uma revolta cujos intervenientes são rebeldes Simba que se insurgem violentamente contra as forças armadas nacionais, acusadas de brutalidade indiscriminada sobre a população,

⁶ Ver Milhazes, José “Angola, o princípio do fim da União Soviética”.

⁷ Deteriorar de relações entre os dois regimes que teve início com a liderança de Mao Tsé-Tung, agravando-se nos anos de 1970, devido a questões relacionadas com a ideologia e poder: O maioísmo dava primazia à mão de obra camponesa em oposição à ortodoxia soviética em relação ao proletariado urbano. De referir inclusive que a URSS via com preocupação a ascensão de outra potência comunista que rivalizasse com a sua hegemonia.

mas sobretudo contra o regime pró-ocidental de Joseph Kasabuvu, que em 1960 havia derrubado o governo do esquerdista Patrice Lumumba, com o auxílio do seu grande aliado apoiado também pela CIA, Joseph Mobutu, tendo Lumumba sido sequestrado e assassinado pouco depois na província de Catanga, no sul do país, província esta, na altura secessionista, facto incentivado pelo governo belga, devido ao facto dos seus valiosos recursos minerais serem explorados por empresas belgas e protegida por forças belgas, - o Zaire foi até 1960 uma colónia pertencente à Bélgica- e governada por Moise Tshombé, inimigo visceral de Lumumba. Após estes acontecimentos sangrentos, durante os quais a ONU lança uma série de incursões e resoluções favoráveis à soberania do território e à legitimidade de Lumumba, que todavia não impediriam contudo o seu afastamento, Catanga voltava a fazer parte do território zairense, unificado e dirigido de forma amigável de acordo com o ocidente, em especial os EUA, contudo, a corrupção e brutalidade sumariamente relatada do governo de Kasabuvu leva ao ponto de ruptura: a rebelião que ameaça a liderança, alastra por todo o país, tendo no seu cerne lumumbistas auxiliados tácitamente pela China e União Soviética com uma vaga noção do marxismo, mas detentores de um grande apoio da população, que vê nos rebeldes uma opção milagrosa face às violações dos direitos humanos cometidos pelos soldados do exército nacional, que muitas vezes neste panorama se recusam a combater, ou simplesmente fogem dos rebeldes Simba, o que comprova a desorganização e falta de motivação daquelas forças. Em desespero, Kasabuvu, investe Tshombé como novo primeiro-ministro, que requer apoio externo, e com urgência os Estados Unidos incentivam a Bélgica a enviar forças armadas, mas esta recusa e vendo que o desastre está próximo, devido ao receio de uma tomada do poder no país por parte de ideólogos comunistas, isto em ano de eleições presidenciais americanas e perante a igual recusa de outros países europeus e ocidentais e da África do Sul a envolverem-se militarmente, só se antevê uma solução: o uso de mercenários, cabendo o seu financiamento, armamento e transporte aos estados americano e belga, mercenários estes oriundos, na sua maioria, da Rodésia e da África do Sul, havendo também integrantes franceses, ingleses e inclusive belgas que teriam nos serviços secretos americanos, o seu apoio logístico e principal orientador no território, destacando-se o comandante irlandês Mike Hoare⁸ que lideraria um dos batalhões de combatentes estrangeiros, que acabam por pôr fim à insurreição dos Simba, não obstante sumárias acusações de crimes de guerra perpetrados pelos mesmos mercenários extra-regionais -que culminam no afastamento de

⁸ Tendo sido oficial do exército britânico durante a 2ª guerra mundial, Hoare emigrou para a África do Sul após o conflito, onde se tornou mercenário, actuando em vários países africanos.

Tshombé- ações estas que levarão a cerradas críticas não só em África como no mundo ocidental, em especial nos Estados Unidos, por parte dos movimentos dos direitos civis que lutavam pela integração racial naquele país.⁹

A crise no Zaire assumiu-se portanto, como das primeiras rondas de confrontos no qual o envolvimento das principais potências ocidentais e comunistas mundiais no âmbito da guerra fria em solo africano contribuiu e muito para o seu desfecho e episódios subsequentes no território, como a viagem de Che Guevara àquele país, inserida na sua célebre odisseia por terras africanas, onde o mesmo revolucionário, acompanhado por guerrilheiros cubanos, tentariam levar a cabo em conjunto com rebeldes e o líder Laurent Kabila, uma guerra de guerrilha contra o governo pró-ocidental e mercenários, tentativa que se revelaria desastrosa com dezenas de *compañeros*¹⁰ cubanos mortos em combate e posterior retirada.

1.1.3 O Exercício Alcora e a intervenção dos blocos nos PALOP's

Moçambique apresentou-se como outro dos palcos da ingerência externa americana e comunista internacional, onde a tomada de posse do movimento marxista FRELIMO, em 1975 após luta armada contra o colonialismo português naquele país, marcou da mesma forma o início do combate a este por dissidentes que fundariam, incentivados pela Rodésia de Ian Smith, a Resistência Nacional Moçambicana, (RENAMO), de inspiração *contra-revolucionária*, liderada inicialmente por André Matsangaissa, um dissidente da FRELIMO, e após a morte deste em 1979, por Afonso Dhlakama, apoiada em larga escala não só pelo regime de Smith, como pela África do Sul apartheidesca, em grande escala depois da queda do regime rodesiano, cujo governo, após a independência moçambicana, entra em absoluto pânico ao ver-se rodeado de regimes políticos hostis, tendo, preludialmente, tentado uma aliança com a Rodésia e Portugal de maneira a combinar esforços humanos e materiais com aqueles países por forma a fazer frente de modo mais veemente aos insurgentes regionais, aproveitando a compreensão por parte dos responsáveis políticos e militares portugueses que uma vitória bélica por meios próprios em Angola e Moçambique se adivinhava muito improvável, sendo necessária uma *convergência militar branca* em África de maneira a travar o avanço do comunismo por meio dos nacionalistas negros, servindo assim um interesse comum, já posto em prática anos antes, tendo forças sul-africanas auxiliado o exército português em ocasiões anteriores. Em 1970 este acordo -muitíssimo discreto por forma a não

⁹ Gleijeses, Piero “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976”, cap. 3, pp 58 -74.

¹⁰ Assim designados internamente os soldados cubanos.

causar embaraço internacional- tenta ser formalizado de maneira a entrar em vigor num curto espaço de tempo, sendo cognominado Alcora, dirigido por Pretória que organizaria homens e meios dos três países contra «movimentos terroristas» no sul de África. Estes planos seriam todavia cancelados com a revolução de 1974 em Portugal, sendo porém um prenúncio do envolvimento da África do Sul nos conflitos que abalariam a região futuramente como se verificará, nomeadamente em Angola¹¹ e pontualmente no recém-formado Zimbabué (antiga Rodésia), países estes que podem e irão fornecer todo o auxílio possível ao ANC, partido político democrático pró africanista sul-africano, entretanto ilegalizado¹²- que efectuará várias incursões armadas em território moçambicano, com o objectivo de eliminar fisicamente o maior número possível de militantes do ANC estacionados em campos de treino situados em Moçambique, incursões essas com o claro aval dos EUA na sua demanda de neutralizar os bastiões comunistas a nível mundial, e de forma mais veemente com a ascensão de Ronald Reagan, em 1981 e Chester Crocker, seu Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos¹³, cujas acções marcariam caracteristicamente o processo conflituoso leste-oeste na região da África austral durante os anos de 1980. Com este panorama claramente favorável, as acções de guerrilha da RENAMO contra o governo moçambicano se alargariam pelas zonas rurais, intensificando-se por pontos chave do país¹⁴, facto que leva o presidente e líder da FRELIMO, Samora Machel a assinar o acordo de Nkomati em 1984, um pacto de não agressão com a África do Sul, que prevê a suspensão de auxílio sul-africano à RENAMO em troca da expulsão de quadros do ANC de Moçambique e cessação total de apoio ao mesmo por parte do governo moçambicano, acordo este que para além da imensa máquina de pressão diplomática por detrás do exército de guerrilha de Dhlakama, foi também influenciado pela difícil conjuntura económica vivida por Moçambique, não obstante as remessas de várias ordens oriundas da União Soviética, via-se dependente financeiramente da África do Sul e dos EUA a certo nível, ponto que comprova a grande importância da questão económica na guerra fria em África no seu todo, a par do item bélico.

¹¹ Mais detalhes no capítulo I da presente dissertação.

¹² Maior especificação no capítulo III da presente dissertação.

¹³ Ver cap. II, alínea 2.3.

¹⁴ Ver Hanlon, Joseph “Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in Southern Africa” e Idem “Mozambique: Who Calls the Shots?”.

O PAIGC¹⁵, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, durante o confronto anti-colonial contra Portugal na Guiné Bissau, beneficiou de igual modo, de auxílio significativo por parte do bloco de leste, mas sobretudo de Cuba, que a par de muitos serviços secretos ocidentais, havia reconhecido que aquele era dos movimentos guerrilheiros com mais sucesso em todo o continente, controlando cerca de um terço do território guineense por volta de 1965, tendo Amílcar Cabral estabelecido contacto com Cuba através de certas embaixadas suas, entre as quais as do Gana e Argélia, situando-se os quartéis-generais do PAIGC em Conacri, encontrando-se Cabral com Che Guevara, durante a já referida viagem deste a África, em Janeiro de 1965, ultimando-se aqui os pormenores para um auxílio inicial com início em Maio do mesmo ano que incluiria armas, alimentos e material médico. A viagem do líder africano a Cuba em 1966, concederia ao seu movimento instrutores militares e de cariz diverso, para as frentes de combate e médicos, - muito requisitados a nível interno - para as áreas já controladas pelo movimento, que seriam disponibilizados de bom grado por Fidel Castro, tal como mecânicos, fardas militares e sobretudo, claro, armas e munições, encomendas estas que teriam como destino a Guiné-Conacri, sendo depois contrabandeadas para a Guiné *portuguesa*, graças à simpatia nutrida pelo presidente daquele país francófono, Sekou Touré pela causa guerrilheira de Cabral, estabelecendo-se neste sentido um triângulo de aliança/cooperação próxima entre Touré, Cabral e Fidel.

1.1.4 Corno de África

A guerra civil etíope com início em 1974, foi outro dos palcos onde o despique ideológico leste-oeste e sua influência, onde o movimento Derg que havia derrubado o Imperador Haile Selassie, conta com o suporte cubano, soviético e leste-alemão, durante os conflitos com diversas guerrilhas internas e ao longo da invasão da Somália em 1977, que ambicionava anexar certas regiões da Etiópia, saindo os somalis derrotados, graças à assistência massiça disponibilizada pelos países referidos.

¹⁵ Movimento libertário armado fundado em 1956 por Amílcar Cabral e seu irmão Luís, que se dedicou à luta anti-colonialista na Guiné e em Cabo Verde, tendo-se tornado em partido político aquando da independência de ambos, tendo a falange cabo-verdiana formado o PAICV, Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, depois de atritos com os responsáveis guineenses devido à morte de Cabral.

1.2 O conflito namibiano e sua importância no desenrolar dos confrontos e apoios extra-territoriais em Angola e na África do Sul

A Namíbia foi outro dos palcos africanos cuja história durante o sec. XX foi “moldada” pelo confronto entre os EUA, a URSS e seus aliados no âmbito da guerra fria, assumindo-se de importância fulcral nos anos finais do conflito e servindo como joguete/incentivo a um entendimento e consequente resolução dos despiques bélicos que envolveram Angola e a África do Sul, explicitados nos capítulos seguintes, pois atente-se no sucinto resumo da vida internacional do país:

Tendo sido a única colônia alemã no sul de África desde a chegada destes durante o final da década de 1880, não obstante agravadas tensões com os habitantes locais¹⁶, os germânicos permaneceriam no território até 1920, ano em que após a sua derrota na 1ª guerra mundial, todas as suas possessões extra-territoriais foram repartidas pelos vencedores aliados, tendo a administração da Namíbia sido conferida à África do Sul.

Após a 2ª grande guerra e a formação da Organização das Nações Unidas (ONU), o estatuto político namibiano voltaria a mudar no meio de agudos protestos por parte dos sul-africanos que requeriam a incorporação daquele país ao seu palco territorial, algo negado pela Assembleia Geral da ONU em 1946, que no entanto observaria de forma aparentemente impotente e sob cerrada contestação internacional, o claro desobedecimento das ordens diplomáticas externas por parte da África do Sul, levando esta a cabo medidas indicadoras de anexação como a instituição de leis raciais e de separação étnica -depois da ascensão ao poder em Pretória do Partido Nacional, abertamente discriminatório, em 1948- com influências em toda a área económica, social e profissional, à semelhança do que acontecia em espaço doméstico, e sobretudo ocupação militar, até que na década de 1950 começaram-se a assistir no terreno às primeiras movimentações de carácter nacionalista africano, pesem embora as diferenças derivadas da etnia¹⁷, contra a presença sul-africana protagonizadas por líderes negros autóctones juntamente com actos de resistência por parte da população contra a liderança colonial sul-africana, surgindo neste contexto a SWAPO do inglês SouthWest

¹⁶ Tensões que teriam como consequência guerras efectivas entre colonos alemães e os naturais.

¹⁷ A existência de várias etnias no país, dificultava por vezes a concepção de uma consciência verdadeiramente nacional de modo a fazer frente de forma unida à ocupação sul-africana. O chauvinismo étnico funcionava assim como outro dos entraves ao desejo de independência.

Africa People's Organization¹⁸, uma plataforma política cuja principal motivação e propósito era o fim incondicional da ocupação sul-africana da Namíbia¹⁹, sendo o partido fundado no exílio depois de intensa repressão e perseguição levada a cabo por Pretória a insurgentes, através de reclusão, restrição e até assassinatos, aquando de motins, e Samuel Nujoma, até então líder sindical exilado, eleito presidente, decide, em conjunto com os restantes líderes em inícios de 1960, iniciar uma luta armada contra os sul-africanos, efectuando para isso todas as diligências possíveis para tal, e em 1966 começa o confronto bélico por meio de incursões das forças da África do Sul ao norte da Namíbia, onde se situavam bases encobertas da SWAPO, isto depois firmados os primeiros contacto entre aquela organização de resistência namibiana e a União Soviética em busca de auxílio à semelhança do ocorrido em outros pontos do continente africano em que movimentos de libertação recorriam ao gigante comunista na sua odisseia de combate contra as chamadas potências imperialistas.

1.2.1 Aumento da intensidade dos confrontos na senda das preocupações internacionais

Os referidos primeiros contactos revelaram-se algo conturbados devido a dúvidas e incertezas por parte de Moscovo em relação ao panorama e agenda da SWAPO e sobre qual iniciativa apoiar²⁰, decidindo-se, após encontros sob os auspícios de organizações pró-africanas detentoras de boas relações com a URSS, entre integrantes da SWAPO e elementos soviéticos a auxiliar o movimento de Nujoma por meio de mantimentos vários e sobretudo armas que seriam enviadas para países como a Zâmbia a Tanzânia e o Botswana²¹, nações estas de grande concentração de refugiados namibianos resultante do assédio violento do exército sul-africano à população natural em captura de elementos da plataforma insurgente que tempo depois cria o PLAN, originalmente People's Liberation Army of Namibia, a sua força armada, que desempenharia um papel fulcral nas décadas seguintes ao envolver-se em combate massiva e constantemente com o exército sul-africano em larga escala sempre com o apoio

¹⁸ A Namíbia era conhecida durante o tempo colonial como SouthWest Africa (trad. África do Sudoeste).

¹⁹ Apesar de ter sido criada com o objectivo de favorecer a população de etnia Ovambo do país (maioritária)-tendo se chamado inicialmente Ovamboland People's Organization (Organização do Povo de Ovambo)-situada no norte do país e aí ter a sua base, o partido mostra o desejo de querer representar todos os nambianos independentemente da sua etnia.

²⁰ A par da SWAPO, surgem outros grupos *anti-África do Sul* na Namíbia com fins semelhantes, destacando-se a SWANU South West Africa National Union, com base na população de etnia Herero, que disfrutava inicialmente da simpatia soviética, contudo tal viria a mudar em finais de 1963 com os líderes da SWANU a virarem as suas atenções para a China em busca de maior ajuda, o que aproxima Moscovo definitivamente da SWAPO.

²¹ Shubin, Vladimir “ The Hot “Cold War”: The USSR in Southern Africa” pp. 199 cap. IV.

soviético a, de certa forma, ditar o decorrer dos acontecimentos político-militares ao providenciar não só equipamento bélico e outros, como treino específico aos guerrilheiros, que a partir de 1975 com a independência angolana e a tomada de posse naquele país (de forma atribulada como se verá adiante) de um governo de inspiração marxista personificado no MPLA²², vê-se muito beneficiado a nível estratégico-logístico, pois dispõe agora de bases de treinamento no sul daquele país - a par do ANC- pesem tensões iniciais²³, o que consequentemente faz aumentar a intensidade da luta de guerrilha contra a máquina militar de Pretória, ao ter o PLAN, portos relativamente seguros para onde pode retirar e planear as suas acções, segurança essa que não duraria muito tempo, com as forças sul-africanas a efectuarem incessantes incursões à região meridional angolana, violando sumariamente as fronteiras do país de modo a neutralizar os “quartéis-generais” do movimento (para si) hostil, e nem a adopção da Resolução 435 por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1978 que propunha um cessar-fogo no território namibiano e a realização de eleições democráticas pondo fim ao domínio de Pretória²⁴, abranda o seu ímpeto, continuando o confronto armado sujeito a condenações no meio internacional.

1.2.2 Negociações para uma transição independentista pacífica

As investidas guerrilheiras da SWAPO/PLAN manter-se-iam por mais de 10 anos, tendo-se estas unido às forças do MPLA e cubanos no combate à África do Sul²⁵, até que em 1988 um acordo entre as outras três partes poria fim ao conflito ao preconizar a independência da Namíbia como prerrogativa incondicional para a retirada de forças exteriores de Angola, materializando-se tal em 1990, com a SWAPO a assumir as rédeas políticas do país depois de intensas negociações internas com a minoria branca e outras etnias pondo fim a quase 25 anos de luta armada contra a ocupação sul-africana.

1.3 Considerações

Em suma, é de referir que África, embora detendo a nível internacional um papel algo marginal quase sempre perpétuo, foi um território onde as superpotências em confronto no

²² Ver Idem cap. II.

²³ A incerteza político-ideológica marca esta fase de relações entre a SWAPO e o MPLA.

²⁴ Resolução esta que praticamente não saíra do papel, na altura referida, sendo continuamente adiada.

²⁵ Ver Idem Cap. II, alíneas 2.3.1 a 2.3.5.

âmbito da guerra fria se enfrentaram directa e/ou indirectamente de modo bastante intenso, principalmente a partir dos anos de 1960, altura em que a descolonização e a luta por esta empregada em diversos pontos, atingia uma fase crítica, onde movimentos independentistas das nações subjugadas se lançavam num combate contra os designados opressores imperialistas, personificados nos seus colonizadores, gozando de uma rede de apoios patrocinada pelos países do bloco comunista do leste europeu e sobretudo de Cuba, cujas acções neste plano, lhe valeram ao título de campeão do 3º mundo, com o seu internacionalismo a ser louvado ainda mais pelo facto de a ilha caribenha se situar muito próxima do líder do mundo ocidental, os EUA, não se inibindo de desafiar os interesses americanos sumariamente no continente africano, respondendo não só os Estados Unidos, como grande parte dos seus aliados (países europeus colonos e o estado pária da África do Sul), muito interventivamente, no dito continente, de forma a evitar a todo custo o alastrar do comunismo e sua ideologia, ajudando exaustivamente, com esta meta em vista, os poderes coloniais contra os secessionistas, e mesmo quando estes últimos saíam vencedores do conflito com os colonizadores, eram frequentes as tentativas de desestabilização e de “entregar” o poder aos novos países a personalidades e facções mais próximas ao Ocidente, como aconteceu no Zaire, actual República Democrática do Congo.

As incidências relacionadas com a guerra fria no continente africano, foram, a nível geral, dotadas de acontecimentos históricos e igualmente controversos, encontrando-se os Estados Unidos, os seus aliados e por vezes a própria NATO, juntamente com o bloco de leste, com a URSS e Cuba como principais impulsionadores, numa posição de decisores, e os povos, movimentos, e regimes vários, joguetes com interesses comuns, o que demonstra a complexidade daqueles factos e factores, ainda mais evidentes, ao analisar os casos de Angola, e África do Sul, dois dos países mais afectados pela situação especificada e repercussões, conforme proposto.²⁶

²⁶ Maior nível de detalhe em: Keylor, William R. “História do Século XX, Uma Síntese Mundial” tit. original. “The Twentieth Century World, An International History” e em Meredith, Martin “The State of Africa: A History of Fifty Years of Independence”.

CAPÍTULO II

ANGOLA

2.1 Independência e turbulência pós colonial na mira dos blocos em oposição

Após cerca de 14 anos de confronto armado, -iniciado em 1961 com os ataques da UPA²⁷ à Casa de Reclusão Militar em Luanda, à Emissora Nacional de Angola e à sede dos CTT-Angola, consegue a ansiada independência face ao domínio colonial português por meio da insurreição guerrilheira dos grupos autonomistas político-militares entretanto formados: o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, de inspiração marxista, liderado pelo Dr. António Agostinho Neto desde a sua fundação em 1956²⁸, até ao falecimento deste em 1979, tendo sido substituído por José Eduardo dos Santos, a FNLA, (antiga UPA), Frente Nacional de Libertação de Angola, fundada em 1961 e dirigida nesta fase por Holden Roberto, homem de grande confiança dos EUA no panorama africano como comprovado mais adiante²⁹ e a UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola, criada em 1966 por Jonas Savimbi, um dissidente da FNLA, controverso dirigente no seio da política regional africana, seria líder do seu movimento até 2002 ano da sua morte às mãos das Forças Armadas Angolanas.

A revolução portuguesa dos cravos de 1974 serviu simultaneamente como catalisador e golpe de misericórdia ao conflito em território angolano que ceifou a vida a milhares de pessoas entre militares, rebeldes e civis, caracterizado pelo envolvimento, encoberto e/ou por vezes claro, de nações estrangeiras estranhas à contenda -destacando-se neste contexto a

²⁷ Vulgo União dos Povos de Angola, movimento político independentista angolano fundado em 1957, considerado o pioneiro da luta anti-colonial efectiva naquele país, que posteriormente se renomearia como FNLA.

²⁸ A data de fundação do partido não é pacífica, havendo uma vertente histórica que aponta 1956 como ano certo da formação do movimento e outra que refere o ano de 1961 como data real da criação deste.

²⁹ Em inícios dos anos de 1960 a CIA chega a auxiliar a FNLA de Holden Roberto com mais de 300.000 dólares no âmbito do confronto contra Portugal.

conceptualização do designado Exercício Alcora³⁰ - sendo tal facto um dos pontos chave da presente dissertação, que será tratado mais adiante de forma criteriosa e esquematizada. Assim sendo, com o êxodo gradual da “parafernália” político-diplomático-militar portuguesa, havia chegado a altura de as instituições angolanas e movimentos armados vencedores tomarem finalmente as rédeas do país, tendo-se realizado para tal fim diversos encontros com o objectivo de firmar um consenso político entre o MPLA, a UNITA e a FNLA, concertação esta que se adivinhava extremamente complicada devido ao passado de grande rivalidade étnica³¹ e oposição entre aqueles mesmos movimentos, caracterizados por confrontos e ataques protagonizados entre si durante a campanha militar contra as tropas portuguesas, servindo o MPLA como alvo para a FNLA e a UNITA tanto quanto o exército luso, existindo relatos de que Jonas Savimbi, antigo membro da FNLA que como referido se afastou do movimento criando a sua própria plataforma combativa, e a “sua” UNITA terão colaborado sumariamente com as forças do governo colonial português durante o confronto ultramarino naquele país, denunciando bastiões do MPLA para futuros ataques³², efectuando também o FNLA raides a quartéis do movimento marxista, existindo portanto uma grande carga de ressentimentos entre as guerrilhas libertárias, levemente dissimulados em prol de um entendimento alargado, sendo de destacar o acordo do Luena, entre o MPLA e a UNITA, no qual o movimento de Agostinho Neto reconhece plenamente a facção de Savimbi e este proclama o encontro do caminho para a unidade nacional, - que duraria pouco tempo como se veio a revelar- a plataforma de Mombaça que compreenderia o entendimento entre os três movimentos e a desejada cimeira do Alvor, ocorrida entre 10 a 15 de Janeiro de 1975³³ que estabeleceria a data da proclamação da independência em 11 de Novembro do mesmo ano e daria origem ao governo de transição com integrantes das três facções independentistas, e

³⁰ Já explicitado na alínea 1.1.3 da presente dissertação.

³¹ Possuindo o MPLA a sua base de apoio na comunidade mestiça e Ambundu, estabelecida no nordeste do país, o FNLA nos Bakongos, situados no extremo norte, enquanto que a UNITA visava os Ovimbundus - a maior concentração étnica do país- no centro de Angola (ver anexo 8). Tanto a UNITA como a FNLA, criticavam o facto de o MPLA enfasear a importância dos mestiços e brancos moderados, acreditando que as facções apenas deviam integrar e preocupar-se com africanos negros, o que por várias vezes, valeu-lhes acusações de racismo e tribalismo.

³² <http://publico.pt/politica/noticia/confirmado-acordo-de-treguas-em-1972-entre-o-exercito-portugues-e-a-unita-na-guerra-de-angola-1378779> (weblink consultado a 23/01/2013).

³³ Ver CDIH-Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA “História do MPLA 2.º Volume (1967-1976)” cap. 11 pp 183.

alguns quadros portugueses³⁴ acordo este que se esperava representar o fim dos conflitos no território ao preconizar conselhos políticos e forças armadas conjuntas compostas por efectivos afectos às distintas facções independentistas de modo a dar lugar a um convívio pacífico, contudo tal não aconteceu, voltando as hostilidades a reacenderem-se pouco tempo depois do acordo, com a FNLA a ingressar em actividades agressivas hostis com nefastas consequências para a população em geral e para o MPLA em particular que viu muitos dos seus militantes assassinados pelo movimento de Holden Roberto, cujas acções ameaçavam destruir as tentativas de (re)conciliação nacional e todas as esperanças de paz num futuro próximo, num país que já tinha pago uma factura aparentemente demasiado alta a nível material e sobretudo humano pela sua libertação, sendo de destacar o vácuo político denunciado pela situação volátil no país, que fazia o território angolano parecer uma terra sem qualquer tipo de ordem, onde imperava a lei do mais forte, algo que devido às suas possessões de minérios altamente valiosos, petróleo e potencial geoestratégico, não passava despercebido às principais potências mundiais em conflito no despique Este-Oeste, potências estas que logo no prelúdio da insurreição armada em Angola contra o poder colonial, a pedido dos insurrectos ou do colonizador português, tentaram influenciar o panorama em pleno teatro de confronto em benefício das facções mais próximas ideologicamente, sendo curioso -e agora fazendo uma sucinta contextualização- o caso dos Estados Unidos, que durante a administração Kennedy chegou a pressionar Portugal para conceder a independência às suas colónias e pôr um ponto final no seu império a bem da harmonia mundial, enfaseando o ideal moral de liberdade de todos os povos, posição que viria a mudar radicalmente, tal como todo o bloco ocidental personificado pela NATO, com a escalada do conflito com a União Soviética, durante os anos de 1960, e consequente necessidade de estancar o alastrar do comunismo no mundo ao auxiliar multifacetadamente o governo português na luta contra os insurgentes, vistos como lanças da URSS, que por seu lado, assumindo o colonialismo como uma das vertentes do odiado capitalismo, disponibilizou inúmeros apoios de ordem social, técnica e sobretudo bélica aos ditos heróis da senda comunista em África segundo os mesmos, inserindo-se neste caso não só o bloco soviético, como Cuba, que mesmo durante o confronto entre os secessionistas angolanos e as forças portuguesas chegaram a oferecer destacado apoio logístico e militar ao MPLA de forma vinda, auxílio este que se intensificaria enormemente

³⁴ Nomeadamente o Dr. Vasco de Almeida, que ficaria com a pasta da economia, Manuel Alfredo Teixeira Coelho, titular do secretariado de estado das pescas e o Engº Albino Antunes da Costa encarregado do ministério dos transportes e comunicações.

agora com o escalar da violência por meio das investidas da FNLA que representava em finais de 1974 a 1975 o maior movimento de libertação no país a nível sobretudo militar, facto resultante do grande apoio oferecido pelo Zaire e seu novo presidente Joseph Mobutu, que havia tomado o poder através de um sangrento golpe de estado³⁵, e aliado dos Estados Unidos na África austral, EUA, que em ocasiões anteriores injectaram inclusive grandes somas de dinheiro e equipamento diverso na FNLA. Mobutu, uma vez ambicionando o enclave de Cabinda³⁶, devido ao seu petróleo e diamantes, para além de providenciar transporte aéreo para o interior de Angola e material de vária ordem para as forças da FNLA, põe à disposição de Roberto mais de 1000 efectivos militares zairenses, naquela que se esperava ser uma marcha de vitória em espaço angolano no decorrer das acções violentas daquele grupo guerrilheiro não só em Luanda, como em outros pontos do país, ao longo dos primeiros meses de 1975, que nem a cimeira de Nakuru conseguiu conter³⁷, chegando a FNLA a fazer frente inclusive a forças portuguesas ainda presentes no território, o que fazia pender a balança do poder para o lado oposto ao do MPLA, que embora detentor da aprovação esmagadora da população da capital, via-se embrenhado em incertezas dentro do próprio movimento devido inclusive ao “factor” Daniel Chipenda³⁸, observando-se nesta fase primordial do novo conflito no palco angolano, um tácito enfraquecimento do MPLA, numa altura em que grande parte dos seus apoiantes clamava por uma resposta mais dura e enérgica face à alegada brutalidade dos militantes de Holden Roberto, fortemente armados, contudo com muito pouca orientação política e organizacional, apresentando-se o MPLA como precisamente o contrário: com poder militar reduzido em comparação com a FNLA, no entanto, detentor de uma agenda e

³⁵ Ocorrido em 1965, sob a justificação de salvar o país da ruína a que os governantes anteriores lhe tinham vetado, Mobutu dissolve a assembleia nacional e assume a titularidade dos poderes legislativo, executivo e judicial em regime de partido único, que só cairia em 1997.

³⁶ Situada a oeste do território zairense, este pequeno mas rico enclave, foi sempre cobiçado pelo Zaire, encontrando-se separado de Angola continental pelo rio Congo.

³⁷ Encontro realizado na cidade homónima do Quénia em Junho de 1975, onde estiveram reunidos os líderes dos três movimentos independentistas, com o objectivo de pôr cobro à violência crescente no país e assim salvar as directivas acordadas em Alvor.

³⁸ Chipenda foi um dos principais intervenientes da Guerra de Independência de Angola pelo MPLA, onde se destacou como comandante da Frente Leste antes de criar a Revolta de Leste, uma facção dentro do partido oposta à de Agostinho Neto. Deixa o MPLA em 1974 em conflito com a liderança do movimento acusando-a de ser demasiado europeísta, algo que embora lhe garantindo alguns apoios no seio soviético não foi suficiente para se sobrepor à Neto, juntando-se posteriormente à FNLA, tendo-se reconciliado com o MPLA anos depois, regressando a Angola em finais dos anos de 1980, depois de estar exilado em Portugal.

objectivos políticos fixos e estruturados que o tornavam ímpar relativamente à FNLA e à UNITA, características estas apontadas mesmo por instituições anti-comunistas internacionais e até pelos próprios serviços secretos norte-americanos, destacando-se a CIA.³⁹

Todavia, pesem embora as eventuais fragilidades, o MPLA, por pressão dos seus defensores, acaba por reagir após a FNLA ter atacado as suas sedes em Luanda de modo a estabelecer um posto de controlo avançado, ao levar a cabo uma ofensiva por meio da sua força armada, as FAPLA -Forças Armadas Populares de Libertação de Angola- renovada devido ao massivo recrutamento na região, e com o auxílio da população dos bairros periféricos, decisivamente pró-MPLA, organizada em milícias armadas, tentando reassumir a soberania na capital, não obstante o maior poder da FNLA em termos bélicos, supremacia essa que seria anulada a curto prazo, com a chegada de armamento oriundo da União Soviética, Jugoslávia e da Alemanha de Leste para a facção marxista personificada no MPLA, que com o apoio popular fazia agora frente ao Exército de Libertação Nacional de Angola ou ELNA, o braço armado da FNLA, numa série de combates violentos que enfraquecem o grupo político-militar de Holden Roberto, sendo este expulso da capital angolana na durante a batalha de Luanda (Julho de 1975).

2.1.2 Prelúdio da acção das forças estrangeiras

Nesta altura, Cuba começa a consolidar-se como principal aliado do MPLA, -tendo entretanto iniciado o seu apoio ao movimento marxista angolano poucos anos antes, durante a confrontação com os portugueses⁴⁰- e do seu poder popular ao enviar mais de 400 instrutores militares, (que teriam até Outubro para planificar e organizar convenientemente as FAPLA chegando a enviar recrutas angolanos para Cuba de modo a obterem melhor treino), armas e outros bens necessários para a defesa do movimento e posteriormente do país, isto depois de grande insistência por parte dos responsáveis do MPLA, havendo receios de uma escalada do conflito, com a união da FNLA, UNITA, Zaire e da infame África do Sul contra o movimento marxista angolano. Este complot anti-comunista, contaria agora com um apoio ainda mais cerrado dos EUA, cuja hegemonia mundial encontrava-se, segundo os seus altos representantes políticos entre os quais o Secretário de Estado Henry Kissinger, em jogo, tendo em conta a desastrosa campanha militar no Vietname que terminou com uma vergonhosa retirada americana, havendo portanto a necessidade de fazer ver não só ao público doméstico

³⁹ Ver Gleijeses, Piero “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976”, cap. 12 pp 251.

⁴⁰ Ver anexo 5.

como aos seus aliados que os EUA continuavam a deter o monopólio do poder transnacional e o que o seu falhanço no sudeste asiático não influenciaria de forma alguma a determinação em proteger os interesses ocidentais mesmo em países até talvez desconhecidos a nível geral, isto face a perdas de credibilidade no seio de organizações como a NATO.

A União Soviética, por seu lado, nesta fase preludial do confronto entre as facções, mostra-se relutante em apoiar abertamente o MPLA, não hesitando, contudo em enviar mantimentos e material bélico ao movimento de Agostinho Neto, não assumindo um papel de maior intervenção diplomática que poderia ter-lhe conferido um grande prestígio junto do terceiro mundo e sobretudo dos restantes países africanos, tornando-os apologistas ainda mais insistentes do militantismo e militarismo soviético. Todavia, mesmo quando o MPLA travava uma dura batalha pela supremacia na capital, contra dois grupos apoiados em larga medida pelo ocidente, a URSS mantinha-se serena, tentando tirar partido do novo conceito de *détente* entre as potências, prevendo esta um desanuviamento das tensões leste/oeste por meio da manutenção do *status quo* mundial, e desconfiada do verdadeiro perfil político-ideológico do MPLA e da sua liderança, agravando-se as incertezas do bloco soviético a este nível, no auge do combate pelo poder no país e nem quando as provas de que a África do Sul se preparava para intervir se tornaram evidentes⁴¹, os soviéticos mostraram intenção de se envolver mais afincadamente, cabendo ao herói marxista cubano do 3º mundo a tarefa de auxiliar o MPLA face à uniformização da oposição “pró-ocidental” numa frente unida.

Na etapa da pré-entrada de forças exteriores, o combate entre o MPLA e a FNLA/UNITA, caracterizava-se por envolver relativamente poucos efectivos, por vezes com batalhas cujos intervenientes rondavam as poucas centenas, contando o movimento marxista com grande apoio popular em várias regiões, sobretudo na zona circundante a Luanda, que se desdobrava na constituição de grupos de milícias e vigilantes armados que complementavam as forças armadas regulares da facção, que à falta de equipamento necessário ao sucesso militar, contava com um braço urbano popular motivado na defesa e conclusão de acções de destaque em campo aberto.

No meio de toda esta agitação, as forças portuguesas prosseguem a sua retirada previamente negociada da maior parte do território, isto de forma mais intensa no norte do país ,

⁴¹ Tendo nesta fase alguns comandos sul-africanos entrado em território angolano de modo a fornecer armamento e treinar elementos de facções anti-MPLA, chegando mesmo a dominar certas cidades do sul do país, -em especial na região circundante à Barragem do Calueque, situada na província angolana do Cunene, próxima da fronteira com a Namíbia, de vital importância para os interesses sul-africanos- e preparando o terreno para uma anunciada incursão de grande carga bélica.

entregando esta região ao FNLA que se pôde assim reorganizar em Agosto de 1975, rearmando-se graças à ajuda encoberta disponibilizada pelos EUA por influência de Kissinger, sendo posto à sua disposição diverso material de guerra transportado via Zaire até Carmona, uma das maiores cidades do norte Angolano, ameaçando os bastiões regionais do MPLA e do poder efectivo deste no país, e é neste contexto que se começa a perfilar a entrada de forças exteriores ao conflito com os esforços de Cuba, a exortar junto da União Soviética um maior apoio ao MPLA, inserindo-se neste contexto a Missão Militar Cubana em Angola (MMCA) liderada pelo coronel Diaz Arguelles, um comité especial militar que tinha como função não só o envio de instrutores militares para Angola, como o acompanhamento e relatório da evolução da situação bélica no país estando nesses relatórios destacadamente expressa a importância de Cabinda, enviando Cuba grande parte dos seus efectivos para a dita zona, isto depois de em 1974, o MPLA ter garantido o controlo da região após ter expulsado a FLEC, Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, movimento secessionista entretanto fundado, que almejava a independência daquela província, isto em conluio com poderosas empresas petrolíferas e com o Zaire, por razões atrás explicadas, situação esta que seria revesada com a incursão do movimento de Agostinho Neto, que no entanto, vê nesse momento, a sua autoridade ameaçada com o súbito avanço da FNLA, suportada pelas forças de Mobutu e logística da FLEC, que em Setembro de 1975, chegavam ao Caxito, cidade situada a poucos quilómetros de Luanda, onde foram contudo surpreendidos pela 9ª brigada⁴², uma unidade de elite das FAPLA, treinada na União Soviética e fortemente armada, que no princípio do mesmo mês, sustém os invasores tanto no Caxito como noutras localidades nortenhas, fazendo o MPLA ganhar terreno, até que em Outubro a África do Sul invadia em larga escala.

2.2 Intervenção externa na guerra fratricida

A invasão sul-africana do território angolano pela zona meridional em Outubro de 1975⁴³, sob o nome de código «Operação Savannah», marca o início da ingerência externa efectiva no confronto bélico entre as três referidas facções, havendo uma complexa teia de interesses

⁴² Assim baptizada de modo a intimidar e confundir os inimigos, fazendo-os pensar que existiriam outras unidades do mesmo tipo, quando de facto aquela era a única.

⁴³ Cujos batalhões invasores detinham nomes de código como Alfa, Foxbat e outros.

político-estratégicos diversos por detrás da mesma, pois veja-se: Para a África do Sul dominada por um duro regime de segregação socioracial, criticado por todo o mundo, denominado apartheid, -que em africânder⁴⁴ significa separação- subjugador de todos os cidadãos não brancos, não só através de opressão física, como de um sistema legislativo/judicial abertamente racista, o desmoronar do império colonial português em África, constituiu um verdadeiro desastre, uma vez que após o desmantelamento do controlo luso, Angola e Moçambique poderiam ser agora usadas como campo de treino e base não só para o ANC⁴⁵, partido político pan-africanista sul-africano, entretanto ilegalizado pelas autoridades de Pretória, tendo adoptado a violência como forma de combater o governo como para outros movimentos hostis à África do Sul, como a SWAPO/PLAN⁴⁶, situação de grande perigosidade para a mesma, como é evidente, fazendo aqueles dois países fronteira com os territórios sul-africanos, perigo este multiplicado após a queda do regime segregacionista semelhante de Ian Smith na Rodésia.

Inicialmente, em finais de 1974, Pretória respondeu à eliminação da sua “zona de segurança” proporcionada pelo domínio português, através de um estreitamentos de relações económico-financeiras com os seus vizinhos e intensa actividade diplomática de modo a melhorar as relações com estes, objectivo relativamente conseguido em Moçambique, dado que a economia deste país estava bastante dependente da cooperação com a África do Sul, não acontecendo o mesmo com Angola, o que justificava, segundo as altas esferas sul-africanas a necessidade de agir por outros meios, tendo em conta a ameaça representada pela SWAPO na demanda pelo controlo da Namíbia, aproveitando a oportunidade de interferir militarmente quando a FNLA e a UNITA requisitaram apoio de Pretória ao encontrarem-se à beira da derrota iminente às mãos do MPLA, tendo os contactos entre o movimento liderado por Jonas Savimbi e a África do Sul, começado em inícios dos anos de 1970, num concretizar de desejo mútuo de relações amigáveis entre ambos no âmbito de uma frente anti-marxista, recebendo a UNITA consideráveis somas monetárias e armas do governo do então 1º ministro sul-africano John Vorster, comprometendo-se Savimbi a combater também a SWAPO.

⁴⁴ Língua do ramo germânico, falada na África do Sul e na Namíbia principalmente pelos habitantes brancos (também designados africânderes) resultante da interacção entre os primeiros colonos holandeses e alemães - vulgarmente chamados Bôeres- que se estabeleceram na cidade do Cabo (da Boa Esperança) entre os séculos XVII e XVIII, isto antes da ocupação da região por parte do império britânico..

⁴⁵ Maior detalhe no cap. III.

⁴⁶ Embora não ameaçando efectivamente o território sul-africano, continuava a assediá-lo violentamente o *protectorado* namibiano.

A FNLA junta-se igualmente a esta união recebendo auxílio significativo⁴⁷, sendo de destacar o papel dos serviços secretos militares da África do Sul, que em conjunto com o governo, elaboram um plano de operações de ajuda àqueles movimentos de modo a simultaneamente tentar atribuir os “louros” da panóplia bélica sómente aos mesmos.

Nesta teia, os Estados Unidos, como já apontado, mostram-se especialmente tensos após o colapso do império português e do governo Rodesiano de Smith e consequente desaparecimento da *zona de tampa branca* pró-ocidental, tendo plena consciência do caminho aberto na região austral do continente africano para a difusão do comunismo/marxismo com guerrilheiros e movimentos ansiosos pelo avançar dos ventos revolucionários trazidos pela URSS, Cuba e outros semelhantes a nível ideológico, pondo o governo norte-americano em sentido, concluindo que a auto-determinação autóctone africana era inevitável e fazendo-o auxiliar facções libertárias mais próximas da sua órbita -FNLA e UNITA no caso angolano- mas sobretudo a África do Sul, o que levantava uma série de problemáticas, tais como: apoiando o regime sul-africano nas suas incursões pelos países vizinhos de modo a preservar a sua segurança doméstica, fazer frente ao comunismo naquela zona do globo, e a assegurar para a sua importância para o Ocidente, devido a razões de controlo regional, possessões minerais e bélico-estratégicas⁴⁸, servindo sem dúvida os seus interesses próprios, havia o perigo de não só os países africanos, como as nações em vias de desenvolvimento, geralmente solidárias entre si⁴⁹, alienarem os EUA e tudo aquilo por este representado, ao verem-no como colaborador de um estado racista e pária a nível mundial, o que sem dúvida seria muito negativo para os interesses diplomáticos, políticos e até financeiros americanos, mas por outro lado, se os Estados Unidos se mantivessem imparciais nas acções desencadeadas no palco angolano, a União Soviética, através do elo cubano, poderia aproveitar a brecha e instalar-se duradouramente na região meridional africana, o que se apresentava como impensável na óptica dos estrategas americanos e sobretudo de Kissinger, o manobrador-mor das acções pró-EUA pelo globo durante a referida altura.

Apesar das hesitações, o governo americano vai em frente no seu auxílio às forças invasoras sul-africanas em Angola, vistas como guardiãs do cone sul de África contra as hordes cubanas e soviéticas no Atlântico Sul, preservadoras da manutenção do panorama geopolítico regional,

⁴⁷ Não obstante o facto de a FNLA e a UNITA verem-se frequentemente envolvidas em picardias, caracterizadas por despiques armados entre as facções, principalmente no sul do país.

⁴⁸ Julgava-se que neste ponto, a África do Sul seria já uma potência nuclear, o que logicamente chamava a atenção dos EUA.

⁴⁹ Movimento dos Países Não-Alinhados.

posição esta não unânime, sendo disto exemplo, o caso do Secretário Assistente para os Assuntos Africanos da Administração Ford, David Easum, que faria questionar os prós da decisão americana em intervir de forma velada⁵⁰. É aliás de referir que a invasão sul-africana de Outubro de 1975, terá feito certos responsáveis americanos respirar de alívio, uma vez que os próprios Estados Unidos, já equacionavam uma intervenção no território por forças próprias⁵¹, todavia, o fantasma do Vietname continuava bem vivo nas mentes americanas, o que inibia a dita iniciativa, apoiando os EUA a África do Sul, com a justificação, perante os meios internacionais, de que uma vitória do MPLA poria em causa a estabilidade regional, desestabilizando a balança de poderes/influências a nível geral, prejudicando a *detén*te no âmbito da guerra fria.

Posto isto, os EUA, através da CIA, lança-se no auxílio efectivo à invasão da sul-africana em apoio da FNLA/UNITA, desempenhando os serviços secretos americanos um papel fulcral, através do treino e armamento disponibilizado àqueles dois movimentos angolanos, tal como outros países ocidentais de forma indirecta também, através de mercenários, que constituíam grande parte do contingente hostil ao MPLA, a par de militares zairenses, e batalhões da FLEC que assim compunham a frente de invasão norte do país.

O papel da China no desenrolar das operações militares em solo angolano em 1975, é inclusive, de destacar, estando presentes entre 1974 e 1975, cerca de 200 instrutores militares chineses no Zaire, a prestar treinamento a forças da FNLA⁵², prendendo-se este facto com a rivalidade entre a URSS e a China, na qual os chineses procuravam fazer face à hegemonia soviética no terceiro mundo, apoiando movimentos opostos, o que, no plano apresentado, obviamente agradava aos Estados Unidos e seus propósitos.

Posto isto, endurecem-se as hostilidades agora com a participação de forças externas em apoio dos dois lados, com a invasão do território angolano a norte pela FNLA, suportada por soldados zairenses e mercenários estrangeiros, sendo uma dessas colunas comandadas pelo coronel português Santos e Castro⁵³, que passava a fronteira e avançava em direcção à

⁵⁰ Ver Gleijeses, Piero “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976” cap 13. pp 280 a 281.

⁵¹ Ver Idem cap. 13 p 276.

⁵² A base de operações da FNLA, situava-se no Zaire, graças à complacência de Mobutu, que uma vez concluindo que os Estados Unidos apoiavam Holden Roberto, também disponibiliza ajuda necessária a este de modo a não hostilizar os interesses ocidentais.

⁵³ Irmão do último governador português de Angola, o coronel Gilberto Santos e Castro mobiliza uma força de soldados brancos portugueses que havia combatido em Angola, em torno do Exército de Libertação de Portugal

província do Caxito com o objectivo de tomar Luanda em Julho de 1975, invasão esta complementada por uma UNITA reforçada pelo armamento e treino disponibilizado pela África do Sul, que como já referido, intervém em Angola pela região meridional em Outubro⁵⁴, tendo como objectivos iniciais nesta fase primordial ocupar a cidade de N'Giva (Ondjiva), capital da província do Cunene, situada na estrada estratégica que ligava a fronteira namibiana ao Lubango, ocupando um batalhão da SADF⁵⁵ algumas localidades chave como Menongue, Chibia e Namibe, tendo entrado em confronto com as FAPLA em Kakula onde estas foram forçadas a recuar.

No mês seguinte, a pressão militar intensifica-se com o avanço global das forças *sul-africanas*, face à inexperiência dos soldados recentemente recrutados e escassez regional de efectivos das FAPLA, que embora enfrentem abertamente a SADF, não conseguem sustentar as suas investidas, ordenando Agostinho Neto a defesa da capital, até pelo menos à data da proclamação da independência, a partir da qual, auxílio massivo exterior possa ser requisitado, continuando entretanto outros locais de especial importância a cair às mãos dos invasores sul-africanos, que no início do seu envolvimento militar, tentaram ocultar a sua identidade, de modo a evitar a condenação internacional, ao propagandear falsamente por meio da sua imprensa, de que eram mercenários em conjunto com a UNITA os invasores do sul de Angola, tendo esta informação sido desmentida por jornalistas estrangeiros no terreno e a presença sul-africana em solo angolano revelada.

Apesar do desejo de Neto de só pedir ajuda depois de estabelecida a independência, este é advertido pelos seus conselheiros militares que as forças afectas ao MPLA, não conseguiriam resistir muito mais tempo às investidas inimigas no norte e sul do país, principalmente no Catengue onde dezenas de elementos das FAPLA são mortos em combate, e como tal, o líder do movimento popular angolano, anuncia o pedido formal de ajuda endereçado a Cuba, que já tendo providenciado instrutores e instalado centros de treino militar, responde -após grande

(ou ELP) , força ligada à extrema-direita lusa, e enfrenta o MPLA/cubanos ao lado da FNLA na região norte angolana.

⁵⁴ Sendo esta força inicial constituída por bosquímanos, (muitos deles integraram os flechas, comando de combate bosquímano criado e treinado pelas tropas portuguesas, no âmbito do confronto colonial de modo a perseguir os movimentos libertários) militantes renegados do MPLA ligados a Daniel Chipenda, elementos da UNITA, liderados por dezenas de comandantes sul-africanos, de maneira a “poupar” soldados efectivos da África do Sul. Este contingente foi nomeado como Força de Tarefa Zulu.

⁵⁵ South African Defense Force- forças armadas da África do Sul de 1957 a 1994, tendo sido substituída pela South African National Defense Force (SANDF), com integrantes do ANC e outros movimentos nacionais anti-apartheid.

ponderação devido ao receio de arriscar grande perda de efectivos militares- enérgicamente ao apelo angolano ao enviar centenas, e posteriormente milhares de tropas para o combate ao lado das FAPLA, tal como material bélico pesado diverso, tendo assim início a Operação Carlota⁵⁶, caracterizada pelo auxílio político e sobretudo militar cubano em grande escala ao movimento marxista angolano, não obstante alguma tensão entre Havana e Luanda devido à desorganização estratégico-militar que permitiu a invasão de Angola em larga escala⁵⁷, opondo-se à Operação Savannah lançada pela África do Sul.

2.2.2 Efectivação da operação militar cubana, auxílio soviético e principais combates

É de referir que esta manobra bélica massiva cubana, foi desencadeada com a plena consciência por parte dos altos responsáveis cubanos de que tal acção teria que se revelar um claro sucesso, dado que era a própria credibilidade do país caribenho que estava em jogo tanto junto do terceiro mundo africano como da URSS, tendo como tal existido -embora parcas- hesitações sobre qual atitude tomar tendo em conta a explosiva situação em solo angolano, apresentando-se a reacção auxiliadora bélica massiva como a óbvia segundo Fidel Castro, pois uma retirada cautelosa dos efectivos cubanos e o recuo do MPLA para Cabinda, levantaria questões sobre a legitimidade de Agostinho Neto e sobre a verdadeira influência de Cuba no terreno, e assim sendo inicia-se a dita operação militar cubana, cujo objectivo imediato, seria o de defender Luanda e seus arredores dos múltiplos invasores, começando de tal maneira, o envio dos suplementos humanos e militares necessários que se iniciaria a 4 de Novembro com o embarque dos apontados mantimentos numa ponte aérea onde os já na altura antigos aviões a hélice Britannia, seriam o principal meio de transporte utilizado, com soldados e armamento pesado a testarem os limites da resistência dos mesmos, que partiam de Holguín, escalando em Barbados⁵⁸, Bissau e Brazzaville antes de chegarem finalmente à capital angolana, demorando este trajecto cerca de dois dias, muito tempo portanto, tendo em conta a situação de queda iminente de Luanda, não havendo todavia outra solução viável dado que a capacidade cubana de logística/transporte célere e em grande escala encontrava-se

⁵⁶ Assim baptizada em homenagem a uma escrava negra de seu nome Carlota, que iniciou uma rebelião de escravos ocorrida em Cuba em Novembro de 1843.

⁵⁷ Falha de ambos os governos em termos de planificação de estratégia antes das invasões e de previsão das mesmas, quando todos os factos no terreno apontavam para tal.

⁵⁸ Escala esta que seria eliminada depois de pressão exercida pelos Estados Unidos para que Barbados vetasse a permanência de aviões cubanos em seu território.

limitada, não sendo alheio a tal, o embargo norte-americano a Cuba⁵⁹. A maior parte dos navios -militares ou não- do país apoiante foram também chamados a participar na transferência Cuba-Angola, transportando imenso material inclusive, mas demorando logicamente mais tempo, isto num clima de grande azáfama na ilha castrista onde um grande número efectivos militares foi chamado a participar na ofensiva.

Logo no dia 8 do mesmo mês, o primeiro batalhão das forças especiais cubanas chega à capital, deparando-se com a situação crítica para o MPLA e tendo como fim inicial e primário, ajudar a defender o norte do território angolano, mais precisamente o enclave de cabinda das incursões desencadeadas pela FLEC e soldados zairenses liderados por mercenários, forças invasoras estas que investem em múltiplas frentes do enclave, causando significativas baixas à coligação cubano-angolana -ressentindo-se esta de alguma in experiência de elementos das FAPLA que tinham finalizado o seu treino muito recentemente- todavia, graças às fortes defesas preparadas através do uso de potentes minas, construção de trincheiras, tácticas arrojadas e utilização de armamento pesado soviético, as forças do MPLA auxiliadas pelos militares cubanos conseguem repelir os ataques inimigos de forma sucessiva em duros combates um pouco por toda a região inflingindo numerosas perdas humanas e materiais ao inimigo conjugado, conseguindo fazer os invasores bater em retirada em poucos dias, terminando assim a batalha de cabinda com uma vitória do MPLA, que desta forma consegue conservar uma das suas principais fontes de rendimentos: o petróleo do enclave, destacando-se a frieza da liderança militar cubana na coordenação da contra-ofensiva, pesem desacordos com Díaz Arguelles em relação a prioridades defensivas⁶⁰. Nesta mesma frente norte, desenrolar-se-á mais uma decisiva batalha antes da declaração da independência: Quifangondo- situada a cerca de vinte quilómetros a norte de Luanda, é a cidade que forças da FNLA, apoiadas por militares zairenses, sul-africanos e mercenários portugueses (ELP) tentam tomar no caminho da sua investida à capital angolana⁶¹, possuindo superioridade numérica (cerca de 2000 homens) relativamente às FAPLA que englobavam

⁵⁹ Bloqueio económico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos desde 1962 principalmente por razões políticas.

⁶⁰ Arguelles, dias antes da ofensiva FLEC/Zaire, requisita os mais experientes instrutores de artilharia pesada aos comandantes cubanos da defesa de Cabinda, de modo a reforçar Luanda, o que obviamente causou desagrado àqueles.

⁶¹ Estando a par da FLEC, instalados no Zaire, partem para a ofensiva utilizando a estrada que liga Morro da Cal à capital angolana, passando esta também por Quifangondo, onde se dá a contra-ofensiva das FAPLA.

pouco mais de 1000 homens entre militares do MPLA, catangueses⁶² e cubanos, (contudo motivados com notícias da chegada de reforços, entre os quais tropas especiais cubanas) desencadeando uma investida inicial através de ataques aéreos e de artilharia pesada sul-africana -que foram particularmente intensos dias antes da *invasão final*, ataques estes que não afectariam a capacidade das FAPLA/Cubanos devido à construção prévia de bunkeres e trincheiras reforçadas- até que a 10 de Novembro, se dá a investida efectiva da FNLA, investida esta que sofrerá alguns atrasos⁶³, acabando por acontecer, lançando-se os invasores à localidade referida, sendo trágicamente surpreendidos com uma barreira de fogo de artilharia no qual se destacaria o armamento pesado, contando as FAPLA, graças ao auxílio cubano-soviético, com as muito requisitadas baterias soviéticas BM21⁶⁴, manejadas por artilheiros cubanos, que varreriam de forma bastante eficaz todo o contingente invasor da FNLA⁶⁵, abatendo vários soldados e carros de combate, quebrando a sua organização e fazendo-o retirar, principalmente na região do rio local, o Bengo⁶⁶ representando um duro golpe do qual Roberto e a própria FNLA não recuperariam mesmo continuando esta a combater no centro-sul do país, mas já sem o ímpeto inicial terminando esta primeira fase da designada segunda guerra de libertação nacional angolana com a vitória do MPLA, sendo de destacar o facto da guerra fria, por meio de intervenções de blocos afectos aos lados em oposição através de homens e armamento ter atingido uma etapa bastante avançada no palco angolano, com uma aparente mentalidade de tudo ou nada presente nas intenções dos interesses em confronto no terreno. Assim sendo, a 11 de Novembro é proclamada por António Agostinho Neto, a República Popular de Angola, num épico discurso do líder do MPLA onde destaca a luta e o sacrifício do povo autóctone pela auto-determinação, a consciência de que os mesmos ainda

⁶² Soldados zairenses oriundos da província de Catanga, fiéis a Moise Tshombe, que abandonaram o seu país depois do golpe de estado perpetrado por Mobutu, juntando-se às forças portuguesas em Angola no combate contra as facções independentistas, devido a um acordo assinado anos atrás entre Tshombe e os lusos, aliando-se contudo em 1974, ao MPLA, lutando ao lado das FAPLA, afrontando assim o odiado líder do Zaire.

⁶³ Devido à espera por Holden Roberto que deseja assistir ao avanço das suas tropas pessoalmente, atrasando fatalmente a ofensiva, tendo inclusive Roberto sido avisado pelos seus aliados sul-africanos para adia-la, contudo acreditando que aquele seria o momento propício para atacar, devido à alegada fraqueza do MPLA, o líder da FNLA ignora os conselhos.

⁶⁴ Ou Órgãos de Estaline, é basicamente um lança-mísseis, de grande potência -cujo impacto destrutivo equivale a um campo de futebol, segundo estimativas- montado num camião (ver anexo 22). Foram levados para o campo de batalha de modo a fazer frente aos canhões howitzer de fabrico sul-africano usados pelos invasores.

⁶⁵ Revelando-se a artilharia sul-africana totalmente ineficaz neste ponto.

⁶⁶ Ver anexo 8.

não terminaram, a solidariedade para com os povos em luta no resto do continente africano e do mundo e a atitude intrasigente contra o imperialismo. Posto isto tem início a formação de um governo e a criação de ministérios e secretarias de estado, não se traduzindo todavia esta estabilidade política no terreno, uma vez que continuavam sem cessar os combates na região central e sul -e pontualmente no norte também-⁶⁷ onde prosseguiram as ofensivas sul-africanas em conluio com a UNITA e a FNLA, tendo a atenção das forças governamentais se virado para estas cujo auxílio ocidental continuava a materializar-se principalmente ao nível das secretas⁶⁸ e em termos de armamento fornecido que fazia contrabalanço no esforço efectuado pelas FAPLA, situação que fazia perpétuar o conflito numa série de confrontos incentivados pelo facto de muitos países, entre os quais Portugal não ter até à dita altura reconhecido plenamente aquele país africano,⁶⁹ o que conferia aos invasores determinação proporcionada pela esperança de poder continuar com as incursões em território (agora plenamente independente) angolano sem receio de condenação internacional devido não só ao não reconhecimento de Angola pelas nações *mais importantes* como às incertezas no plano diplomático externo prosseguindo as sendas combativas desta vez, na região do Cuanza-Sul, mais precisamente na zona circundante ao rio Keve, onde unidades sul-africanas juntamente com tropas negras por si treinadas e com grande número de efectivos, tentam atingir Luanda, contudo, o clima desfavorável e a grande concentração de militares das FAPLA e cubanos que investem enérgicamente e destroem as principais ligações terrestres⁷⁰ entre aquela localidade e a capital do país forçam o recuo daqueles a 15 de Novembro, prosseguindo todavia os combates por todo o sul angolano, com ambos os lados a empregarem todos os meios necessários à efectivação da supremacia no terreno sempre com as potências externas a fornecerem o material bélico e logístico aos lados opostos, acontecendo isto no Ebo, situado no centro-sul angolano que constituiu o alvo seguinte da FNLA/UNITA e SADF que se tinha estabelecido em Cela onde “montou” o seu quartel-general e se concentraram reforços vindos da Namíbia pondo as FAPLA em sentido, uma vez que já haviam sofrido baixas significativas nos embates em redor, contendo todavia o avanço invasor para nordeste (Quibala) e

⁶⁷ A par da proclamação de Agostinho Neto, ocorreram outras duas declarações de independência: uma no Ambriz, declarada por Holden Roberto que proclamava a República Popular e Democrática de Angola e outra no Huambo, pela UNITA de Jonas Savimbi, não tendo nenhuma destas sido reconhecida internacionalmente por país algum.

⁶⁸ Contactos constantes entre a CIA, BOSS (Bureau Of Secret Services - Serviços secretos sul-africanos durante o apartheid) e forças invasoras.

⁶⁹ A República Popular de Angola só foi reconhecida inicialmente por cerca de trinta países.

⁷⁰ Leia-se pontes, principalmente.

americano, esperançoso que o envolvimento do estado *apartheidesco* em Angola continuasse encoberto de modo a evitar polémicas, o que não aconteceu.

Do lado do MPLA as suas forças armadas agora decisivamente moralizadas viram-se para o norte do país onde a FNLA continuava presente juntamente com mercenários estrangeiros cabendo às forças governamentais uma incursão às zonas setentrionais do país, contando com o auxílio de significativa parte de militares cubanos no território, que se contavam nesta altura em mais de 25000, iniciando-se em Janeiro de 1976 as ofensivas de grande envergadura das FAPLA contra a FNLA, conseguindo as forças populares tomar o Uíge e outras localidades como o Ambriz num prazo de dois meses, derrotando o contingente de Holden Roberto fazendo-o retirar para o Zaire, encontrando-se em final de Fevereiro toda a frente norte sob o controlo do MPLA, que também no centro-sul consegue finalmente deter controlo quase total, depois de uma ofensiva massiva também no início de 1976 igualmente com auxílio cubano que “captura” importantes cidades como o Sumbe entre outras e províncias do Namibe e Cunene à UNITA/SADF, que numa sessão de duros embates acaba por recuar⁷², tendo os contingentes sul-africanos e associados retirado-se em finais de Março de 1976, terminando assim a Operação Carlota.

2.2.3 Rescaldo

A retirada sul-africana e a pírrica vitória do MPLA em Angola nesta fase, não significou porém o fim do conflito em solo angolano, continuando a UNITA bem activa no sul do país, tal como *raides* pontuais perpetrados pela SADF durante o resto da década de 1970, continuando as forças cubanas presentes de modo a auxiliar o governo marxista contra os párias exteriores sempre atizados pelas potências de modo a tensionar perpétuamente o panorama daquela nação africana embrenhada num clima de confronto tipicamente característico de uma nação “disputada” no âmbito da luta pelo poder e hegemonia por parte das principais potências ocidentais e de leste na esfera da guerra fria através de aliados e simpatizantes locais, disputa esta, que pela referida altura, em Angola, estava sem dúvida a ser ganha pelo lado socialista, num ímpeto de esforço que curiosamente não pertencia à União Soviética, como tradicionalmente nas insurreições comunizantes noutros palcos, mas a um designado estado-satélite comunista – Cuba, cuja motivação e intrepidez no campo de batalha em auxílio ao MPLA é lendário, cabendo à URSS inicialmente o papel de fornecedor de

⁷² As forças sul-africanas retornam à Namíbia, continuando entanto a fornecer apoio à UNITA, que dedicar-se-á a acções de guerrilha.

armas e outro equipamento bélico, não obstante desempenhando, tempo mais tarde, o papel de *acompanhante efectivo* no teatro de operações durante os combates⁷³, facto que comprova a grande manobra militar levada a cabo pelos cubanos, que inicialmente não informaram de imediato os soviéticos da decisão de lançar a Operação Carlota, receosos de uma rejeição dos seus planos por parte de Moscovo, o que poderia condenar irremediavelmente o MPLA face ao avanço imparável da FNLA, UNITA, Zairenses e Sul-Africanos em Angola e revesar os planos de estabelecimento de um estado marxista na região austral africana. Convencidos do carácter intensivo da manobra militar pró-MPLA levada a cabo no território, os soviéticos finalmente poem de lado as reticências em relação ao apoio claro e total ao movimento de Agostinho Neto e tornam-se substancialmente mais activos⁷⁴, muito por iniciativa cubana que incentiva o seu aliado russo a agir uniformemente, sendo disso exemplo o treino providenciado à famosa 9ª brigada, o envio dos decisivos BM-21, o transporte massivo de material pelos An-22⁷⁵ e a presença de especialistas militares oriundos da União Soviética dias após a proclamação da independência.

2.2.4 Análise do papel das potências nas incursões militares

A URSS, aliás torna-se mais determinada no seu apoio ao MPLA de modo a efectuar um contrabalanço em relação à China, sua grande rival comunista, que por sua vez, como já apontado, auxilia durante algum tempo a FNLA, de modo a competir com a União Soviética, dada a anunciada ruptura entre ambos, incrementando a tensão entre os dois gigantes comunistas, que neste plano conflitual angolano, foi astutamente aproveitada pelos EUA, que tentaram tirar partido desta cisão ao reunir com altos responsáveis chineses, combinando esforços no suporte a movimentos e guerrilhas específicas em oposição aos apoiados pela URSS, contrariando e revesando os planos soviéticos na região, pesem embora polémicas em

⁷³ Só quando a ofensiva cubana estaria perto de se materializar, é que a URSS terá tido conhecimento desta, bloqueando a participação de recursos humanos soviéticos no teatro de guerra angolano até à proclamação da independência a 11 de Novembro, data a partir da qual foram autorizadas patrulhas costeiras levadas a cabo por soviéticos, havendo inclusive relatos de que algum pessoal militar terá participado na ofensiva à revelia do Kremlin, o que permanece inconclusivo.

⁷⁴ Antes da incursão da SADF e respectivos aliados, estavam já presentes no território agentes secretos e instrutores militares da potência russa.

⁷⁵ Aeronave de fabrico soviético de grande envergadura destinada ao transporte de carga militar.

relação ao envolvimento da África do Sul, fazendo a potência chinesa pesar os custos e benefícios destes jogos de bastidores⁷⁶.

Os Estados Unidos por seu lado objectivo, saem algo fragilizados desta *primeira fase internacional* do conflito angolano, tendo a facção que tão obstinadamente apoiaram, saído derrotada, apresentando-se como factor crucial para tal, a cerrada oposição interna dentro dos EUA ao auxílio total às forças anti-governamentais angolanas, pois veja-se: Apesar das insistências de Kissinger em especificar perante os restantes responsáveis políticos e a opinião pública geral americana, o caso angolano como absolutamente prioritário para os interesses americanos no globo e em especial, no chamado terceiro mundo, procurando passar a imagem -aos países aliados e sobretudo ao mundo comunista- de que os EUA são uma potência determinante a ter sempre em conta no panorama mundial, o trauma do Vietname revelar-se-ia ainda muito presente nas mentes americanas, tendo neste sentido, posteriormente, com o apoio de democratas e republicanos sido aprovadas no congresso a Emenda Clark⁷⁷, uma restrição política que impedia não só os serviços secretos, como o presidente americano de prestar qualquer auxílio militar e/ou paramilitar a movimentos em conflito em Angola, o que consequentemente, ataria as mãos da ala intervencionista da administração presidencial, entre os quais Kissinger e o presidente Gerald Ford.

O impedimento de maior contributo norte-americano no conflito angolano teve assim consequências naquele teatro de guerra de meados de 1970, causando ressentimento aos sul-africanos, que se sentiam abandonados pelo seu “preceptor” enquanto alegados combatentes pelos ideais ocidentais na África austral, e alívio por parte dos defensores socialistas governamentais angolanos, que pelo menos a curto prazo viam a sua “soberania” a salvo, o que duraria pouco tempo.

2.2.5 A Era Carter e a *Estratégia Total* sul-africana

A chegada à Casa Branca de Jimmy Carter, do Partido Democrata e a panóplia de negociações na ONU juntamente com a retirada de forças estrangeiras⁷⁸, conferiu algum desanuviamento da tensão em Angola e das suas relações com o mundo ocidental, tentando dedicar-se à reconstrução nacional, no entanto a tentativa de golpe de estado liderado por Nito

⁷⁶ Ver Shubin, Vladimir “The Hot “Cold War”- The USSR in Southern Africa”, cap. 4, pp 59-60.

⁷⁷ Nomeada com o apelido do seu patrocinador, o senador democrata do Iowa, Dick Clark.

⁷⁸ Tendo alguns contingentes cubanos retirado de Angola.

Alves, ministro do Interior de Angola⁷⁹, poria a liderança do MPLA novamente em sentido, embora conseguindo neutralizar a mesma, reforçando a sua posição com o apoio cubano sempre presente, ainda mais consolidado com a visita de Fidel Castro a Angola em Março de 1977, na sequência de uma digressão por alguns países africanos levada a cabo por este. No plano internacional, mantinha-se o estado de alerta da guerra fria, estado esse comprovado pela recusa de Carter de reconhecer o estado angolano, mantendo apenas uma cordialidade necessária devido aos interesses económicos estratégicos⁸⁰, atitude que de certa forma incentiva acções contra o governo do MPLA a nível interno, -como a continuação de investidas por parte da UNITA- e também externo, continuando a África do Sul, a partir de finais de 1977 inícios de 1978, a efectuar incursões constantes ao sul de Angola⁸¹, sendo de apontar, neste plano, a Operação Reindeer⁸², manobra militar esta que leva não só os responsáveis do MPLA como activistas anti-apartheid a acusar os sul-africanos de crimes de guerra devido ao facto de mais de 600 refugiados, entre os quais mulheres e crianças, terem sido mortas num raide de pára-quedistas da SADF na região de Cassinga, no decurso da referida manobra militar, algo negado por Pretória, respondendo que os alvos visados seriam membros da SWAPO, assumindo porém que não combatentes tenham sido abatidos no

⁷⁹ Fazendo parte da linha mais radical do MPLA, Nito Alves discordava de Agostinho Neto em temas como a política externa, o não-alinhamento, a ideologia real do partido e o multirracismo do mesmo, defendendo a primazia dos autóctones negros. Apoiante do reforço das relações bilaterais com a URSS e defendendo a concessão de bases militares à mesma em território angolano, Alves é mentor de um golpe estatal em Maio de 1977, dias após ter sido expulso do partido, invadindo a prisão de Luanda juntamente com apoiantes seus de forma a libertar eventuais simpatizantes da sua causa, ocupando em seguida a estação de rádio nacional; todavia, forças leais a Neto auxiliadas por cubanos, reagem rapidamente acabando por deter os conspiradores pouco tempo depois, afirmando Alves que a insurreição por si liderada tinha tido o aval da União Soviética, não tendo sido tal oficialmente provado. Esta tentativa de rebelião contra a liderança de Neto, seria chamada de Fraccionismo.

⁸⁰ Presença de empresas americanas petrolíferas em Angola -e de outros ramos- que eram favoráveis ao reconhecimento daquele país por parte dos EUA, de modo a ganhar simpatias junto do governo angolano e assim ver aumentados os seus benefícios e consequentemente, lucros.

⁸¹ Isto depois de um interregno causado pelo *choque* do embate com as forças conjuntas das FAPLA e Cubanos e posterior profunda reflexão política por parte dos responsáveis sul-africanos sobre que caminho seguir na querela pelo domínio preventivo da África Austral, tendo P.W Botha substituído John Vorster como primeiro-ministro da África do Sul em 1978.

⁸² A maior investida militar sul-africana em Angola desde a Operação Savannah, consistiu num ataque de unidades de assalto da SADF, na província do Cunene, a “bastiões” de guerrilheiros independentistas da Namíbia.

decorrer da ofensiva, o que se mantém amplamente discutível⁸³, prosseguindo as investidas da SADF por toda a região sul de Angola nomeadamente em Benguela onde um campo da guerrilha namibiana é atacado numa manobra designada Rekstok em Março de 1979, seguindo-se a Operação Sceptic -dos maiores ataques anti-SWAPO até à data- levada a cabo em Junho de 1980, confrontando-se as forças não só com a guerrilha mas também com as FAPLA, nas cidades de Chifufa, Mulemba, Londe e Cuamato que duraria cerca de um mês envolvendo quantidades massivas de efectivos militares, com a aviação sul-africana e debater-se com armamento anti-aéreo soviético na sua senda de bombardeamento em pleno solo angolano, tendo sido os alvos sido demarcados atempadamente, comprovando o grau de compromisso sul-africano para com os seus desígnios de segurança regional. As acções invasivas da forças sul-africanas vão de certa forma cumprindo os desejos ocultos de certos responsáveis americanos, em especial de conselheiros presidenciais de Carter, inserindo-se essas investidas num projecto delineado estudiosamente, desenvolvidos por políticos e chefes militares subordinados à ala dura do novo primeiro-ministro Botha, denominado Estratégia Total - em resposta ao designado *Assalto Total*, do qual a África do Sul se teorizava vítima⁸⁴ - que se assumia como sendo um conjunto de tácticas políticas e sobretudo militares, postas em prática pelas autoridades de Pretória de modo a principalmente (no plano externo⁸⁵):

- Desestabilizar estados ditos radicais da região, principalmente Angola e Moçambique;
- Procurar obter legitimidade internacional para os movimentos contra-revolucionários domésticos naturais dos dois referidos países, UNITA e RENAMO, respectivamente;
- Eliminar o ANC e seus quartéis em território angolano, moçambicano e zambiano;

⁸³ Ver George, Edward “The Cuban Intervention in Angola”, cap. 6 pp 133-135.

⁸⁴ O conceito de *Assalto Total*, surge nos primórdios dos anos de 1970, nos sectores mais radicais das forças armadas sul-africanas. Segundo os seus apologistas, este era conduzido pela URSS, com o fim último de derrubar o regime sul-africano e substituí-lo por outro de maioria negra, totalmente controlado por Moscovo, e assim posto, os movimentos de libertação sul-africanos mais não seriam do que fantoches nas mãos dos soviéticos. O interesse de Moscovo alegadamente prendia-se com o domínio da Rota do Cabo, passando assim a controlar o abastecimento de petróleo à Europa e o controlo das riquezas minerais sul- africanas, fazendo com que a Europa Ocidental ficasse sob dependência soviética, obrigando-a a afastar-se dos EUA.

⁸⁵ A nível interno, esta estratégia vai focar aspectos ligados à constituição efectiva do apartheid, a questões económico-financeiras, e reforma de itens militares e sociais inclusive (mais detalhes no cap. III).

- Neutralizar a SWAPO;
- Coergir as nações circundantes à África do Sul de modo a formar uma confederação regional dirigida por Pretória;
- Reaver o reconhecimento mundial da África do Sul pelas demais instituições internacionais.

Estes pontos-chave da estratégia de desestabilização, tem efeitos imediatos bastante nefastos para Angola, cujos dirigentes políticos vêem o território doméstico, como já referido, ser novamente invadido pela SADF, que ataca pontos económicos, para além de aldeias, pontes e estradas e simultaneamente apoia activamente a intensificação das actividades de guerrilha do movimento de Savimbi a sul, tudo isto com o aparente beneplácito do mundo ocidental, em especial dos EUA, que embora não estando directamente envolvidos no plano sul-africano de desestabilização, tendo inclusive votado a favor da decretação do embargo de armas à África do Sul nas Nações Unidas em 1977/78, adopta uma atitude de indeferença parcial em prol dos sul-africanos e respectivos objectivos que considera comuns aos seus, tendo em conta a posição anti-soviética/cubana do presidente Carter⁸⁶, que viriam a dar esperança à linha mais conservadora da sua administração, e às organizações socio-políticas americanas de direita, patrocinadoras do lobby pró-Savimbi nos Estados Unidos, que tentam subsidiar uma visita do líder da UNITA aos EUA ainda antes do final da década de 70, o que poderia servir como mote para repelir a Emenda Clark, de modo a que os americanos pudessem voltar ao auxílio activo à UNITA, havendo até quem dentro das ditas organizações, tentasse encontrar modos de contornar as limitações de ajuda militar presentes na referida emenda, que seria ainda alvo de muitas outras medidas de maneira a eliminá-la ou torná-la mais flexível, como se verificará adiante.

O ano de 1979 foi particularmente intenso em todo este processo, tendo Savimbi visitado os EUA, encontrando-se com simpatizantes notáveis da sua causa como Henry Kissinger e

⁸⁶ Carter, embora inicialmente partidário da tolerância e pacifismo em relação aos soviéticos/cubanos e à causa libertária africana negra face às agressivas acções da África do Sul, chegando a condenar este país em demarcadas ocasiões, vê-se forçado a mudar de atitude, perante acusações tanto domésticas como oriundas de outros pólos do mundo ocidental de *baixar a guarda* perante o alegado «expansionismo marxista» seguindo as directivas de conselheiros mais *direitistas*, como Zbigniew Brzezinski, responsável pelo conselho de segurança nacional dos EUA de 1977 a 1981.

senadores republicanos, não se avistando todavia com qualquer responsável da administração presidencial Carter.

Neste mesmo ano, as FAPLA, em combinação com efectivos cubanos, conseguem repelir a UNITA das principais posições nevralgicas a nível económico-financeiro, retirando-se a guerrilha savimbista para a localidade de Jamba, onde poderia obter recursos originários da África do Sul.

Agostinho Neto falece em Moscovo, ascendendo José Eduardo dos Santos como novo líder do MPLA e presidente angolano, encontrando este um agravado entrave na súbita tomada de posição conservadora de Carter, incentivada por uma série de acontecimentos como o aumento das hostilidades entre a Etiópia e a Somália, as revoluções nicaraguense e iraniana e o prelúdio da intervenção soviética no Afeganistão, que aceleraria o regresso do militarismo e logo, o reacendimento da chama da guerra fria. A falhada reacção dos EUA à crise dos reféns da embaixada americana em Teerão⁸⁷, e a falta de resposta às acções da URSS e Cuba em África, América Latina e Médio Oriente, faz com que Jimmy Carter vá perdendo popularidade interna⁸⁸, falhando a reeleição em 1980 para o republicano Ronald Reagan, um fervoroso anti-comunista, que dinamizará o incremento da tensão com a União Soviética e seus partidários, representando Angola um destacado alvo para as aspirações contra-revolucionárias do novo presidente americano.

⁸⁷ Iniciada a 4 de novembro, quando 52 cidadãos americanos foram feitos reféns na embaixada dos Estados Unidos no Irão por um grupo de estudantes e militantes islamitas que invadiram a mesma, no âmbito da revolução dos aiatólas, tendo sido tentado um resgate por via militar que se revelou um desastre com oito soldados americanos mortos. Os reféns só seriam libertados em 1981, depois de demoradas e complexas negociações, pouco tempo antes da tomada de posse do novo presidente americano.

⁸⁸ A opinião pública americana nesta fase, dá evidências de ter superado o trauma do Vietname, mostrando-se favorável a uma maior intervenção dos EUA a nível mundial contra o alstramento do comunismo, criticando activamente a inércia do presidente democrata face à intensificação das ofensivas patrocinadas ideológica e militarmente pela União Soviética e seus partidários.

2.3 Repercussões do Compromisso Construtivo de Reagan, sua doutrina, consequente nova escalada do envolvimento soviético-cubano no palco angolano e papel da nova abordagem política de Mikhail Gorbachev

Para a recém empossada Administração Reagan, o regime angolano representa um inimigo de perigosidade estratégica na África Austral, tendo em conta as suas ligações/vertentes marxistas e a agenda política profundamente anti-comunista do novo presidente americano, que se encontra focado no seu objectivo de derrotar governos de países próximos de Moscovo e facções revolucionárias em vastas regiões do globo desde a América Latina ao Afeganistão, passando pelo sul do continente africano, enquadrando-se neste contexto local último, uma abordagem especial engendrada por Chester Crocker, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos de Reagan, designada Compromisso Construtivo⁸⁹, estratégia esta de carácter dúbio, baseada na cooperação com a África do Sul no sentido de conter a ameaça representada pela expansão comunista, fazendo os sul-africanos sentirem-se “confortáveis” e eventualmente disponíveis a proceder a reformas do apartheid, tendo neste sentido, os EUA, o grande cuidado de não parecer apoiante do sistema discriminatório vigente naquele país, distanciando-se de algumas medidas coercivas levadas a cabo a nível interno pelo regime de Pretória e até aprovando certas resoluções anti-apartheid na ONU, deixando antever a jogada dupla dos Estados Unidos neste contexto, tentando salvaguardar os seus interesses sem ferir susceptibilidades dos países africanos em particular.

O chamado Compromisso Construtivo, estabelecia uma ligação entre eventuais negociações que proporião a retirada das tropas cubanas de Angola em troca do aceleramento e finalização do processo de independência da Namíbia⁹⁰, não reconhecendo os EUA plenamente o estado angolano enquanto este não estivesse totalmente livre da presença cubana e soviética, indo este desígnio de encontro às aspirações dos sul-africanos.

Este complexo processo político-diplomático, desenvolve-se nos primeiros meses da administração *Reaganiana* a par dos inúmeros esforços levados a cabo por esta de mobilizar, tanto através dos seus destacados elementos como dos seus serviços secretos, os seus aliados políticos no sentido de apoiar movimentos insurrectos anti-comunistas de toda a forma possível, tentando deste modo, ultrapassar entraves domésticos que a impediam de realizar tal tarefa, como a Emenda Clark e resquícios do trauma/síndrome do Vietname, cumprindo as

⁸⁹ Originalmente, Constructive Engagement.

⁹⁰ Linkage, segundo Crocker, ou interligação de objectivos.

pretensões da UNITA e de certa maneira dos sul-africanos também, que viam no horizonte a possibilidade dos seus desejos se cumprirem no que diz respeito a Angola, continuando os mesmos a senda de assédio violento ao território daquele país, esperando os Estados Unidos que com a desestabilização e perturbação sumária perpetrados, o governo angolano se visse forçados a negociar fazendo *dolorosas* concessões.

Assim sendo, o Sec. Adjunto Crocker nesta fase inicial da presidência de Reagan, desdobra-se em encontros e discussões com políticos e pontualmente com estados africanos austrais de forma a conciliar o desejado -sobretudo para a África do Sul- êxodo cubano da região angolana, o recuo da SADF e a soberania namibiana, existindo inegavelmente cumplicidade entre os responsáveis americanos e sul-africanos na opinião de que o «expansionismo soviético» representava o perigo destacado naquele ponto do globo, defendendo os EUA que a efectividade das negociações no território fosse assegurada pela África do Sul⁹¹, que sentindo-se encorajada nos seus actos, lança-se em novas ofensivas em Angola, sendo a Operação Protea⁹², a primeira desde que Reagan toma posse, iniciada em Agosto de 1981, que conta com o apoio de uma inesperadamente forte UNITA, tentando assim camuflar ao máximo a sua presença, que todavia era amplamente conhecida, provoca um grande revés territorial e psicológico à coligação militar marxista angolana devido ao grau de intensidade da mesma, destruindo diverso equipamento das FAPLA e reforçando a posição da SADF no sul angolano, que com esta incursão ambiciona controlar totalmente a seu favor a zona meridional angolana, detendo posterior apoio do MPLA à SWAPO realizando as forças sul-africanas outras destacadas incursões sempre naquela região entre 1981 e 1984⁹³, cujos principais alvos continuavam a ser centros económicos e militares, pese a justificação de que estavam apenas a perseguir elementos da SWAPO⁹⁴, sempre em conjunto com o movimento de Savimbi que se encontrava em ascensão a nível bélico, com o auxílio cerrado do governo de Botha em armamento e logística a atingir níveis inéditos, ajuda esta mais firme na sequência de uma nova visita de Savimbi aos EUA em 1983, onde é grandiosamente recebido

⁹¹ Marginalizando controversamente a ONU, crendo os Estados Unidos, que aquela organização internacional era neste ponto, demasiadamente pró-africanista, simpatizante das correntes de resistência negras contra o poderio de Pretória.

⁹² Operação militar na qual a SADF destrói várias bases da SWAPO em Angola, eliminando inclusive combatentes daquela organização independentista.

⁹³ Cronologicamente: Operação Daisy, Op. Super, Op. Pheonix, a ritmo anual.

⁹⁴ Neste panorama, o principal perseguidor da SWAPO era a UNITA, que ao ocupar certas cidades com intensa ajuda das forças sul-africanas, atacava os guerrilheiros namibianos presentes “em compensação”.

por membros do congresso e representantes do estado americano, que parciais em relação ao líder da UNITA, procuram usar a visita do mesmo como forma de pressão para a supressão da Emenda Clark e tentativa de aproximar o mundo ocidental e aliados da figura rebelde angolana, procurando formas conjuntas de auxiliá-la. Destaca-se o facto desta visita ter-se realizado depois de encontros importantes inicialmente não expectáveis entre representantes americanos e responsáveis do MPLA no seio das Nações Unidas, em Paris a até mesmo em Angola entre 1981 e 1982⁹⁵, conferências iniciais estas que acabam num impasse, devido à recusa do governo angolano em aceitar a retirada dos soldados cubanos de modo a beneficiar a realização de um acordo para a Namíbia, considerando que a questão namibiana encontrava-se em segundo plano apresentando as repetidas investidas sul-africanas e da UNITA no seu território como problemática primordial, vendo-se portanto necessitado da rede de defesa cubana por uma razão de sobrevivência política, não crendo que Pretória cessasse os seus ataques após saída de pessoal não angolano das malhas de defesa do MPLA em benefício da existência de um acordo para a Namíbia, conforme esperado por Crocker. Todavia, continuaria o diálogo entre americanos e angolanos, estabelecendo o presidente José Eduardo dos Santos propostas para um cessar-fogo e condições para uma eventual saída dos cubanos, entre as quais a independência total e imediata da Namíbia, prontamente negada pela África do Sul que exigia em primeiro lugar a retirada total dos cubanos, havendo no plano internacional a recusa de que a autodeterminação namibiana se encontrasse dependente da resolução do conflito no teatro regional angolano, devendo ser encontrada uma solução própria para a *África do Sudoeste*⁹⁶, uma vez já tendo a ONU declarado ilegal a sua ocupação, não devendo, nem podendo portanto servir de moeda de troca no confronto entre a Angola e os sul-africanos, que encetaram negociações directas pela primeira vez em 1982, estendendo-se as mesmas até finais de 1983, não chegando contudo a acordo novamente, não querendo nenhum dos governos ceder e muitíssimo reticentes a confiar um no outro, estabelecendo neste sentido, os governos angolano e cubano, uma declaração conjunta de princípios que se assume como uma resposta à *linkage* americana, -sendo esta vista como uma tentativa de adiar a independência da Namíbia- ao justificar as razões da contínua presença cubana em Angola, propondo a retirada da SADF até à fronteira sul namibiana, organização de eleições livres naquele mesmo país e respectiva auto-determinação como condições para uma retirada

⁹⁵ Inseridas na proposta de linkage de Chester Crocker.

⁹⁶ À parte de outros acordos existentes ou não entre “terceiros”.

das FAR⁹⁷, que apenas poderia ser negociada entre responsáveis governamentais cubanos e angolanos, encontrando-se excluída de eventuais acordos abrangentes entre múltiplas partes, saindo assim reforçada a aliança Cuba/Angola.

A intensa ronda de cimeiras negociativas com representantes sul-africanos, da SWAPO e até do estado angolano exemplifica o esforço empregue pela diplomacia americana que tentava usar uma abordagem de interligação das questões problemáticas relativas ao sul de África, esforço e abordagens estas que têm como meta implícita travar definitivamente a expansão comunista naquele local do globo, privilegiando a África do Sul, suas acções externas no panorama apresentado -por vezes relegando para secundária a resolução do imbróglio interno do apartheid- e a UNITA, como grande auxiliadora do *poder boer* em Angola, servindo os duplos interesses dos EUA de fazer prevalecer a sua hegemonia, tentando sempre afastar as influências soviéticas do governo angolano, considerado o causador-mor dos tumultos acumulados na região pela sua grande proximidade ao eixo Havana/Moscovo. Posto isto, ao deparar-se com a intransigência do MPLA em aceitar as condições prévias de retirada da máquina militar cubana, a administração presidencial americana lança-se num engenhoso esforço de forma a contornar a Emenda Clark, para assim poder fornecer auxílio militar ao movimento guerrilheiro de Jonas Savimbi, entrando a estratégia dos Estados Unidos para a África Austral, numa fase claramente mais próxima em favor das intenções da África do Sul e UNITA de perturbar intensivamente e se possível derrubar o regime marxista angolano, servindo os propósitos americanos que têm na referida Emenda um entrave cujos responsáveis políticos ligados a Reagan tentam transpôr ao discutir nos meandros legislativos internos as implicações daquela na posição dos EUA face ao constante *avanço vermelho* no mundo africano, continuando porém aquela restrição em vigor durante o mandato inicial do presidente republicano, mediante polémicas várias.

Após estes reveses nas suas intenções, os EUA decidem enviar armas para a África do Sul, que posteriormente as entregaria ao movimento de Savimbi e aumentar a exportação militar para os sul-africanos numa clara violação do embargo de armas a que aquele país estava sujeito desde 1977, para além de estabelecerem ligações com o BOSS de maneira a receber informações criteriosas da evolução militar no terreno, promovendo encontros entre

⁹⁷ *Fuerzas Armadas Revolucionárias*, substantivo doméstico atribuído ao exército cubano.

personalidades ligadas à defesa dos EUA e integrantes da SADF nos primeiros anos da década de 1980⁹⁸.

2.3.2 Nova ronda de confrontos no terreno na base de um entendimento frágil

Sentindo-se legitimados e incentivados pela potência americana a prosseguir com as suas campanhas de desestabilização personalizadas na forma de ataques constantes ao solo pátrio angolano, a SADF em conluio com a UNITA intensificam as suas acções, apontando-se o cerco de Cangamba, ocorrido entre Julho e Agosto de 1983, no qual as forças de Savimbi⁹⁹, rodeiam batalhões das FAPLA/Cubanos estacionadas na região, bombardeando consecutivamente as suas posições, inflingindo grandes perdas à coligação militar governamental, sendo esta salva *in extremis* por um súbito reforço oriundo de vários pontos do país e ataques aéreos massivos, e também a Operação Askari- lançada pela África do Sul em Dezembro do mesmo ano, esta nova incursão tem como objectivo inicial, atacar alegados campos da SWAPO instalados na região do Cunene, enfrentando feroz oposição por parte das FAPLA, que refeitas dos acontecimentos de Cangamba, mais numerosas, melhor disciplinadas¹⁰⁰, organizadas¹⁰¹ e sobretudo bem armadas com o mais recente equipamento bélico soviético¹⁰², detêm os invasores, causando baixas muito significativas aos invasores a nível de pessoal militar e material inclusive, agravando os custos monetários para Pretória da sua presença em território extra-fronteiriço, facto que leva o governo sul-africano regressar à mesa dos acordos logo no início de 1984, por pressão dos EUA que oficialmente condenam

⁹⁸ Ficando estabelecido que conselheiros americanos e sul-africanos viajassem para a zona meridional angolana, via Namíbia, para efectuar um inventário das necessidades militares da UNITA e em certa medida, da SADF também.

⁹⁹ Neste período, a UNITA expande em larga medida as suas ofensivas guerrilheiras anti-governamentais, nomeadamente por meio de sabotagens, colocação de minas e ataques à bomba sumários, encontrando-se suficientemente forte -devido ao constante auxílio sul-africano- para desencadear pressionantes ofensivas contra as FAPLA, como se comprova.

¹⁰⁰ Em consonância com o treino militar intensivo, os cubanos porcuram dotar as forças armadas do MPLA de um sentido de dever revolucionário em conjunto com a necessidade de obediência à hierarquia política de modo a atingir a vitória e a libertação, encontrando-se a formação ideológica e organizacional em grande plano no ensinamento bélico de Cuba às FAPLA.

¹⁰¹ As forças pró-governamentais são neste ponto lideradas por uma junta cubano-soviética que se revela uma mais valia em termos de ordem e táctica combativa, devido à vasta experiência militar conjunta.

¹⁰² Soviéticos estes que informam continuamente Pretória que as invasões a território angolano e auxílio à UNITA são inaceitáveis, ameaçando uma massificação do conflito. A nível de armamento ver anexos 23 e 24.

esta ofensiva, promovendo a ONU e outros países daquela região africana uma ronda de negociações que culminam nos Acordos de Lusaka, estipulando estes uma trégua entre as partes em conflito, prevendo uma retirada tanto da SADF como das FAPLA da zona de combate, sendo criada uma comissão de supervisão para avaliar a situação no terreno. Contudo, os preceitos dos acordos não seriam totalmente cumpridos, uma vez que as forças sul-africanas efectuam uma retirada parcial, continuando igualmente a UNITA a desencadear acções agressivas na região circunscrita, sendo por isso os acordos quebrados, continuando a tensão acentuada no território, exigindo novamente os responsáveis políticos de Pretória a retirada dos cubanos como condição prévia para qualquer entendimento tanto sobre a situação angolana como relativamente à Namíbia, mostrando-se o MPLA, por seu lado, absolutamente irredutível na recusa desta proposta, estabelecendo nas Nações Unidas a necessidade da África do Sul retirar e conceder a auto-determinação ao povo namibiano, comprometendo-se Angola a fazer concessões em troca, no tocante à presença cubana e a um cessar-fogo duradouro.

Este impasse mantém os responsáveis americanos, entre os quais Chester Crocker, algo “satisfeitos” por haver um certo espírito de entendimento, todavia certamente frustrados por não haver essa concertação de forma prática, e neste contexto, em 1985, Ronald Reagan é reeleito Presidente.

2.3.3 Doutrina Reagan no processo da abolição da Emenda Clark e reacção da URSS e Cuba no terreno

Reagan sucede a si mesmo na presidência, lançando as bases da doutrina que regeriam as acções americanas a nível mundial: o desafio à União Soviética e ideologia comunista em qualquer região, pólo ou centro mundial por meio do apoio directo ou indirecto a todos os movimentos e guerrilhas que lutavam contra regimes simpatizantes de Moscovo a nível doméstico. A chamada Doutrina Reagan entra em vigor em força fazendo sucumbir a meio do ano a Emenda Clark, na Câmara dos Representantes, não existindo mais barreiras ao apoio alargado à UNITA, que embora se torne óbvio ao longo dos meses seguintes, é amplamente criticado mesmo dentro dos meandros da política e economia americanas, nomeadamente pela esquerda democrata, organizações de direitos humanos e civis, empresas petrolíferas que

operavam em Cabinda, como a Gulf Oil¹⁰³ e mesmo partidários do Compromisso Construtivo, que acreditam que os Estados Unidos ao apoiar claramente o movimento do galo negro, iriam condenar quaisquer probabilidades de um acordo alargado com o governo angolano ao “empurrar” este ainda mais para os seus tradicionais aliados cubano-soviéticos por uma questão de protecção, não obstante a continuação de debates entre dirigentes do MPLA e do governo americano que continuam a não produzir resultados positivos, denunciando o regime angolano o facto de os EUA auxiliarem elementos anti-governamentais em Angola, enquanto tentam promover a paz no país, contraprodução essa que mantém as forças defensivas em alerta no terreno angolano.

No terreno, os adjuvantes cubanos e soviéticos governamentais, continuam bastante activos no que toca ao treino das FAPLA e na própria defesa de Angola, onde em combinação com as forças armadas do MPLA, continuam a resistir às constantes incursões da UNITA com o apoio da SADF¹⁰⁴, cujas acções vão causando avultados prejuízos humanos e materiais ao país em si. A nível particular, é de referir que as FAR, falhado que foi o processo de retirada destas no final dos anos de 1970, devido à continuação de hostilidades, continuam firmes no palco de confronto, não obstante o facto de as mesmas não terem estado ao mais alto nível em 1981 aquando da Operação Protea, tendo soçobrado em repelir eficazmente os sul-africanos, como em ocasiões anteriores, devendo-se tal à pronunciada crise financeira vivida em Cuba e ao grande aumento do êxodo clandestino para os EUA, encetando o regime de Havana uma série de medidas de cariz social de modo a agradar a população, não voltando a injectar avultado número de militares em Angola sob pena de perda de vidas massiva entre os mesmos, podendo a opinião pública tornar-se hostil ao governo cubano. Contudo, Fidel Castro faz questão de frisar que o compromisso cubano com Angola continuará firme, beneficiando irónicamente com a chegada de Reagan à presidência dos EUA e sua agenda anti-comunista, capitalizando o regime de Cuba esta atitude americana em seu favor ao reiterar as acusações de imperialismo aos americanos, conquistando apoios no terceiro mundo e acalmando os ânimos no seu espaço doméstico, sendo que o ímpeto cubano em Angola se consolida mais praticamente com o estreitamento das relações cúmplices entre os dois países, comprovando-se tal na sequência das negociações internacionais tendo em vista o fim dos

¹⁰³ Gozando de boas relações com o governo angolano, a dita empresa teme que a anulação da restrição a ajuda militar à UNITA, incentive algum tipo de represália por parte do MPLA, para além de se mostrar esperançada que o facto de assumir publicamente esta posição, faça-a ganhar crédito junto do mesmo.

¹⁰⁴ Sempre em oculto conluio com os Estados Unidos, na senda da sua controversa estratégia de concertação construtiva.

conflitos na região nos quais o aliado cubano se mostra sempre ao lado do MPLA na sua determinação em não ceder face às exigências americanas e sul-africanas, isto no campo de batalha inclusive, onde fazem valer a resistência incondicional aos invasores sempre com o apoio bélico da URSS, que a partir de 1980, massifica de forma mais intensa a ajuda às FAPLA, cujos valores ascendem aos milhões de dólares.

A par do auxílio em equipamento militar, os soviéticos mostram interesse em participar mais activamente nas operações de comando das forças do MPLA nas demais investidas, tendo em conta o facto de Angola se estar a tornar um ponto quente da guerra fria e o desejo de Moscovo de se tornar mais interventivo na senda da onda negociativa personificada no Compromisso Construtivo de Crocker/Reagan, começando o seu renovado esforço a materializar-se com o envio de novas remessas de instrutores e comandantes militares de renome da União Soviética, que replanificam a estrutura das FAPLA, preparando-as para pesadas confrontações que se perfilavam, destacando-se a Operação Congresso II lançada pelas forças governamentais do MPLA em Julho de 1985 sob os auspícios dos soviéticos, cujos objectivo seria o de expulsar a UNITA para fora da zona do Moxico, efectuando uma investida final contra a *fortaleza* do galo negro em Jamba, após ocupação de Mavinga, manobra militar esta que embora tenha um sucesso inicial, acaba por falhar nos índices principais, revelando alguns desacordos entre as chefias militares soviéticas, cubanas e angolanas, que serão explicitadas mais adiante.

Todas estas movimentações se desencadeavam *durante* a subida de Mikhail Gorbachev ao poder na URSS e a mudança de atitude deste em relação aos seus predecessores perante os conflitos no terceiro mundo, sendo apologista de resoluções pacíficas e negociadas dos mesmos, procurando redireccionar os fundos destinados à ajuda bélica aos demais subsidiários para o desenvolvimento económico-financeiro interno, ao tentar debelar crises monetárias e sociais vividas no seio da URSS, dando assim primazia ao panorama *in door* e seu desenvolvimento¹⁰⁵, contudo, como já afirmado, a guerra fria encontra-se particularmente quente no panorama do sul africano, havendo consciência por parte das altas patentes militares soviéticas de que os compromissos com os seus aliados no mundo, em especial na referida região, teriam que ser cumpridos sob pena de os EUA e seus próximos *tomarem conta* da situação e deste modo a transferta auxiliadora soviética para solo angolano prossegue firmemente, agora com a intenção de tomar as rédeas das FAPLA, torná-la mais

¹⁰⁵ Esta nova abordagem política protagonizada por Gorbachev, seria apelidada de New Political Thinking (trad. Novo Pensamento Político).

eficaz, tentando fornecer às mesmas uma disciplina e rigor militares próprios de maneira a dotá-la de mais poder combativo, tendo em conta o alto grau de preparação dos inimigos sul-africanos, pesem embora relatos de roubos de armas e suplementos alimentares por alguns oficiais e recusa em combater por parte de outros em certos casos, problemas estes residuais, considerando os soviéticos a nível geral, os efectivos das Forças Armadas do MPLA, bons soldados, necessitando de novas abordagens de instrução.

Posto isto, são planeadas investidas militares anti-UNITA que apresentam por vezes problemas/questões, que são resolvidos em encontros tripartidos entre representantes angolanos, cubanos e soviéticos que procuram harmonizar os objectivos dos combatentes no terreno, e neste sentido assiste-se a um certo optimismo nas hostes defensivas que substancialmente melhor preparadas enfrentam sistematicamente e com ligeiros melhores resultados os invasores, ao mesmo tempo que no plano diplomático, os responsáveis políticos continuam a debater hipotéticas concessões por acordos mútuos que esbarram quase sempre na inflexibilidade de cada parte envolvida continuando as incursões de parte a parte a sistematizar-se destacando-se as investidas pesadas das FAPLA/Cubanos contra os principais redutos do movimento de Savimbi que se intensificam na segunda metade da década de '80.

2.3.4 Ofensivas governamentais em combinação com esforços diplomáticos

Como já atrás apontado, a Operação Congresso II¹⁰⁶ é lançada em Julho de 1985, sendo a primeira totalmente liderada e planificada por comandantes soviéticos e tem o fim último de destruir a UNITA e seus redutos no leste e sudeste do país em especial nas localidades de Mavinga, Cazombo e Jamba sob a forma de um ataque duplo simultâneo, que surpreende e esmaga a moral das forças de Savimbi que se veem obrigadas a pedir novamente auxílio à África do Sul, cuja SADF actua em Setembro, ajudando no transporte dos rebeldes entre cidades, sendo posteriormente “forçada” a entrar em combate após Cazombo cair nas mãos das forças governamentais e estas se encontrarem a poucos quilómetros de Mavinga, efectuando por meio da sua força aérea vários raids, que quebram o ímpeto da incursão das FAPLA, sustidas junto ao rio local, o Lomba, causando avultadas perdas humanas e materiais,

¹⁰⁶ Assim chamada tendo em conta previsões que Mavinga e Cazombo estivessem nas mãos do MPLA, por alturas do seu segundo congresso, em Dezembro do referido ano.

o que causa alguma apreensão entre os responsáveis cubanos¹⁰⁷. Apesar do falhanço final, as chefias militares soviéticas, motivadas pela captura de Mavinga, começam imediatamente as preparações para mais um ataque massivo contra os rebeldes do galo negro, que se dá entre Maio e Agosto de 1986 e é novamente repelida por uma UNITA rejuvenescida por armamento americano, que actua em conjunto com os sul-africanos, ao repelir uma vez mais o exército popular angolano por meio de sabotagens várias e destruição de cargueiros soviéticos, vendo-se as FAPLA, não obstante alguns sucessos nesta incursão, sem alternativa senão a de recuar novamente, o que causa grande embaraço entre os generais da URSS responsáveis pela estrutura de toda a operação militar governamental angolana.

No meio deste frenético despique bélico, prosseguem as tentativas de estabelecimento de acordos entre as diplomacias americana e soviética, que continuam a revelar-se infrutíferas, tendo em conta as tradicionais diferenças, e a irredutibilidade angolana, sobretudo do regime cubano, pela mão de Fidel Castro, que pese embora a preocupação perante o cenário de um *Vietname angolano*, tendo em conta o impasse perpétuo, procura motivar os contendores aliados ao organizar em Fevereiro de 1987 uma reunião com representantes da defesa do governo angolano em Havana de modo a preparar o terceiro assalto militar a território “da UNITA” em dois anos. A intrepidez de Castro nesta fase do conflito, contrasta em larga medida com a abordagem bastante mais magnânima de Gorbachev que procura uma maior abertura ao mundo não comunista ao tentar resolver os conflitos militares ideológicos do terceiro mundo de forma negocial, embora no terreno, líderes militares soviéticos organizem amplamente uma (já referida) terceira nova incursão das FAPLA à região sudeste angolana, com o mesmo objectivo de eliminar a UNITA, começando esta em finais de Abril de 1987, com a esperança de que esta ofensiva fosse bem sucedida, podendo esta revelar o próprio destino de toda a guerra, entrando as forças governamentais novamente em região “dominada” por Savimbi dando início a duros combates com os rebeldes do galo negro¹⁰⁸ que contam de novo com apoio sul-africano¹⁰⁹, ao concluir a SADF de que a UNITA não

¹⁰⁷ Uma vez que haviam avisado os planeadores militares soviéticos, de que seria bastante provável que a SADF interviesse em socorro da UNITA, ao ver-se esta encurralada, avisos estes sucessivamente ignorados por aqueles, convencidos do imenso poder e capacidade das FAPLA.

¹⁰⁸ Ver anexo 10.

¹⁰⁹ A nível material (Operação Chuva-Junho de 1987), à semelhança do ocorrido em 1985 (Operação Magneto e Wallpaper).

conseguiria sustentar as FAPLA por si só¹¹⁰, ajudando aquela a repelir as forças governamentais para o rio Lomba onde durante cerca de um mês -naquela que seria conhecida como a batalha do rio Lomba- ambos os lados se degladiam violentamente, com vantagem para os sul-africanos que não obstante surpreendidos pelo inesperado grau de agressividade das FAPLA, que provoca perdas significativas entre as suas fileiras, saem vitoriosos, ao eliminar centenas de combatentes do MPLA, retirando-se estes sob ameaça de chacina total. O fracasso de mais esta ofensiva faz com que a URSS ordene a retirada dos seus comandantes e conselheiros das principais frentes de batalha, ficando a federação soviética à mercê de críticas e acusações de incapacidade a nível mundial e principalmente por parte dos seus aliados.

Entregues a si próprias no extremo sul do país, as brigadas do exército governamental, recuam até à sua base, no Cuíto Cuanavale, sendo perseguidas pelas forças invasoras, e, sem outra alternativa, prosseguem o combate com o fim último de sobreviverem, o que faz com que os líderes do MPLA, à semelhança do que aconteceu em 1975, se virem para Cuba em busca de auxílio, ajuda esta que é prontamente disponibilizada por Fidel Castro¹¹¹, enviando cerca de 3000 militares para a região¹¹², sob o comando do General Arnaldo Ochoa Sánchez¹¹³, de modo a segurar as linhas defensivas das FAPLA e a fazer o conflito atingir um patamar mais

¹¹⁰ Esta acção da SADF em apoio da UNITA, face aos novos ataques das forças do MPLA em 1987 apresenta como nome de código Operação Modular e conta com mais de 700 homens, - entre os quais, o famoso 32º Batalhão (ou Batalhão Búfalo) um corpo de infantaria ligeira do exército sul-africano no activo até 1993, composto por efectivos brancos e negros, oriundos de vários países, entre os quais também de Angola, (antigos membros da FNLA) fundado pelo Coronel da SADF Jan Breytenbach em finais da década de 1970, com uma reputação de implacabilidade no combate, tendo sido uma das unidades militares sul-africanas mais condecoradas da história do país- assim como diversas companhias de assalto e artilharia.

¹¹¹ Que desejava de forma notória um maior envolvimento dos aliados comunistas nos combates, achando tal sobejamente necessário e indispensável.

¹¹² Num total de 15000 para todo o país, encontrando-se assim neste ponto cerca de 40000 militares cubanos em Angola.

¹¹³ Mobilização denominada *Manobra XXXI Anniversario*, contou com o envolvimento das forças especiais MININT e da 50ª Divisão, uma unidade de elite das FAR, assim como de brigadas de blindados, e antiaéreas, (sendo a força aérea sul-africana, das maiores ameaças às FAPLA/FAR no sudeste angolano) caças, helicópteros e outros sofisticados meios de combate de fabrico soviético. Esta movimentação causa alguma preocupação a nível doméstico em Cuba, temendo alguns responsáveis políticos, que os EUA, sob a batuta de Reagan, lancem um ataque surpresa à ilha, aproveitando a sua alegada vulnerabilidade temporária a nível militar devido à odisséia africana, possibilidade que não parece intimidar Fidel, continuaando este a ordenar activamente o envio massivo de suplementos militares para o aliado angolano.

elevado e consequentemente mais arriscado e custoso, naquele que seria o maior embate militar em solo africano desde a 2ª guerra mundial.

2.3.5 Cuíto Cuanavale: A Estalinegrado angolana

O embate entre as FAPLA/FAR e a UNITA reforçada pela SADF, na cidadela do Cuíto Cuanavale, representou sem dúvida o ponto de viragem no conflito semi-alargado que durava desde 1975, ao dar lugar a negociações depois de os esforços militares de ambas as partes aqui terem atingido o limite da sua projecção durante os quatro meses de combate naquela localidade -Novembro de 1987 a Março de 1988- cujas acções seriam recordadas na história bélica universal como das mais marcantes no que toca aos conflitos no terceiro mundo sob a “égide” da guerra fria, pois veja-se:

Os cubanos ao tomar a liderança da defesa da dita base na região do Cuando Cubango¹¹⁴, tinham em mãos uma tarefa bastante difícil ao serem ali atacados diáriamente pela força aérea sul-africana, que tentava abrir caminho a uma incursão de infantaria por parte da UNITA, já apetrechada com armamento americano¹¹⁵ com o objectivo de tomar a cidade em Dezembro, contudo, o sistema defensivo montado em redor da base pelas forças cubano-angolanas, -em combinação com o refreamento de Pretória, que face à abertura cubana demonstrada no plano diplomático ordena uma certa distância das suas forças de forma a não frustrar eventuais concertações negociais, em contraste com os comandantes militares que preconizam uma tomada da cidade por meio de ataques sucessivos podendo derrotar os resistentes, acabando estes últimos por congratular-se com a mudança de posição dos políticos sul-africanos- por meio de minas anti-pessoais e anti-tanque, mostrou-se eficaz em repelir os invasores que mais uma vez recorrem à SADF de modo a terem sucesso nesta missão, respondendo os sul-africanos positivamente a esta requisição por parte dos rebeldes anti-governamentais, ao consciencializar-se que a operação militar só teria hipóteses de ser bem sucedida com a sua intervenção, devido ao contínuo imbróglia a nível dos acordos, atacando esta o leste da cidade em Janeiro onde encontra forte oposição por parte dos defensores e do próprio terreno em

¹¹⁴ Entrando em combate com as forças sul-africanas na região pela primeira vez desde 1975-76.

¹¹⁵ Destacando-se os mísseis teleguiados anti-tanque TOW e os Stinger, arma anti-aérea portátil, que obriga, neste panorama, os aviões de combate das FAPLA a actuarem a partir de elevadas altitudes de modo a evitar os projecteis sendo porém alguns caças governamentais abatidos por este lança-mísseis. O apoio militar constante dos Estados Unidos à UNITA, mantém o movimento de Savimbi forte o suficiente para continuar a sua senda de guerrilha no leste e sudeste de Angola.

si¹¹⁶, conseguindo todavia infligir pesadas perdas às FAPLA¹¹⁷ após um intenso combate que envolve artilharia e blindados pesados, voltando à carga um mês depois, em conjunto com a UNITA, no âmbito da operação militar de nome Hooper¹¹⁸, conseguindo inutilizar parte das defesas da cidade e causar fortes reveses nas forças governamentais conjuntas, tendo porém estas lançado um contra-ataque quase imediato por meio de tanques, que causam algumas baixas entre a SADF, no entanto, o cenário continuava bastante negro para as forças defensoras, aumentando a tensão entre Fidel e Ochoa Sánchez¹¹⁹, sendo este substituído pelo General Leopoldo Cintra Frías, homem de grande confiança do líder cubano, que emprega a estratégia delineada por este e tenta aumentar a confiança das já desgastadas e desmoralizadas FAPLA, conseguindo uma reviravolta a seu favor ao conseguirem deter uma terceira incursão das SADF/UNITA com o emprego de armamento pesado, aviões de combate avançados e minas colocadas em locais estratégicos que quebram o ímpeto inicial daqueles, vendo a SADF aumentar consideravelmente o número de soldados seus mortos em combate, algo inaceitável para os responsáveis políticos sul-africanos, receando que notícias sobre o incremento exponencial de baixas entre combatentes nacionais pudessem ter um efeito bastante nefasto a nível interno, podendo colocar a opinião pública branca doméstica contra o envolvimento do

¹¹⁶ As intensas chuvas que fustigam a região nesta altura, transformam o terreno arenoso num lamaçal de grandes dimensões, o que dificulta e muito a passagem de tanques e outras viaturas pesadas.

¹¹⁷ Derrota esta que acontece em má altura para Fidel Castro, que após aceitar entrar em negociações sobre a problemática angolana, coordenadas por norte-americanos, deseja fazê-lo em condição de superioridade, tanto perante a mesa de acordos como perante o mundo diplomático, vendo a sua sobrevivência política em risco devido à abordagem de pacificação concessiva patrocinada pela URSS de Gorbachev. A quebra das defesas angolanas e cubanas no ataque inicial da SADF, põe a sua estratégia em grande perigo.

¹¹⁸ Mobilização militar sul-africana que substitui a Operação Moduler. Compreende as três primeiras investidas a Cuíto Cuanavale entre Janeiro e Fevereiro de 1988, sendo sucedida pela Operação Packer, que promove novas invasões, tentando encurralar as forças militares do MPLA contra a região oeste da localidade.

¹¹⁹ Desejando Sánchez retirar as FAPLA e forças cubanas do Cuíto para Menongue, de maneira a reorganizar o combate no sul do país, algo imperiosamente recusado por Castro, que ordena a defesa a todo o custo da cidade, optando por substituir o General Sánchez achando que este não se encontra suficientemente motivado para fazer frente à SADF/UNITA na dita localidade. A condenação à morte do mesmo em 1989 por acusações de corrupção (contrabando de marfim e diamantes de origem angolana) uso ilícito de recursos económicos, tráfico de droga e traição à pátria, -devido ao envolvimento com um piloto contratado pela CIA e ao facto de os estupefacientes traficados poderem ter como destino os EUA, o que justificaria uma invasão do país por parte dos norte-americanos- levantaram rumores de que tal desfecho se deu devido à fabricação de provas por parte do governo cubano por forma a punir Ochoa Sánchez, outrora um herói militar da revolução, pela sua atitude e derrotas preliminares em Angola, algo bastante discutível até aos dias de hoje.

país no confronto militar em Angola, desencadeando reacções semelhantes às ocorridas nos EUA durante a guerra travada no Vietname¹²⁰. Porém, mesmo tendo em conta as restrições políticas, a SADF volta a insistir em tomar a base governamental pela região circundante do Tumpo, encontrando uma vez mais feroz resistência das FAPLA, que continuam a polvilhar o território adjacente à base de engenhos explosivos subterrâneos, entregando-se os dois lados a um violento combate a curta distância, vendo-se os sul-africanos e a UNITA obrigados a retirar, contribuindo para tal desfecho a mudança de tática e aumento da moral dos soldados conjuntos do MPLA, concluindo a SADF que os comandantes adversários empreendem técnicas significativamente mais inteligentes, e juntando-se a este facto os impedimentos de ordem diplomática, começam a surgir dúvidas sobre a exequidade da tomada da dita cidade, sendo mesmo assim lançado um último assalto em finais de Março, efectuando as forças de defesa sul-africanas manobras de diversão tentando confundir os defensores governamentais, algo que se revelou infrutífero tendo os contingentes da SADF sido imobilizados pelo já descrito tapete de minas e por um incessante fogo de artilharia pesada das FAPLA/FAR que contaram com a inesperada ajuda do clima, servindo a grande nebulosidade como aliadas naturais contra a SADF e combatentes da UNITA, suportando estes últimos a maior fatia de baixas, encontrando-se claramente desprotegidos¹²¹, desempenhando a aviação militar cubana um importante papel ao destruir inúmeros veículos pesados inimigos, dando os superiores militares sul-africanos ordem de retirada, finalizando a Operação Packer e nunca mais voltando a assediar a base sob pena de perda inconcebível a nível político de soldados de Pretória.

Contra todas as expectativas, os resistentes angolano-cubanos tinham conseguido defender o seu quartel-general do exército mais poderoso do continente africano, -embora Pretória afirme que os seus objectivos não se prendiam com a tomada da localidade¹²²- algo que marcaria de

¹²⁰ Sempre com o receio de baixas avultadas entre recrutas seus, os governantes sul-africanos não permitem que os seus combatentes excedam o número de 3000 homens na disputa pela base referida.

¹²¹ Tentando evitar ao máximo perdas humanas por parte da SADF, os estrategas militares sul-africanos “colocam” guerrilheiros da UNITA na frente das incursões, constituindo aqueles o grosso da infantaria da invasão, cabendo-lhes as missões mais perigosas, como detecção de minas e espionagem próxima dos redutos inimigos enquanto que a maioria dos soldados sul-africanos segue em segurança nos tanques e veículos blindados.

¹²² Fontes governamentais sul-africanas afirmam que o fim último das suas operações no Cuíto Cuanavale prendiam-se com o estabelecimento de uma zona de segurança para a Namíbia e um auxílio particular à UNITA, contudo torna-se óbvia a sua desmoralização face ao recuo das suas forças perante o avolumar dos riscos em escalar o confronto.

forma indelével os acontecimentos que se sucederiam tendo esta degladição constituído um dos expoentes máximos pontuais da guerra fria ao personificar o combate EUA/URSS de maneira bastante particular nos invasores pró-ocidentais, UNITA e África do Sul apoiados discreta contudo absolutamente perceptível por americanos e MPLA e Cuba auxiliados insistentemente pelos soviéticos mesmo com a nova abordagem política da sua liderança, encontrando-se neste sentido o conflito internacionalista em Angola, intimamente ligado com o desfecho final do confronto entre as potências e respectivas concessões mútuas de modo *satisfazer* ambas as partes como se comprova no capítulo seguinte.

2.4 Negociações nos bastidores por entre últimas confrontações, influências do prelúdio da administração Bush e da intensificação da *Perestroika* no estabelecimento de um acordo final

O continuado impasse no campo de batalha e suas nefastas consequências para todos as partes envolvidas, leva a que as mesmas não obstante continuarem obstinadas nos seus esforços militares, se mostrem receptivas a um entendimento geral que possibilite a todos a salvaguarda dos seus interesses e prestígio no caso das superpotências, tendo aquelas tomado consciência que muito dificilmente se alcançaria uma vitória bélica expressiva sem um envolvimento ainda maior dos contendores, o que igualmente aumentaria drasticamente os custos e riscos, podendo levar a uma guerra total à escala regional, algo a este ponto, inconcebível para todos, tanto para os *estados combatentes* efectivos como para os EUA e URSS envolvidas no apoio a ambos, inserindo-se neste panorama reuniões secretas levadas a cabo entre enviados angolanos e sul-africanos em Março de 1988, ainda durante o calor dos confrontos, facto que comprova a face dúbia característica do conflito em Angola, que combina acções militares com esforços diplomáticos, nos quais Cuba se oferece para retirar as suas tropas mediante acordos e contrapartidas que envolvam não só as condições almejadas pelo governo do MPLA, como a autodeterminação namibiana¹²³, o que capta a atenção dos americanos que voltam ao teatro das negociações encorajados pelo desejo de flexibilidade “imposto” pelos soviéticos aos seus aliados angolanos e cubanos no espírito do novo pensamento político de Gorbachev, procurando que estes se disponibilizem a fazer concessões

¹²³ Ver Kahn, Owen Ellison “Disengagement from Southwest Africa: The Prospects for Peace in Angola and Namibia”, cap. I e II.

significativas no âmbito negocial, chegando a um entendimento, não deixando todavia a URSS de cumprir as *esperadas* obrigações no campo bélico para com o MPLA e Cuba no auge do combate contra a UNITA/SADF, auxiliando em larga medida os esforços daqueles durante a luta armada tentando manter o seu prestígio e um certo contrapeso em relação aos Estados Unidos.

A apertada brecha “concedida” para um eventual acordo iria começar a ser aberta com o início de tentativas de entendimentos efectivos após tácito reconhecimento a nível geral que uma vitória militar clara para qualquer dos lados seria muito improvável e assim constatado, tem lugar uma cimeira alargada na cidade de Londres em Maio de 1988, no rescaldo da batalha pelo Cuíto Cuanavale, liderada por Chester Crocker, que tenta mais uma vez aplicar a fórmula de interligação da resolução do conflito e retirada das forças externas do palco angolano com a independência total da Namíbia, reunião esta onde participam representantes do MPLA, cubanos, sul-africanos e soviéticos¹²⁴, terminando uma vez mais sem um entendimento claro e com a tensão entre os presentes bastante acesa, agressividade mútua esta que se manteria em Junho numa outra cimeira¹²⁵, desta vez no Cairo, acabando porém de forma mais cordial, contribuindo sem dúvida para tal um encontro formal entre Reagan e Gorbachev igualmente em Junho, no qual se sugere que um acordo em relação a Angola e à Namíbia pudesse ser atingido brevemente, reforçando deste modo as duas potências, o habitual papel de liderança dentro dos seus blocos, moderando os seus contendores ideológicos em disputa na África Austral, caracterizando uma certa calma da fase descendente da guerra fria que contagiaria o confronto bélico em solo angolano em Julho, quando se acorda que Cuba retiraria de Angola em simultâneo com a saída da SADF de território namibiano, discutindo as partes opostas durante meses, o calendário dos êxodos das respectivas forças, querendo ambas fazer valer a sua preferência em relação à sua saída de cena, lutando por um prazo mais alargado possível para si e curto para os adversários, desejando os sul-africanos que os soldados cubanos saíssem quase imediatamente e vice-versa, até que em Setembro de 1988 depois de vários esforços e despiques diplomáticos, é acordado que tanto a Missão Militar Cubana como as forças da África do sul, partiriam de

¹²⁴ Estes últimos, como observadores, devido a pressão dos Estados Unidos em deter a primazia da “condução” da negociata.

¹²⁵ Quase coincidindo com um ataque da aviação cubana à barragem do Calueque que faz 12 mortos entre a SADF, em retaliação a um raide das forças sul-africanas que causa avultadas baixas às FAR na região sudeste angolana, prosseguindo os confrontos militares simultaneamente com as iniciativas diplomáticas negociais, o que perfaz a estratégia de *combater e negociar* dos lados em disputa.

Angola e da Namíbia, respectivamente no prazo de cerca de dois anos -27 meses para os cubanos¹²⁶- tudo isto depois de um cessar-fogo negociado e posto em prática entre as FAPLA/FAR e a SADF e da retirada das forças sul-africanas de Angola no mesmo mês, que confirmaria o aparente sucesso de uma resolução negociada das oposições entre os referidos, sublinhando-se o facto de os EUA participarem activamente no desenvolvimento das soluções por acordo mútuo, continuando a nova administração americana liderada por George W. Bush “pai” eleita em Novembro a fazer os esforços possíveis de maneira a atingir uma posição de consenso entre todos, pela mão de Herman Cohen, substituto de Chester Crocker, que prossegue o desejo de concretização de um acordo pela fórmula de *linkage* do seu antecessor, tentando servir os interesses dos seus aliados em combate no território de modo a mantê-los receptivos à aceitação de uma concertação alargada e manter a sua imagem de conciliador, prosseguindo porém o apoio material aos mesmos - UNITA e África do Sul- “clandestinamente”. À URSS coube o eterno papel de “monitorizador”, mantendo esta a recusa em encetar conversações directas com as autoridades de Pretória, mesmo no âmbito da sua “abertura” ao mundo ocidental, suportando ainda militar e logisticamente o MPLA. Não obstante parcos percalços característicos da resolução de confrontos militares duradouros, a 22 de Dezembro de 1988 depois de uma intensiva ronda de trabalhosas tentativas de concertação e demandas negociais várias realizadas em Genebra, Londres, Cairo e Moscovo¹²⁷, são assinados nos Estados Unidos os Acordos Tripartidos de Nova Iorque pelos representantes dos governos angolano, cubano e sul-africano, que preveria essencialmente: A independência total da Namíbia em Novembro de 1989 e consequente saída da SADF do terreno com as Nações Unidas a supervisarem todo o processo¹²⁸ que teria início em Abril, o encerramento de bases da SWAPO e do ANC em Angola, a retirada faseada das forças cubanas de Angola até Julho de 1991, com 3000 combatentes castristas a saírem do terreno igualmente em Abril, comprometendo-se os diplomatas cubanos a retirarem mais 22000 efectivos militares até Novembro e restante contingente até à data apontada¹²⁹,

¹²⁶ Ver Idem cap. I e VII.

¹²⁷ Tanto entre os participantes directos, como entre as potências

¹²⁸ Sendo neste sentido criada pelo Conselho de Segurança da ONU uma missão de paz denominada UNAVEM - Do inglês United Nations Angola Verification Mission- composta por tropas multinacionais instituídas pelas Nações Unidas, vulgarmente conhecidas como «capacetes azuis» cujo objectivo seria a verificação do cumprimento das acções estipuladas pelos acordos no terreno propriamente dito. Esta missão, que termina em Maio de 1991, conhecerá mais duas outras fases: De 1991 a 1992 para garantir o cumprimento dos Acordos de Bicesse - pag.- (UNAVEM II) e até 1995 de modo a conseguir reconciliar o MPLA e a UNITA no âmbito das demais negociações como o protocolo de Lusaka e outras resoluções aprovadas tendo em conta o conflito angolano (UNAVEM III).

efectivos militares até Novembro e restante contingente até à data apontada¹²⁹, pesem críticas dos mesmos aos EUA que consideravam ser o principal culpado da escalada da violência bélica na dita região meridional africana ao apoiar movimentos subversivos como a UNITA enquanto tentavam alegadamente encetar entendimentos no panorama referenciado, cujo maior prejudicado deste paradoxo seria o governo angolano e a sua população.

2.4.2 Nova faceta da intervenção exterior e tentativas de resolução do conflito interno

Polémicas à parte este acordo assumiu um carácter histórico pesem embora incertezas em relação ao seu sucesso, devido ao fracasso de tentativas de entendimento anteriores ao pôr fim a uma das *proxy wars* mais intensas e controversas da guerra fria em que os interesses mútuos de ambas as potências assim como os seus apoios espontâneos directos e indirectos entraram em conflito tentando assumir o controlo no sudoeste africano a partir de Angola numa querela que havia durado até à data cerca de 15 anos, contudo, finda a participação externa bélica no conflito doméstico angolano, a mesma não significou o advento da paz ao país e o fim do auxílio estrangeiro às diferentes facções político-militares que continuavam em acentuada disputa armada, pois veja-se:

A já referida substituição de Chester Crocker por Herman Cohen no âmbito da presidência de George Bush, e o contributo desta na promoção de um entendimento alargado manteve todavia inalterável a manutenção da simpatia americana em relação à UNITA e ao seu líder Jonas Savimbi, continuando a pressionar o MPLA para que este cedesse ao desígnio de integração do movimento rebelde num governo de reconciliação nacional passando este a ser o maior objectivo da diplomacia americana no tocante à política interna angolana, continuando neste sentido a apoiar monetária e militarmente aquele movimento ao longo de 1989¹³⁰, incentivando todavia Savimbi a negociar com o MPLA um governo de transição que integraria ambas as plataformas políticas, algo rejeitado pelo partido marxista, começando neste ponto, o Zaire, pela mão de Mobutu, a servir de mediador nas conversações de paz, cujo papel seria de destaque nos acordos de concluídos na cidade de Gbadolite¹³¹ que estipulava o exílio temporário de Savimbi em troca de um título honorário, a cessação de ajuda americana e sul-africana à UNITA, a integração governamental de individualidades políticas ligadas ao

¹²⁹ Ver anexo 17.

¹³⁰ Os acordos tripartidos de Nova Iorque não faziam referência à UNITA e sua hipotética desmobilização, não existindo portanto entraves à manutenção do auxílio a esta por parte dos EUA e África do Sul.

¹³¹ Entendimento este assinado em Junho de 1989, onde para além de membros do governo angolano e partidários de Savimbi, estiveram também presentes dezenas de chefes de estado africanos.

movimento do galo negro e continuação do regime de partido único. Este acordo não seria porém cumprido, acusando-se mutuamente os dois lados pelo falhanço do mesmo, reivindicando a UNITA, o estabelecimento de um sistema político pluripartidário tirando partido da força militar e das movimentações americanas no plano internacional em seu favor de modo a fazer o governo interno aceitar as suas prerrogativas, prosseguindo as tentativas de conciliação, que chegam a bom porto com a mudança de posição do MPLA, que aceita instituir em Novembro de 1990 o multipartidarismo se a UNITA se compromettesse a aceitar um cessar-fogo e a renunciar à violência, abraçando o partido governamental o socialismo de cariz democrático, em detrimento do marxismo, decisão esta que foi sem dúvida influenciada pelo agravar da situação humanitária e territorial do país, e principalmente pela queda gradual sofrida pelo comunismo a nível mundial, encontrando-se a URSS à beira do colapso total tendo contribuído parcamente para as negociações a nível doméstico em Angola, não obstante mantendo as obrigações militares; Cuba, por seu lado, tentando lutar contra as consequências internas do declínio soviético procura manter uma atitude de desafio às pretensões americanas e ocidentais no palco angolano, no entanto, o compromisso assinado internacionalmente em Nova Iorque, “obriga” o país de Fidel, a respeitar compulsivamente os desenvolvimentos em Angola.

2.4.3 Os Acordos de Bicesse

Em 1991, com o aproximar da data de retirada completa do contingente militar cubano, ambos os lados encontravam-se bastante fragilizados e exaustos, principalmente o MPLA, que sem os cubanos e o auxílio massivo da moribunda União Soviética, considerava ser do seu interesse chegar a um rápido consenso pacífico de maneira a se auto-preservar a si e ao seu governo evidenciando tal uma simbiose com os restantes estados comunistas a nível mundial que davam sinais de grande perda de vigor tendo em conta o desmantelamento da URSS e sua perda gradual de influência no decorrente do desfecho da competição com os EUA e assim sendo, em Maio do referido ano, são assinados em Portugal os Acordos de Bicesse – nação lusa que se assume como 2º mediador do confronto- entre os dois movimentos, sob a presença do então Secretário-Geral da ONU Perez de Cuellar, do Secretário de Estado americano James Baker, do ministro dos negócios estrangeiros soviético e do representante da União Africana, prevendo este entendimento não só um cessar-fogo como o desarmamento das forças armadas de ambos os partidos, o fim de auxílio bélico externo às duas partes em confronto, a formação de um novo exército nacional com integrantes do MPLA e UNITA, e a realização de eleições multipartidárias legislativas e

presidenciais sob os auspícios das Nações Unidas no ano seguinte¹³², regressando Savimbi a Luanda para integrar uma comissão de monitorização de actividades político-militares composta por delegados portugueses, americanos e soviéticos.

Analisando o entendimento estabelecido, é de referir que o mesmo foi visto intrínsecamente como uma vitória para os interesses americanos e sobretudo ocidentais, bastante motivados por terem “forçado” o protegido político soviético personificado pelo MPLA a fazer concessões a Savimbi estando inclusive convictos de que o mesmo sairia vencedor dos plebiscitos de 1992 derrotando o partido do governo liderado por José Eduardo dos Santos à semelhança do que tinha vindo a acontecer durante o início dos anos de 1990 em que todos os movimentos políticos de inspiração socialista espalhados pelo mundo estavam a ser sumariamente rejeitados pelos seus povos, esperando-se que Angola seguisse o mesmo caminho e para além disso, o facto de as forças militares da UNITA permanecerem incólumes dentro de um novo exército pátrio uno em oposição à aparente desorganização de alguns regimentos das FAPLA¹³³, dava-lhe alguma vantagem em caso de futuro confronto, e o continuado suporte financeiro dos Estados Unidos permitia ao partido de Savimbi efectuar uma campanha eleitoral quase sem restrições, comprovando que foi o grande beneficiário do acordo de paz assinado em Portugal.

Apesar da calma inicial que levou à reactivação de estradas, reinício de comércio e negócios alargados, a instabilidade continuava intensamente presente no palco angolano, com relatos frequentes de tiroteios, assassinatos, movimentações de homens armados e denúncias internas de que a UNITA possuía uma força de combate composta por milhares de homens não desmobilizada¹³⁴. Contudo o apoio americano continuava firme por detrás de Savimbi, na sua ambição de o fazer subir ao poder, enquanto que por seu lado, o MPLA, volta-se para o povo angolano em busca de uma rede de apoio que o faça revigorar e preparar para a nova senda de campanha eleitoral, tentando ganhar a força popular dos seus *tempos primários* aquando da independência, vendo porém, o país cada vez mais envolto numa instabilidade parcial em certas regiões onde ex-combatentes e homens armados vão causando tumultos

¹³² Marcadas para 29 e 30 de Setembro de 1992.

¹³³ Na altura referida dezenas de milhares de soldados das FAPLA, encontravam-se errantes pelo território, desmobilizados compulsivamente devido ao almejado replaneamento das forças militares angolanas elucidado pelos acordos de Bicesse, todavia a falta de apoio aos mesmos empurrava-os para uma situação de abandono, o que trazia efeitos nefastos óbvios, com confrontos e problemas violentos graves resultantes a serem rotina em certas regiões.

¹³⁴ Ver Brittain, Victoria “Death of Dignity: Angola’s Civil War”

gerados pela fome e falta de fundos monetários, o que faz extravasar as capacidades do estado, recorrendo este ao precioso auxílio da ONU que vai conseguindo “resolver” problemas ligados àquelas efemérides, ao passo que na capital prossegue a campanha tendo em vista as já próximas eleições, chegando os dias destas finalmente.

2.4.4 O acto eleitoral, o regresso à guerra civil e a nova atitude de Bill Clinton em relação ao conflito angolano

A 29 e 30 de Setembro de 1992, dá-se o acto eleitoral, que viria a ser o catalisador para uma nova onda de violência, que se intensificaria nos dias seguintes, ao declarar o MPLA vencedor das eleições legislativas com 53.74% dos votos contra 34.10% da UNITA e José Eduardo dos Santos vencedor das eleições presidenciais com 49.57% ao passo que Savimbi conquista 40.07%¹³⁵. Estes resultados, só revelados cerca de duas semanas depois dos escrutínios devido a acusações por parte da UNITA da existência de fraudes e ameaças várias, acabaram por defraudar as expectativas dos que ansiavam que eleições democráticas viessem unir o país e trazer a paz a este, ao lançar Angola uma vez mais de novo na guerra civil¹³⁶, não aceitando o movimento do galo negro a derrota, retirando os seus generais e principais elementos militares do exército nacional integrado, considerando a legitimidade política do MPLA como enganosa, e nem mesmo apelos internacionais e movimentações diplomáticas várias impedem a escalada do confronto armado, que voltaria à agenda do novo presidente dos EUA, Bill Clinton, um democrata, eleito em Novembro de 1992, cuja administração exerce significativa pressão, para restaurar o processo de Bicesse, e dá uma completa reviravolta impensável durante o mandato dos dois anteriores presidentes ao reconhecer oficialmente o governo angolano em 1993 seguindo uma linha demarcada pela comunidade internacional representada pelas Nações Unidas que legitima e reconhece o regime angolano e declara a UNITA como sendo uma ameaça a todos os níveis, condenando veementemente os seus actos e *modus operandi* militar, vendo-se o movimento guerrilheiro de Savimbi

¹³⁵ Idem

¹³⁶ Na fase inicial dos combates pós-eleições, o MPLA consegue expulsar a UNITA de Luanda com o auxílio das suas polícias governamental, e de elite (estes últimos conhecidos como *ninjas*) e da própria população civil, armada pelo governo -sendo a semelhança com o que ocorreu em 1975, em oposição à FNLA muito vincada- As forças do galo negro retiram para os seus territórios tradicionais de leste e sudeste, retomando as acções de guerrilha pelo país depois de se reorganizarem e rearmarem graças ao comércio clandestino de diamantes, o qual possibilita o adquirento de material bélico pesado por parte de Savimbi.

completamente desacreditado e isolado uma vez que até os seus antigos aliados ocidentais (principalmente os Estados Unidos) lhe voltam as costas.

Encorajado pelo alto apoio internacional, o governo angolano, por mão do seu exército, substancialmente mais capaz, organizado e incisivo¹³⁷, investe de forma pesada e repetida contra as bases e combatentes da UNITA, que se vê assim forçada a negociar com o MPLA, começando neste ponto a ser delineados os pontos principais das negociações que seriam a base dos Acordos/Protocolos de Lusaka. Nesta cidade zambiana em 1994, as delegações governamentais angolana e da UNITA encontram-se sob a presença de líderes de estado africanos e observadores internacionais o que realça os esforços empregues a nível lato de modo a atingir um cessar-fogo e um entendimento duradouro, esforços esses que sairiam frustrados, tendo a cimeira decorrido num clima de tensão entre os opositores e nem o estabelecimento de uma cláusula para a partilha do poder e de uma comissão política para dirigir a mesma surtiu o efeito de pacifismo desejado, prosseguindo o impasse, consequente intensificação do conflito civil no país, cujo legado seria dos mais sangrentos da guerra fria, com nefastas consequências para a população angolana.

2.4.5 Epílogo

É caso para dizer que tanto as eleições de 1992 como os Acordos de Lusaka personificaram o aparente falhanço de todas as tentativas de resolução do conflito angolano entre o governo do MPLA e a UNITA e consequente prossecução do confronto armado com pesados custos a todos os níveis para o país, representando sem dúvida dos mais pesadas e negativas heranças da guerra fria em África onde a demanda pelo poder e domínio político-ideológico entre as superpotências e respectivos blocos por meio dos vários movimentos libertários, levou/causou a um continuado despique bélico interno que só chegaria a um fim efectivo em Fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi às mãos das forças governamentais, acção que cessava assim mais de 25 anos de guerra civil decisivamente instigada pela conjuntura internacional de disputa protagonizada pelos EUA e URSS durante quase toda a segunda metade do sec. XX, no qual a ONU, apesar do seu incontestável *poder* pareceu sempre ser um actor secundário em toda esta esfera combativa, algo particularmente evidente no palco angolano, no qual os interesses “pessoais” dos apoiantes externos em oposição no terreno, se

¹³⁷ Devido ao serviço militar obrigatório instituído pelo MPLA e à contratação por parte do mesmo de mercenários/empresas militares privadas oriundos da África do Sul (ex-SADF) com experiência de combate com a UNITA, o que realça o pragmatismo do governo angolano que não hesita em recorrer a antigos inimigos, de modo a garantir a soberania do seu território.

sobrepuseram a praticamente todas as questões e decisões da comunidade internacional no seio daquela organização, sendo de destacar as muito controversas posições e acções da África do Sul no decorrer da guerra em Angola, dos próprios Estados Unidos, que não obstante possuir empresas nacionais a lucrarem em solo angolano, dão absoluta primazia ao objectivo ideológico de derrubar o governo marxista ao desencadear e fazer desencadear todo o tipo de iniciativas penalizadoras para a estabilidade doméstica local, e de certos actores do meio internacional, que ao ignorar compulsivamente as incidências ocorridas em Angola, como que incentivam indirectamente o avolumar das tensões bélicas, tendo tudo isto acontecido desde o início da caminhada angolana autónoma em 1975, que serviria como ponto de partida para o aumento das aspirações comunistas do bloco de leste, que por mão de Cuba -mesmo tendo em conta as constantes alegações desta que agiu em prol do ideal humanitário e solidário da teoria política marxista- observa com grande interesse a possibilidade de alargar a sua esfera de influência no extremo-sul de África algo ainda mais exacerbado durante a presidência de Ronald Reagan e a dedicação deste no auxílio a Savimbi no âmbito da sua luta contra o comunismo a nível mundial, atendendo que aquele país africano, como atrás referido, se adivinhava ser um ponto de ebulição da guerra fria.

O perpétuo embate em Angola, cujo desenrolar teria fases mais ou menos intensas, tendo em conta as negociações, teria o seu fim, no tocante à participação externa nos combates, tempo depois com o fim das hostilidades entre EUA e União Soviética, todavia no plano doméstico, o sangrento confronto civil, anteriormente “aproveitado” pelas potências, continuaria com a intervenção quase exclusiva de personagens internas, pesem embora esforços daquelas para o resolver tendo em conta a sua apontada responsabilidade, que revelar-se-iam infrutíferos, prosseguindo o conflito que continuava a dilacerar o país¹³⁸ em todas as suas vertentes até ao início do sec. XXI com o já destacado desaparecimento do líder da UNITA, tendo aquele sido dos confrontos bélicos mais longos relacionado com a guerra fria, que duraria durante seis administrações presidenciais americanas e quatro líderes políticos soviéticos que *manobraram* os seus respectivos joguetes no terreno quando necessário na sua labuta pelo poder mundial, falhando em conseguir finalizar e pacificar os lados opostos aquando do desanuviamiento das tensões, aumentando assim a grande controvérsia nesta querela político-militar no território angolano, algo que não aconteceria na África do Sul, tendo aqui o conflito político-ideológico e militar (de intensidade particular) assumido outras proporções, acções e implicações tendo um desfecho distinto como se verificará no capítulo seguinte.

¹³⁸ Causando este conflito cerca de meio milhão de mortos até ao seu final.

CAPÍTULO III

ÁFRICA DO SUL

3.1 O Apartheid no país e o papel inicial das potências na resistência negra

Começando por ser ocupada e povoada por colonos holandeses, alemães e flamengos¹³⁹ a partir do sec. XVII, e posteriormente por britânicos, o território correspondente à actual África do Sul, depois de sofrer as vicissitudes das guerras anglo-bôeres¹⁴⁰ e estabelecer-se como país uno e independente nas primeiras décadas de 1900¹⁴¹, assume-se como palco de discórdia que irá ser aproveitado pela disputa leste-oeste na demanda da guerra fria, pois veja-se, estando a minoria branca no controlo da política, força policial/militar e administração pública, esta cedo começa levar a cabo medidas discriminatórias contra a população negra autóctone, o que incentiva a criação do Congresso Nacional Africano ou ANC¹⁴² em 1912, um partido político pró-africanista, que desenvolveria ligações com o Partido Comunista Sul-Africano¹⁴³ e mais tarde ao Congresso Pan-Africanista¹⁴⁴, e que ao

¹³⁹ Habitantes da Flandres, no norte da Bélgica.

¹⁴⁰ Estando num ponto inicial o actual território correspondente à África do Sul repartido, encontrando-se a parte meridional, norte e do leste dominada pelos britânicos (correspondente à colónia do Cabo, o protectorado de Bechuanalândia, e a colónia de Natal respectivamente) e o nordeste/centro-leste ocupadas por colonos germânicos bôeres (República do Transvaal e o Estado Livre de Orange), a descoberta de avultadas riquezas minerais e o desejo de apropriação destas, empurra os dois lados para o conflito, tendo a primeira guerra anglo-boêr tido início com a revolta dos colonos em 1880 contra a tentativa de domínio por parte dos ingleses na região nordeste do Transvaal, tendo terminado este confronto um ano depois com a vitória dos colonos que recorrem a táticas de guerrilha (ver anexo 34). Todavia, em 1899, ambas as facções entregam-se novamente à luta armada, desta vez com os ingleses a saírem vitoriosos em 1902, englobando as possessões boêres às suas. As populações negras, em especial, os zulus, também se envolvem - à parte ou não- em combate com britânicos e boêres devido a questões relacionadas com ocupação de terrenos.

¹⁴¹ Em 1910 os ditos territórios, são fundidos formando a União da África do Sul sob domínio britânico, e em 1931 esta torna-se independente, desejando sarar as feridas entre brancos anglófonos e africanos.

¹⁴² African National Congress (em inglês).

¹⁴³ Ou SACP, South African Communist Party (em inglês).

¹⁴⁴ Ou PAC (Pan Africanist Congress, em inglês), movimento político negro sul-africano lançado na região do Soweto em Joanesburgo em 1959.

longo das décadas seguintes mobiliza massivamente não só a população negra como a mestiça, a indiana e branca liberal¹⁴⁵, por meio de manifestações, reivindicações e greves que são sumária e duramente reprimidas pelas autoridades policiais, principalmente depois da subida ao poder do Partido Nacional em 1948, que institucionaliza a separação étnica efectiva que viria a ser conhecida como apartheid, através de diversas leis que proibem e/ou restringem ao mínimo a convivência e contacto inter-racial, recorrendo para tal para à constituição de bantustões, que designavam pseudo estados internos estabelecidos em espaços territoriais atribuídos a uma específica etnia¹⁴⁶, para além de outras medidas o que teria como consequência o degradar das condições de vida dos povos negros do país, vendo-se expurgados do básico direito da liberdade e forçados a viver em locais (para muitos) estranhos em relação à maioria dos sul-africanos brancos, e sujeitos a brutais acções da SADF e polícia aquando de rebeliões, juntando-se o facto de tanto o ANC como o SACP terem entretanto sido ilegalizados pelo regime racista, não deixando de promover a luta contra as medidas iníquas daquele sistema político e contra o mesmo em si.

3.1.2 Auxílio soviético no começo da luta armada

Em 1961, o ANC, ao constatar que a desobediência civil e a resistência pacífica são formas de combate insuficientes contra um governo que não hesita em recorrer à força mortal para impor a ordem e a manutenção do *status quo* racial vigente, cria o seu braço armado baptizado como Umkhonto We Sizwe -A Lança Da Nação, em zulu¹⁴⁷, também conhecido como MK- o seu braço armado¹⁴⁸. O comandante da facção armada seria um, na altura, proeminente advogado chamado Nelson Mandela que juntamente com Walter Sisulu¹⁴⁹ viria a ser preso por terrorismo e conspiração contra o regime depois de destacados actos de guerrilha como colocação de bombas em sítios chave¹⁵⁰ e outros, detenção esta que, esperava o regime, fosse

¹⁴⁵ Sendo estes os grupos étnicos predominantes no país.

¹⁴⁶ Que eram: o Bofuthatswana, o Transkei, o Venda, o Ciskei (estes considerados *independentes* mas na prática sujeitos a intervenções arbitrárias da África do Sul) e- Gazankulu, KaNgwane, KwaNdebele, KwaZulu, Lebowa e QwaQwa, *semi-independentes* com governo limitado. Esta constituição de “reservas para negros”, servia o princípio racista de ter uma África do Sul só para brancos, isto teóricamente, pois em volta das maiores cidades “brancas”, estavam situadas as townships, complexos residenciais sobrelotados e por vezes sem condições que confinava não-brancos de modo a que pudessem servir de mão-de-obra barata para aquelas mesmas cidades.

¹⁴⁷ Uma das línguas faladas na África do Sul, “originária” da província de KwaZulu Natal, no leste do país.

¹⁴⁸ Ver anexos 29 e 35.

¹⁴⁹ Secretário-Geral do ANC.

¹⁵⁰ Neste contexto tentando sempre evitar baixas civis, de modo a não rebelar a já radicalizada opinião pública.

acalmar a senda nacional da luta negra. Neste sentido, o auxílio soviético revela-se de especial importância, tendo os contactos entre o ANC/SACP e a URSS, começado ainda durante a década de 20 do século passado, com incidência destacada em meados de 1940, tirando proveito da abertura de consulados soviéticos naquele país africano, que no entanto seriam encerrados poucos anos depois por ordem governamental, estando o alerta vermelho em relação ao comunismo no seu nível máximo nas altas esferas do Partido Nacional. Ocorrências violentas como o massacre de Sharpeville em 1960¹⁵¹, incrementa os pedidos de assistência aos movimentos “subterrâneos” de resistência ao apartheid - entretanto o ANC e o SACP haviam sido banidos- tanto a nível financeiro e logístico como militar, pois tomando-se a decisão de iniciar pressão armada a par de política sobre o intrasigente governo sul-africano, a questão relacionada com o treino dos cadetes e fornecimento de armas rapidamente se levanta para logo ser resolvida após visitas de imponentes figuras do ANC à União Soviética¹⁵², que se disponibiliza para se ocupar da missão de preparar bélicamente os instruídos do MK isto durante os anos de 1960, sempre presentes contudo, preocupações por parte do ANC de tentar ocultar estes desenvolvimentos de modo a evitar acusações por parte do mundo ocidental de tomada de partido pelo mundo comunista no auge da Guerra Fria, e procurando inclusive não alienar a China que se revelava também muito activa no apoio de movimentos insurrectos em África, mesmo aquando da ruptura entre esta e a URSS, mantendo-se os comunistas e os *africanistas* de Pretória “fiéis” aos soviéticos, colocando-se em seguida o problema de enviar os guerrilheiros do MK de volta para a África do Sul, o que era efectuável, pesem grandes dificuldades ligadas ao facto de as autoridades sul-africanas terem estabelecido uma rede de espionagem espalhada pela África Austral o que dificultava e muito a luta contra o regime autoritário.

¹⁵¹ Ocorrido em Março do referido ano quando milhares de manifestantes negros acorreram à esquadra policial local de Sharpeville em protesto contra as leis de passes instituídas pelo Partido Nacional (que impunham que a população negra fosse portadora de um passe quando se encontrasse fora das suas zonas residenciais pré-definidas, podendo ser detidos aqueles que desrespeitassem esta legislação), tendo os agentes aberto fogo sobre a multidão, matando 69 pessoas o que causaria um turbilhão de condenações a nível interno e internacional (ver anexo 35).

¹⁵² Como Walter Sisulu e Chris Hani, destacado dirigente do SACP e MK, que seria assassinado em Abril de 1993, no auge da tensão provocada pelo desmantelamento do apartheid, como se verá adiante.

3.1.3 Influência da chamada queda *imperial portuguesa*

Porém, a partir de 1975, com o já especificado colapso do império português e a anunciada queda dos estados brancos em redor da África do Sul, juntamente com a chegada ao poder em Angola e Moçambique de governos marxistas, a situação alterar-se-ia com benefício para o ANC e seus combatentes, que tinham agora países amigáveis próximos onde instalar bases e receber auxílio de maneira a aumentar exponencialmente as acções combativas e sua magnitude contra o governo sul-africano. A queda da *África branca* portuguesa serve de igual forma, os interesses soviéticos, vendo a URSS a sua tarefa muito mais facilitada ao poder auxiliar num só ponto geográfico plataformas afiliadas como o MPLA, a FRELIMO e neste caso o ANC/MK, que após os coincidentes motins do Soweto¹⁵³ assistem súbitamente a uma explosão de crescimento, em que milhares de jovens negros sul-africanos deixam os seus lares na segregada pátria para se juntarem áquele movimento, o que cedo originou problemas ligados à sua acomodação e treino devido ao seu grande número, questões estas que são solucionadas com a transferta de parte dos recrutas para a própria União Soviética com fins de instrução, envio de experientes conselheiros militares (da URSS) para campos de treino em Angola e a sempre constante ajuda militar prestada, envolvendo armamento ligeiro e pesado, anti-aéreo, morteiros, fardas e semelhantes.

Os anteriores desenvolvimentos melhoram e muito as condições gerais do ANC, fortalecendo a sua posição de tal forma que embora a sua influência e perseverança da sua luta comesse a ser levada em conta pelo mundo externo, as representações ocidentais, em especial em África são sumariamente instruídas pelos seus líderes hierárquicos domésticos a tomarem extremas precauções em caso de presença de personangens ligadas à resistência negra sul-africana de maneira a não afrontar Pretória no seu pedestal de superioridade e influência no continente negro e a não causar desconforto ao Ocidente em si devido aos fortes laços daqueles com Moscovo, o que denota a complexidade que caracterizava a luta contra a discriminação na dita nação em que o polémico apartheid era unânimemente condenado, contudo o poder da África do Sul como país sobrepunha-se ao acto de repudição efectiva, aliás no concernente a estes factos apresentados, a atitude dos Estados Unidos em relação à situação político-socio-racial naquele país afro-austral foi sempre caracterizada por uma certa magnânimidade e ambivalência, embora a nível diplomático houvesse críticas à repressão, no plano prático

¹⁵³ Desencadeados por estudantes negros na região do Soweto que se oponham ferozmente à introdução do africâner no programa de ensino bantu (direccionado aos nativos), sendo este visto como a *língua do opressor*. Entre 10000 a 20000 jovens terão participado na insurreição social e cerca de 180 terão sido mortos por acção das forças policiais, desencadeando nova onda de críticas a todos os planos (ver anexo 37).

relacional, pouco esforço houve para tentar alterar a atitude de Pretória em relação aos seus cidadãos não-brancos, sendo tal mais veemente durante o referido conflito com o mundo soviético em que o combate ao comunismo se encontrava no topo das prioridades, assumindo-se a África do Sul como um pilar da civilização ocidental no combate ao marxismo do qual o ANC/SACP se assumiam amantes, o que combinado com a sua abundância de minérios indispensáveis, força militar, imponentes portos e larga importância geoestratégica não deixava os EUA indiferentes, mostrando-se muito reticentes em ostracizar o sistema governamental branco, vendo-o como um relevante aliado contra a URSS, mantendo uma política cínica quanto às acções do regime sul-africano, criticando o uso da violência pelo ANC, apresentando-se partidários de uma solução pacífica e gradual, não alarmando assim os responsáveis políticos da África do Sul.

3.1.4 Reacção posterior dos EUA

A administração presidencial de Jimmy Carter, contemporânea da atitude de Estratégia Total adoptada pelo primeiro-ministro sul-africano P.W. Botha, eleito em 1978, já explicitada no capítulo II, começa por ser activa na condenação do sistema apartheidesco, ao reconhecer tácitamente os propósitos do nacionalismo negro sul-africano, a exequidade de um compromisso de uma liderança política da maioria no país e crença de que o regime autoritário branco iria prejudicar a longo prazo os interesses do Ocidente devido a toda a controvérsia que envolvia o mesmo isto em total contraste à posição anterior conjunta do Republicano Gerald Ford e seu Secretário de Estado Henry Kissinger, que se apresentavam bastante mais cautelosos em relação ao panorama de resistência política sul-africana. Todavia esta atitude primordial de desafio a Pretória, rapidamente perdeu o seu ímpeto devendo-se tal à sempre presente tensão com a União Soviética e consequentes receios de esta “controlar” os acontecimentos pela mão do ANC, metamorfoseando-se logo este *ataque* aos pressupostos do apartheid numa neutralidade colaboracionista, criticada tanto no plano externo como interno¹⁵⁴, contudo continuada no âmbito de encontros bilaterais entre representantes políticos

¹⁵⁴ Os movimentos de luta pelos direitos civis negros dos EUA encontravam-se igualmente atentos à situação na África do Sul estabelecendo um certo paralelo em relação à atitude do governo americano perante ambos os casos, tendo em conta a cerrada segregação existente em parte dos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70 do sec. XX e o racismo na África do Sul, o que contrastava seriamente com a sua posição de «líder da democracia mundial». Esta contradição depressa se torna evidente nacional e internacionalmente, prejudicando a sua credibilidade e aumentando o coro de críticas não só por parte daqueles movimentos como de outras plataformas liberais americanas.

das duas nações, pesem preocupações expostas no seio da ONU em relação à crescente subjugação racial no país e brutalidade do regime, regime este que constantemente recusa qualquer negociação para a liberalização das relações inter-étnicas no país, e o assassinato do líder do movimento de consciência negra¹⁵⁵ sul-africano Steve Biko¹⁵⁶, agrava o afastamento entre Pretória e a comunidade internacional, perpetuando-se mesmo assim a hesitação da administração americana em apoiar medidas suficientemente coercivas contra a África do Sul, chegando mesmo a vetar uma resolução das Nações Unidas que declarava que as políticas do regime sul-africano, representavam uma ameaça à paz e à segurança internacionais, o que por si só justificaria uma acção interventiva mandatária¹⁵⁷ e apenas após grande pressão interna e receios de uma “colagem” dos EUA a Pretória, estes apoiam um embargo de armas ao país pária africano, algo sem importância efectiva. uma vez que a RAS¹⁵⁸ neste ponto era praticamente auto-suficiente a nível de produção de armamento para as suas forças militares, insistindo os Estados Unidos que a melhor forma de lidar com o governo sul-africano seria pela via diplomático-financeira acompanhada de ligeira pressão política, crendo que um alargamento da cooperação económica com a África do Sul resultante do crescimento monetário do país torná-lo-ia próximo dos ideais liberais ocidentais e portanto mais susceptível a efectuar reformas no seu panorama social, racial e político, requerindo os EUA uma cooperação com os sul-africanos na resolução de conflitos na Rodésia e na Namíbia pela via negocial e partidária.

Em suma, a pressão inicial imposta pela presidência de Carter a Pretória para que esta revisse a sua posição sob pena de total isolamento, é posteriormente contrabalançada pela necessidade de estancar o alastramento da influência soviética tendo em conta o avanço do apoio comunista a movimentos como o ANC, apontados como insurgentes pró-URSS, e neste sentido a importância de ordem geoestratégica e outras, embora questionáveis, da África do Sul para o mundo ocidental no âmbito da guerra fria, levam a melhor nos meandros dos

¹⁵⁵ Movimento activista anti-apartheid que emerge na África do Sul em meados da década de 1960 resultante do vácuo político criado pela interdição do ANC e detenção da liderança deste. Este movimento visava sobretudo uma consciência política e social por parte dos negros de modo a atingir a libertação do jugo da segregação racial cerrada.

¹⁵⁶ Activista anti-apartheid que através do movimento acima referenciado, mobiliza grande parte da população jovem negra no combate à discriminação violenta na África do Sul. Em Setembro de 1977, Biko morre sob custódia policial tornando-se um mártir na luta contra o apartheid.

¹⁵⁷ Ver Carter, Gwendolen M. e O'Meara Patrick “Southern Africa: The Continuing Crisis”.

¹⁵⁸ República da África do Sul.

planos políticos americanos, não se apresentando estes demasiado inflexíveis com o regime branco nem demasiado complacentes, receando censura mundial e principalmente africana geral, factos estes que indubitavelmente são capitalizados pela União Soviética, tirando proveito do *descontentamento negro* com os EUA, e da vontade de agir por todos os meios contra o sistema discriminatório vigente no país.

É de se afirmar que na própria África do Sul, se desenrola, para além de um combate entre um governo racista branco irreduzível e maiorias étnicas subjugadas, tem lugar inclusive uma disputa ideológica entre o capitalismo parcial a nível racial do regime de Pretória e um sindicalismo marxista¹⁵⁹, cuja fatia era largamente composta pela falange negra, que via os seus componentes laborais cada vez mais asfixiados devido às consequências da pressão internacional sobre o país, o que juntando à problemática da inequidade geral e divisão socio-étnica, representava uma grande ameaça à progressão e à segurança do país a todos os níveis, actuando nesta esfera as autoridades políticas sul-africanas de maneira firme, recorrendo a todos os meios - destacadamente armados- para fazer face à crescente tensão e tumultos internos, tornando o país numa fortaleza militar como se constatará seguidamente.

3.2 Atitude sul-africana em relação às variadas pressões e início de mudanças

Ao aparentemente ignorar indelévelmente quaisquer tipos de pressão, não obstante progressiva contestação internacional, o regime sul-africano mantém-se resoluto no desejo de manutenção do status quo discriminatório na nação reprimindo duramente todas as manifestações públicas de desagrado e encarcerando todas as figuras prejudiciais para o governo, chegando mesmo a ordenar acções muito controversas pela mão dos seus serviços secretos o já referenciado BOSS¹⁶⁰.

No que diz respeito ao ANC, e ao SACP entretanto banidos e seus dirigentes presos e/ou perseguidos extra-fronteiras, as suas acções clandestinas, principalmente por parte do MK -

¹⁵⁹ A importância do sindicalismo no combate ao apartheid seria imensa ao congregar por vezes trabalhadores brancos e negros na demanda por melhores condições de trabalho e vida em geral o que era visto com apreensão pela hostes governamentais ao observar a personificação comunista tradicional da luta de *explorados contra exploradores*, contra-atacando ao tentar quebrar a unidade entre os proletários dando benefícios aos trabalhadores brancos e reprimindo pela força todas as manifestações de carácter sindical.

¹⁶⁰ Substituído em 1980 pelo NIS (National Intelligence Service), com as mesmas funções.

sabotagens e ataques bombistas- causavam certa preocupação no seio da governação sul-africana, que procuram de maneira incansável expôr a sua ligação ao mundo soviético e seu alegado objectivo expansionista no continente africano, tentando captar a simpatia ocidental podendo este ver a África do Sul como um bastião contra o alargamento da “rede comunista” à África Austral como insistentemente anunciado, legitimando as constantes intervenções da SADF em Angola. A força militar é, neste ponto cronológico de finais dos anos de 1970, início da década de 1980, o recurso primário usado pelos sul-africanos não só para combater as ameaças externas, como para conter os desastros de grande magnitude que assolam o território neste âmbito com eficácia mortífera, algo bastante criticado a todos os níveis refira-se. Aliás, apesar de perturbado pelos constantes motins e acções de guerrilha, o regime de Pretória e grande parte da comunidade internacional, constata que um eventual sucesso do ANC contra o governo pela via armada é virtualmente impossível devido à estrutura e poder militar instalados no país, pois veja-se:

Entre 1973, mandato de John Vorster, a 1979, mandato de P.W. Botha, os gastos com a defesa ascendem em mais de 1.5 biliões de rands, cerca 5.1% do seu PIB;

O Serviço Militar Obrigatório é alargado, possuindo o exército sul-africano uma força permanente de 70000 homens, podendo ascender entre 200000 a 500000 em caso de emergência (reservistas);

A posse de grande número de blindados e dezenas de aeronaves bélicas e alguns submarinos e fragatas completam a imensa malha defensiva montada pelo sistema regimental do apartheid para a sua protecção, alegando face ao embargo de armas sujeito, que terá atingido a auto-suficiência em termos de produção de armamento para as suas forças, apresentando-se como a maior potência militar africana com potencial comparável ao de qualquer exército europeu ou americano ocidental¹⁶¹.

Posto isto, é constatado que uma força invasora teria que se envolver massivamente com apoio exterior (URSS destacadamente), para ter hipóteses de sucesso, algo muito pouco provável, podendo um levantamento violento civil étnico ser constante na possibilidade de alargamento e agravamento de um eventual conflito. O terreno montanhoso, a extensa linha de costa, polvilhada, em certas regiões por bases militares, aumentam a confiança entre os

¹⁶¹ Ver Gutteridge, William “South Africa: From Apartheid to National Unity, 1981-1994”

estratégias bélicas sul-africanas, de que o país se consegue defender de ataques convencionais e guerrilheiros também, algo bastante enfaseado após a retirada de solo angolano em 1976, devido a receios da população branca, de um governo comunista *amigo* do ANC relativamente próximo, em relação à segurança nacional.

3.2.2 As reformas estratégicas de Botha e intensificar de pressões internas e externas

Porém, apesar da aparente invulnerabilidade militar do apartheid em termos domésticos, a luta contra o regime segregacionista prossegue por iniciativa combinada do SACP/ANC, que com o sempre presente apoio soviético procura fazer o governo recuar e ceder na sua faceta discriminatória e anti-democrática congénita, segundo os mesmos.

Consecutivas insurgências civis relativamente organizadas, alegadamente infiltradas e incentivadas pelo ANC -a par de acções de guerrilha em média escala¹⁶²- colocam a África do Sul em alerta, o que juntando-se à crescente censura internacional, causadora de avultadas quebras financeiras e exposição do país como inimigo público nº 1 a nível mundial, pesem as supostas mais-valias representadas pelo seu poderio militar e posição baluarte contra o comunismo para o mundo ocidental e em particular os EUA, torna a situação envolvente ao regime problemática o suficiente para que em 1981, o primeiro-ministro P.W.Botha, no âmbito da sua reeleição, declare que efectuará reformas de vulto no regime no âmbito de uma estratégia interna para a sobrevivência¹⁶³, que seria constituída por meios bélicos, políticos e sociais, após constatação por parte de comandantes militares sul-africanos, que em caso de conflito armado alargado, seria bastante difícil defender uma nação na qual grande parte da sua própria população é hostil, crendo que a chave para a resolução do impasse no qual se encontra a África do Sul, reside no seu plano doméstico, inserindo-se aqui o projecto reformista, que embora excluindo totalmente a possibilidade de domínio da maioria baseada no princípio de *um homem um voto*¹⁶⁴ num estado unitário, é sem dúvida histórico ao representar um certo “suavizar” do apartheid em certas questões, não obstante reforçando a irredutibilidade tanto do Estado como da sua governação a todos os níveis, comprovando-se tal pelos seguintes pontos fulcrais da reforma preconizada por Botha:

¹⁶² Sendo disso exemplo o ataque bombista a refinaria da SASOL -empresa de energia e químicos sul-africana- na região de Secunda perpetrado por operacionais do ANC em Junho de 1980.

¹⁶³ Todos no plano interno se deviam *adaptar ou morrer*, segundo o mesmo.

¹⁶⁴ Slogan internacional para instituição de sufrágio univesal.

O reconhecimento e a aceitação da existência do multinacionalismo e *minorias* na República da África do Sul;

Estabelecimento de estruturas constitucionais que promovam a consolidação dos bantustões e respectivo desenvolvimento;

Cooperação interracial em áreas de interesse comum;

Remoção de medidas discriminatórias desnecessárias;

Reconhecimento de interdependência económica;

Manutenção da decisão soberana do Estado quanto à determinação da sua defesa;

Busca de uma pacífica constelação de estados austro-africanos respeitante das culturas, tradições e ideais próprios¹⁶⁵.

Este último ponto é resultante do esforço efectuado pela diplomacia americana no âmbito do Compromisso Construtivo, ao tentar persuadir Pretória de que nem todos os países/movimentos africanos anti-apartheid eram satélites da União Soviética.

A referida panóplia reformativa, embora saudada por muitos, era vista como uma simples migalha por grande parte da população negra que ambicionava uma mudança radical, encorajada tácitamente pelas sucessivas condenações de Pretória a nível mundial e consequências político-económico-financeiras das mesmas e das acções e pressões efectuadas por grupos como o ANC, SACP e PAC que se repetiam.

Esta aparente primária reformulação do regime sul-africano, vai de encontro à concertação proclamada pela administração presidencial de Ronald Reagan pela mão do seu Sec. de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos C. Crocker, que procura aproveitar esta disposição reformista sul-africana de forma a trazer o seu governo às negociações referentes ao conflito angolano, e mais importante neste contexto, à questão da independência da

¹⁶⁵ Ver Idem. Todas estas medidas visavam inclusive a prosperação de uma classe média negra com alguns direitos e condições monetárias melhoradas que se opusesse ao ANC e outros movimentos anti-governamentais, favoráveis à manutenção do panorama político na nação.

Namíbia, a linha da frente da SADF, considerada problemática primordial devido à controvérsia relacionada com a ocupação ilegal daquele país.

A designada Resolução 435 concebida pelas Nações Unidas, definidora da independência namibiana é estipulada, como já descrito, em 1978, contudo, logo no início da década de 80 é já considerada como sem efeito devido ao acentuar não só do conflito militar em Angola como das crescentes intervenções sul-africanas nos países vizinhos de modo a neutralizar bases e elementos do ANC e SWAPO na senda da sua Estratégia Total, destacando-se a simultaneidade destes factos com a manutenção das imposições mais polémicas e do apartheid e perpétuação deste, o que faz revigorar as sanções e a condenação internacional. Os sucessivos boicotes, apesar de “requisitados” pela comunidade externa, são vistos por alguns países ocidentais como contraproducentes pois têm efeitos negativos sobretudo sobre os negros pobres flagelados pelo crescente desemprego, aumentando ainda mais a atmosfera explosiva que culmina num retomar dos tumultos a partir de 1984, continuando as populações negra, indiana e mestiça¹⁶⁶ bastante descontentes com a incessante discriminação, organizando violentos protestos por todo o país, estando este sujeito a apreciações mundiais, receando os dirigentes políticos de Pretória que forças externas hostis pudessem aproveitar-se da situação explosiva para intervir de certa forma, sendo decretado o estado de emergência em Julho de 1985¹⁶⁷ e consequentemente os poderes das forças policiais e militares são aumentados exponencialmente de maneira a restaurar a *ordem* nas townships à volta das grandes “cidades brancas”, por todos os meios possíveis, forças essas possuidoras, por parte do governo de carta branca para basicamente reprimir de forma letal toda a desordem existente, o que é repetida e fortemente criticado por plataformas anti-apartheid tanto no país como extra-fronteiras, que acusam o governo sul-africano de dar licença para matar às suas autoridades cuja reacção havia já causado centenas, senão mesmo milhares de vítimas mortais nos últimos anos.

3.2.3 Evidenciar do fosso entre Pretória e o Ocidente

Neste sentido, a efectividade de um entendimento entre os EUA e a África do Sul, começa a ser posta em causa pelos dois lados de forma interna, vendo tanto Washington como Pretória,

¹⁶⁶ Na reforma de 1981, Botha privilegia o estabelecimento e desenvolvimento de mestiços e indianos na vida política do país - mantendo a exclusão dos negros- de modo a contentar estas facções populacionais, porém estes “rejeitam” a concessão devido ao poder total continuar concentrado nos políticos brancos do Partido Nacional, protagonizando agitações civis várias.

¹⁶⁷ Ver Idem.

a perspectiva de ganhos para os seus interesses cada vez mais distante -estabilidade regional e consolidação do poder respectivamente- tendo em conta o constante degradar da situação (explosiva) do país, com a esperança do governo africânder na eleição/reeleição de conservadores em países ocidentais considerados chave, como a Inglaterra -Margaret Thatcher- e os Estados Unidos -Ronald Reagan- inicialmente favoráveis aos seus propósitos, a desvanecer-se gradualmente, pesem os lobbies pró-África do Sul presentes em atmosferas políticas preponderantes como no congresso americano na primeira metade da década de 1980¹⁶⁸, devido à sua frequente excessiva inflexibilidade domesticamente, criticada pelos estratégias do Compromisso Construtivo, inflexibilidade essa traduzida na habitual relutância de Pretória em admitir interferências nos seus assuntos internos, mesmo quando estavam em causa consequências económico-financeiras, algo sublinhado nos repetitivos discursos e atitudes políticas de Botha¹⁶⁹, que enfaseia a não cedência sul-africana a exigências estrangeiras, fossem quais fossem os propósitos e repercussões, tudo isto de maneira a manter do seu lado a ala mais direitista do Partido Nacional, que se havia inquietado com as reformas levadas a cabo por aquele na eliminação de certas prerrogativas do apartheid em prol de relativa satisfação das populações não brancas e aliviar da pressão internacional, sem nunca, claro, pretender entregar aos representantes políticos daquelas o poder total da nação. A ideia de que o papel de neutralização do comunismo por parte da África do Sul se encontra gasto e de que os EUA apenas procuravam uma concertação com os sul-africanos por forma a assegurar a independência da Namíbia tentando “esquivar-se” dos desejos africânderes, evitando a censura externa, tornam Pretória muito reticente internacionalmente em certas problemáticas, embora relativamente satisfeita com o *apoio* em Angola, mas muito perturbada pelo aparente ignorar da violência do ANC e crescentes motins e desafios à sua liderança¹⁷⁰, por parte inclusive, de supostos aliados seus no Ocidente, que por sua vez, se encontram divididos sobre o modo de proceder em relação à África do Sul, tendo em conta o espectro político dos seus governantes e respectiva oposição, procurando os dirigentes sul-africanos tirar partido dessas destacadas divisões ao tentar ganhar simpatias nos mais para si complacentes.

¹⁶⁸ Ver Davies, J.E. “ Constructive Engagement”, pp. 74.

¹⁶⁹ Ver anexo 30.

¹⁷⁰ Surgindo em 1983, a United Democratic Front (UDF) , um movimento sul-africano anti-apartheid, constituído por elementos das várias etnias do país, incluindo brancos, de vários quadrantes e estratos sociais.

A desconfiança do líder máximo P.W.Botha¹⁷¹, deixa num impasse todo o panorama negociativo sobre o seu país num ponto geral, não obstante encontros entre representantes políticos sumariamente, crendo os governantes daquele estado pária que o mundo ocidental exige demasiadas contrapartidas em troca de uma normalização das relações e durante esta característica *estagnação* diplomática, prosseguem os tumultos na segunda metade da década, com as superpotências a tentarem influenciar e atingir um consenso, muito embora as suas constantes disputas.

3.2.4 O ANC e as superpotências

O ANC por seu lado, observa estes acontecimentos com certa precaução, embora lamentando o avultado número de mortes, crê que esta atmosfera explosiva possa representar o início de uma guerra popular que eventualmente leve a uma insurreição nacional contra o apartheid, e neste sentido a aliança com a URSS através da ligação desta ao partido comunista sul-africano torna-se ainda mais subjacente com a eleição de Joe Slovo¹⁷² para a comissão executiva do ANC ao mesmo tempo que ressurgem tentativas de cooperação com outros movimentos anti-apartheid enquanto a ala armada do partido, Umkhonto We Sizwe prossegue o seu treino militar em campos situados em Angola incorporando milhares de efectivos.

Estes replaneamentos a nível logístico resultantes do agravamento das condições no país, tem como objectivo, observar-se-á, uma reformulação da estratégia do ANC que tenta provocar a desordem de forma algo violenta de modo a levar o governo *apartheidesco* à mesa das negociações evitando violência indiscriminada por receio que tal alienasse trabalhadores negros com a hipótese de mortes desnecessárias e destruição de infra-estruturas que os emprega, apresentando-se tal contraproducente, ao poder prejudicar o povo apoiante do movimento. É caso para dizer que este especial cuidado no uso da violência por parte do ANC contrastava com a linha de defesa mortal seguida pelas forças de Pretória nas townships, marcada pela brutalidade e com certas atitudes das populações nesses mesmos círculos urbanos que atacava ferozmente agentes policiais negros aí residentes e líderes locais inclusive, acusados de colaboração com o domínio autoritário branco.

¹⁷¹ Devido a uma mudança constitucional, Botha passou a exercer o cargo de Presidente, sendo a posição de primeiro-ministro abolida.

¹⁷² Líder político branco sul-africano de origem judaico-lituana, dirigente de longa data do SACP, tendo-se tornado membro por excelência do ANC, visto como um dos alvos primordiais a abater pelos serviços secretos sul-africanos na década de 1980.

Toda esta mescla incendiária, faz com que as potências procedam a uma condenação efectiva do apartheid ao serem evidentes as consequências deste no país, muito embora apresentarem-se divididas na maneira de levar a cabo a censura em si, desejando a URSS, por intermédio do Congresso Nacional Africano, que o governo de Botha rapidamente se dispusesse a conversar com a oposição apresentando-se a favor de um reforço de sanções, ao passo que os Estados Unidos embora também de acordo com uma manutenção relativa das penalizações¹⁷³, continuam a ter em vista o interesse próprio ao contemplar a África do Sul como um entrave à “onda” soviética no continente africano -segundo a administração Reagan-. A preocupação em assumir o papel de defensor do Ocidente fazem com que os responsáveis americanos tenham extrema precaução neste âmbito ao (apesar do relativo distanciamento) prosseguir os contactos com os sul-africanos, e com líderes oposicionistas inclusive por forma a preparar caminho a uma boa relação com o país numa futura era pós-apartheid.

Ainda no concernente às sanções, é caso para dizer que as mesmas são aproveitadas como arma de arremesso ao governo do apartheid por movimentos como o ANC e líderes negros nacionais, destacando-se o chefe zulu Mangosuthu “Gatsha” Buthelezi, que seria apontado como um dos focos de instabilidade tempo depois como se verificará.

3.2.5 Constatação “não oficial” da inevitabilidade da queda do apartheid

A nível internacional, encontrando-se sob intensa pressão tanto por parte dos tradicionais “inimigos” personificados pelos estados comunistas, nações não-alinhadas e por vários países ocidentais, que entretanto começam a pesar as consequências de mão leve a Pretória tendo em conta os benefícios desta como tampão contra o alastramento da ideologia marxista em África, os dirigentes sul-africanos vêem-se cada vez mais enclausurados num beco sem saída que nem as sucessivas reformas no apartheid (em certa colaboração característica com os EUA no âmbito do Compromisso Construtivo), parecem conseguir resolver. Mesmo assim, perante a intransigência de Botha em ceder de forma mais unânime às exigências tanto das forças militantes não brancas como da comunidade internacional por maior democratização, entre os meandros do Partido Nacional e outras plataformas políticas africânderes, a noção de que uma partilha ou até mesmo uma relativa cedência total do poder político à maioria negra começa a fazer-se sentir como algo inevitável a curto/médio prazo, pese a referida relutância da presidência sul-africana, que ambicionava, no caso de uma reviravolta para si desfavorável, uma solução federativa para a África do Sul em que a população branca se *refugiaria* em

¹⁷³ Principalmente diplomáticas como a recusa de vistos de entrada nos EUA a figuras ligadas ao apartheid.

cantustão independente da governação negra, algo obviamente bastante controverso, facto que dificultaria mas não impediria o início das conversações entre o regime branco e o Congresso Nacional Africano.

O tímido início das delegações para a paz no país foi sem dúvida influenciado e beneficiado pelas reacções internacionais das superpotências em relação ao avolumar do conflito e suas consequências, tendo os EUA e o próprio Ocidente procurado melhorar os seus contactos com o ANC -isto de forma recíproca- muito como resultado da influência exercida internamente pelos cidadãos que diáriamente eram confrontados com a brutalidade dos tumultos na África do Sul através dos media, algo visto como um duro golpe para Botha, que mantém a sua clara irredutibilidade, o que propicia sérias repercussões a nível político e sobretudo financeiro devido ao reforço das já referenciadas sanções e outras represálias contra o governo sul-africano, que o forcem a endividar-se de modo a conseguir manter-se em certos níveis¹⁷⁴, e assim posto em 1986, personalidades várias da África do Sul destacam-se em apresentar propostas de negociação conceptuais tendo em vista o fim do apartheid, a cessação da violência e criação de estruturas democráticas totais no país¹⁷⁵.

Todos estes desenvolvimentos encorajam a diplomacia ocidental geral a comprimir ainda mais o regime sul-africano de modo a forçá-lo a negociar e a “acolher” o ANC como parte indispensável de um eventual processo de transição democrática¹⁷⁶, todavia procurando refutar os seus laços comunistas do Congresso Nac. Africano impondo o fim da confrontação violenta por si patrocinada sob pena de relegação para o movimento Zulu Inkatha ou IFP¹⁷⁷ de Buthelezi, o líder do bantustão de Kwazulu pró-ocidental, condenante de sanções e violência apresentando-se como apologista de uma solução pelo *modus negociativo* e concessivo para o apartheid, disfrutando portanto da simpatia de personagens políticas conservadoras e até de elementos do Partido Nacional, algo muito criticado pelo ANC, apresentando-se por isso como rival do IFP no país denunciando-o como fantoche negro do apartheid tal como a dualidade de critérios dos referidos conservadores ocidentais que não esboçavam grandes críticas à violência desencadeada pelo IFP e outros grupos semelhantes.

O Novo Pensamento Político soviético de Gorbachev também contribui decisivamente para o encetamento residual de conversações ao refutar o novo líder da URSS a linha dura ideológica

¹⁷⁴ Ver Barber, James “Mandela’s World” Cap. I pp. 29.

¹⁷⁵ Ver *idem* Cap. II.

¹⁷⁶ Encontrando-se vários membros notáveis do ANC além fronteiras com importantes figuras políticas mundiais.

¹⁷⁷ Inkatha Freedom Party.

do passado recente de intervenção efectiva a seu favor em prol de resoluções pacíficas, enfaseando preocupações económicas domésticas e a metamorfose do panorama internacional, o que traria reveses significativos para os movimentos de libertação sul-africanos que adivinhavam dificuldades futuras para si pesem os esforços diplomáticos soviéticos para o colapso do sistema discriminatório do país¹⁷⁸ sendo o designado imperialismo ocidental incessantemente criticado na esfera do ANC devido a uma alegada relutância entre as partes tendo em conta os receios das consequências de mudanças radicais na África do Sul. A única esperança do Congresso Nacional Africano para prosseguir o confronto armado eram os oficiais soviéticos “tradicionalistas” que mantinham o apoio militar àquele movimento auxiliando simultaneamente manobras militares angolanas e cubanas contra a SADF no final da década que culminaram no já apontado épico impasse do Cuíto Cuanavale, que causaria pesadas baixas de ambos os lados¹⁷⁹. Esta *neutralização* das forças miliares sul-africanas aumentam a moral do ANC/MK que embora descontente com o facto de ter que abandonar as suas bases em países periféricos como Angola na sequência dos acordos seguintes ao embate bélico, tira grande partido da retirada da SADF ao fazer ver que o poder africânder não é invencível, encontrando-se aquele aliás em profunda crise.

3.2.6 Mudanças pontuais determinantes no plano doméstico e internacional

A chegada de George W. Bush à presidência norte-americana, embora também republicano, favorável à concertação alargada juntamente com o início do desmantelamento da URSS através da Perestroika, aceleram o processo de acordos na RAS, chegando mesmo a ser oferecida a liberdade a Mandela por Botha sob restritas condições, recusado pelo mesmo que apenas aceita a saída da prisão sem quaisquer contrapartidas referindo que anseia a liberdade plena para todos os sul-africanos. No entanto o líder histórico secretamente prossegue conversações com o regime, algo visto com apreensão por alguns dirigentes do ANC, cedo acalmados ao confirmarem o profundo compromisso de Mandela para com a causa libertária negra, formando-se a nível internacional um forte lobby para a saída daquele do seu cárcere que durava há mais de 20 anos¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Apresentando-se portanto críticos desta nova abordagem política soviética, crendo que um acordo no país não seria sómente atingido por meios diplomáticos, vendo como inevitável a prossecução da luta armada face à brutalidade do regime.

¹⁷⁹ Inclusive de elementos do MK que lutaram ao lado das FAPLA e FAR.

¹⁸⁰ Ver *idem*

Mesmo perante constantes distúrbios, elementos ligados à oposição e ao governo desdobram-se em tentativas de acordos bi e trilaterais em palcos neutros externos na senda do prelúdio do desanuviamento da tensão entre as potências com a consequente percepção que a via armada para a resolução dos diferendos é inconcebível devido ao pesado embargo de armas a que a África do Sul estava sujeita e à iminente queda da União Soviética, “patrono” do ANC. A juntar a isto, uma inesperada mudança no comando político sul-africano precipitaria a concertação negociativa alargada na nação, atente-se.

Em Janeiro de 1989, Botha sofre um AVC, que o incapacita temporariamente e consequentemente faz com que haja mudanças no seio do Partido Nacional e da governação do país, sendo os cargos de dirigente máximo do país e Presidente da nação, separados, continuando Botha a exercer a presidência devendo ser escolhido um novo líder para o movimento político nacionalista branco, e neste sentido, Frederick W. De Klerk é eleito, um político de destaque no partido, contudo não muito próximo de Botha. Tensões ligadas à rivalidade no concernente ao poder, faz com que um contrariado Botha resigne meses depois, ascendendo De Klerk a Presidente da África do Sul de forma imediata, sendo este, a nível político claramente muito menos agressivo que o seu antecessor, procurando sempre atingir consensos, embora no passado se tenha oposto às reformas de Botha, acusado de ser um típico político do Partido Nacional e opositor de um domínio da maioria, todavia, a sua predisposição para o debate de ideias é uma qualidade apontada por muitos, o que sem dúvida dava esperança para o futuro, sendo também visto como um diplomata cauteloso pelos demais.

Logo nos primeiros meses como líder nacional, De Klerk empreende uma série de medidas vistas como liberalizadoras dando ênfase a uma nova diplomacia com restauração do Departamento de Assuntos Estrangeiros tendo em conta a importância do plano externo na e para a África do Sul. Neste âmbito, o estabelecimento de ligações com a *África Negra* e seus líderes foram mais-valias que antecederam transformações políticas domésticas empreendidas pelo novo Presidente, apontando-se da mesma forma a significativa melhoria no tocante à liberdade política doméstica, ao serem permitidas marchas anti-apartheid no país e libertados presos políticos como Walter Sisulu, seguindo-se encontros com Nelson Mandela na prisão, dando a ideia que as duas personagens de vulto poderiam chegar a um entendimento. Esta onda de abertura sul-africana patrocinada pelo seu novo Presidente, apreciada como eventual precursora de uma era democrática no país, apresentava-se como um culminar de esforços múltiplos que tinham começado nos anos 80 mediante o clima de confronto civil armado alargado, contudo havia ainda um longo caminho a percorrer, sendo uma mudança

fundamental muito mais difícil de atingir a nível prático pesem os desenvolvimentos internacionais que possibilitaram o *suavizar* do apartheid como: o perigo de um incrementar de acções violentas no país incentivadas por grupos hostis, o que poderia levar a África do Sul a um ponto de ruptura por meio da tensão, violência e conflito generalizado, mantendo o governo uma ordem muito frágil em que o ANC era visto por grande parte da população negra como um ponto a seu favor, podendo ser invocado a qualquer momento aquando de manifestações. Uma economia estagnante e à beira do abismo serve também como incentivo a uma procura de paz, tal como o colapso efectivo da União Soviética no início da década de 1990 e a resultante ausência de medo nas hostes políticas brancas de um Assalto Total por parte de Moscovo por meio do ANC que se veria assim, segundo aqueles, enfraquecido e mais favorável a uma saída negociada do grave impasse político-social no qual o país se encontrava, funcionando como um acelerador do final da guerra fria na África Austral. A constatação por parte de De Klerk que o princípio do apartheid havia falhado em toda a sua linha ao resultar em pura discriminação racial e domínio político de uma minoria sobre a maioria de forma ditatorial, sendo inevitável erradicá-lo é outro catalisador principal para a transição política sul-africana no âmbito de uma Nova Ordem Mundial liderada pelos EUA¹⁸¹, os aparentes vencedores da Guerra Fria, tendo em conta o desmoronar do mundo soviético onde a confrontação e as disputas armadas duradouras seriam substituídas pela cooperação e acordos num mundo onde a lei internacional, o comércio livre e um sector privado dinâmico seriam a chave para o sucesso sem quaisquer fronteiras, ameaças e preconceitos passados, podendo e devendo tal ser aplicado na África do Sul na sequência da inexistência de entraves gerais, estabelecendo-se como ponte para um clima propício a concertações.

3.3 Negociações iniciais e factores relacionados

As conversações preliminares beneficiam e muito da história libertação do líder moral do ANC, Nelson Mandela¹⁸², no seguimento do conjunto de medidas democráticas levadas a cabo por F. W. De Klerk¹⁸³ devido em grande parte à imensa pressão internacional aliada à contatação

¹⁸¹ E pelo seu sistema económico capitalista que irá indirectamente causar discussão na África do Sul, em relação ao tema da opção económica a tomar num futuro democrático.

¹⁸² Ver anexo 39.

¹⁸³ Ver anexo 31.

de que o regime apartheidesco se encontrava condenado sendo preferível uma saída negociada do violento impasse sul-africano pesem vozes contraditórias no seio político extremista branco.

Apesar do consenso das partes (moderadas) em oposição, muito havia a atingir antes que acordos efectivos pudessem ser discutidos como a agenda, termos, métodos, pontos principais e objectivos e posto isto em Novembro de 1991 as primeiras conversações têm lugar na Convenção para uma África do Sul Democrática ou Codesa¹⁸⁴ em que participam não só o ANC e o Partido Nacional, como outras forças políticas como o IFP, o PAC, o Partido Conservador “branco” e outros, embora estando claro que um acordo dependeria essencialmente da aprovação do Congresso Nacional Africano e do PN, o que gera críticas por parte dos outros movimentos que afirmam estar a ser tratados de forma desigual. Como se observa assim, as tentativas de concertação no Codesa apresentaram-se muito complicadas com as respectivas vertentes políticas bastante reticentes em iniciarem concessões destacando-se o ANC que por mão de Mandela, recusava insistentemente renunciar à luta armada, algo requerido por De Klerk de modo a pôr fim à violência no país que fazia mais vítimas do que nunca, cujas razões eram muitas e complexas, sendo em parte resultante da continuação do confronto entre as forças do governo e os movimentos de libertação negra, havendo entre as hostes governamentais quem se opusesse totalmente a conversas com os partidos adversários, desejando enfraquecer o ANC e criar medo e instabilidade de maneira a minar o processo negociativo chegando a usar extremistas para de certa forma intimidar o público, como o IFP, rival negro do ANC. Do lado do Congresso Nacional Africano também havia os que se preparavam para um duro conflito continuando a recrutar membros para as fileiras do MK, encontrando-se também envolvidos na onda de violência movimentos como o AWB¹⁸⁵, com simpatizantes entre a SADF, e governos dos bantustões o que punha todo o país em clima de quase guerra civil e prejudicava gravemente o

¹⁸⁴ Do inglês «Convention for a Democratic South Africa».

¹⁸⁵ Do africânder Afrikaner Weerstandsbeweging (Movimento de Resistência Africânder). Grupo político e paramilitar radical de extrema-direita branca sul-africana que se opõe totalmente à integração racial no país, defendendo a manutenção do *status quo* discriminatório no país. Este movimento ganha notoriedade ao invadir violentamente -em conjunto com outros partidos radicais africânderes como o AVF Afrikaner Volksfront or AVF (Afrikaner People's Front) com uma agenda política nacional semelhante à do AWB- um comício de negociações para o fim do apartheid em Junho de 1993 em Kempton Park, perto de Joanesburgo. Durante as conversações há o receio de que estes grupos possam tomar o poder mergulhando o país numa guerra interna total.

entendimento no Codesa, chegando o ANC a retirar-se temporariamente da mesma aquando do massacre de Boipatong em Junho de 1992¹⁸⁶, acusando o governo de De Klerk de nada fazer para impedir ataques aos seus militantes, vendo-se envolvido numa certa confusão devido ao colapso da URSS e perda de ímpeto da causa anti-imperialista embora revigorado com a suspensão da sua ilegalização por parte do governo, decisão tomada em simultâneo com a libertação de Mandela, um poderoso símbolo cuja liderança política não se encontra bem consistente devido aos constantes tumultos envolvendo múltiplas partes do país, tornando-se dirigente máximo após abdicação de Oliver Tambo por motivos de doença, tendo de lidar com a partilha de poder baseada na continuação da separação racial defendida por ilustres personagens do Partido Nacional e com a desconfiança do IFP de um eventual governo si liderado que retaliasse contra a população zulu devido aos ataques a apoiantes do ANC em colaboração com o regime branco, que por sua vez parece desejar, segundo o mesmo ANC, apenas modernizar o apartheid e não abandoná-lo clara e totalmente, factores estes que demonstram que embora negociações tenham tido início, um consenso se adivinha longe pesem os esforços internacionais, em particular dos EUA e de certo modo da agora Federação Russa.

3.3.2 Desacordos intrapartidários e referendo

As diferenças que tanto dificultam a concretização de um entendimento abrangente não se revelam apenas entre os partidos, mas internamente também existindo alas mais radicais e outras mais conservadoras que procuram influenciar decisivamente os seus movimentos políticos de acordo com as suas pretensões o que incrementa a tensão vivida no país sob o pano de fundo das negociações alargadas, tentando os respectivos líderes segurar a sua base de apoio partidário e muito pressionados portanto, principalmente no caso do ANC e do Partido Nacional, surgindo críticas no seio do Congresso Nacional Africano a Mandela por não conseguir proteger os seus apoiantes da violência governamental exigindo mais firmeza, não podendo aquele inclusive ignorar a sua aliança com o SACP e suas reivindicações muito insistentes mesmo após a queda da URSS.

O Partido Nacional encontrava-se da mesma forma dividido sofrendo reveses que se traduziam a níveis eleitorais o que era visto como uma recusa de parte significativa do eleitorado branco em encetar acordos com a oposição, e, de maneira a conseguir legitimidade

¹⁸⁶ Levado a cabo por apoiantes do IFP nessa região sendo vítimas residentes locais alegadamente simpatizantes do ANC.

para o prosseguimento das conversações, De Klerk convoca um referendo nacional entre os votantes africânderes no qual é questionado se o NP deve ou não continuar a negociar com as demais plataformas tendo em vista o fim do apartheid, fazendo o Presidente sul-africano campanha pelo Sim, servindo-se da pressão internacional de modo a conseguir uma vitória, apelando ao bom senso dos cidadãos, afirmando que um Não significaria a continuação das sanções e consequentes dificuldades económico-financeiras para o país, representando uma resposta afirmativa massiva uma readmissão da África do Sul nos palcos externos, dando esta “cartada internacional” resultado ao vencer o Sim por mais de 65%¹⁸⁷.

3.3.3 Debate sobre ideologia económica e social a seguir por entre esforços de De Klerk e Mandela

A par desta ronda de acontecimentos, o debate sobre o modelo económico a seguir pelo país posteriormente, é da mesma forma intenso com o rescaldo da guerra fria a fazer-se sentir, com a desintegração do bloco soviético e resultante colapso do comunismo a levar a uma descrença na eficácia das economias socialistas, em contraste com o capitalismo a aparentemente surgir como a grande ideologia vencedora do dito conflito global em termos políticos, sociais e sobretudo económicos, sendo vista como a porta do futuro para o sucesso. Porém, os partidários comunistas e marxistas dentro do ANC/SACP, recusam aceder àquela constatação ao ver a fórmula capitalista como a perpétuação do apartheid desta vez com base em rendimentos monetários insistindo na sua agenda anti-imperialista e capitalista, embora reconhecendo o domínio mundial do capitalismo, desejando mesmo um refrisar de medidas *pró-esquerdistas* na economia sul-africana num período pós apartheid.

Mesmo perante incertezas várias em relação a aspectos ligados à economia, finanças, diplomacia e outros, as diferentes partes políticas prosseguem a busca pelos seus objectivos desejados por entre as negociações, constatando que irão necessitar do máximo apoio externo possível, com De Klerk e Mandela a efectuar sucessivas visitas a vários países de distintos continentes de maneira a conseguir o máximo de simpatias a seu favor por forma a influenciar em seu benefício relativo o desfecho político-social no país após anos de segregação racial total a vários níveis, sendo de destacar as idas de De Klerk a nações africanas -fazendo transparecer uma mudança total ocorrente na África do Sul, por si iniciada, consciencializando a África Negra de que esta não tinha mais motivos para alienar Pretória, que por sua vez poderia ser um bom parceiro em vários trâmites- países europeus e asiáticos.

¹⁸⁷ http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/march/18/newsid_2524000/2524695.stm

Mandela por seu lado, após a libertação, ganha o estatuto de estrela internacional ao ser visto como uma figura mítica a vários níveis com o seu carisma característico a conquistar diversas personagens estatais pelo seu périplo mundial, tentando angariar fundos e créditos para o ANC e procurando inclusive ganhar apoios no Ocidente, algo que lhe vale críticas da ala esquerda sul-africana que vê com algum desagrado a aproximação daquele a líderes conservadores, contudo torna-se óbvio que com a queda da URSS torna-se portanto necessário encontrar outras fontes de suporte, algo sublinhado implícitamente, observando-se uma necessidade por parte de Mandela de fazer ver o ANC como basicamente um partido de inspiração nacionalista africana aos olhos dos investidores ocidentais não prejudicando assim relações comerciais benéficas num eventual futuro governo por si liderado. Neste sentido a questão das sanções volta à ribalta com o Partido Nacional a enfatizar que as mesmas já não são necessárias, já tendo muitas delas sido levantadas perdurando contudo outras, e que devem mesmo ser levantadas para assim refrear extremismos africanos que repudiavam conversações com a oposição negra ao apenas ver consequências negativas para si enquanto etnia, podendo a revogação das mesmas sanções acalmar as “hostes brancas”. Em contraste, destacadas figuras do ANC defendem a continuação da efectividade das mesmas até que o país se tornasse num estado totalmente democrático, servindo aquelas como tensor para o governo branco de modo a que este não voltasse atrás nas tentativas de concertação. Acusações de que De Klerk e Mandela estavam a viajar demasiado esquecendo os graves problemas internos do país, o polémico desmantelamento nuclear sul-africano¹⁸⁸ e questões relacionadas com a o reconhecimento internacional e rivalidades internas - MK, IFP e intransigência governamental- continuam ainda a minar o processo de transição democrática no país mesmo mediante os esforços daqueles importantes líderes e da Nova Ordem Mundial sucessora da Guerra Fria, que por sua vez parece não ter conseguido *dominar* a situação na África do Sul, que como relatado permanece turbulenta cujas conversações para um acordo necessitam sem dúvida de um contínuo auxílio por parte da comunidade internacional no seu todo, extinta, pelo menos a nível teórico a divisão leste-oeste e suas implicações para aquele país austro-africano, combinando-se esforços a nível alargado para que as negociações

¹⁸⁸ A administração presidencial de De Klerk decide destruir o seu arsenal nuclear militar -alegadamente constituído por 6 bombas atómicas- no âmbito das negociações no Codesa de modo a mostrar boa vontade e nova face da África do Sul não só aos contendores internos como externos. No entanto, acusações de que o governo branco assim procedeu sob pressão internacional, em especial dos EUA, devido a receios de que um futuro *governo marxista radical africano* liderado pelo ANC ficasse na posse de armas de destruição massiva podendo partilhar essa tecnologia com estados «inimigos do Ocidente» mergulham esta atitude em controvérsia.

cheguem a bom porto por entre problemáticos reveses como o já referido homicídio do importante membro do ANC Chris Hani, a violenta insurreição no Bophuthatswana¹⁸⁹, ataques bombistas em certos locais, acontecimentos estes que tornavam a nação palco de uma quase guerra civil, apresentando-se como única solução a realização de eleições livres justas.

3.4 Eleições no desfecho da querela combativa no país

A decisão de realização de um sufrágio nacional representou o culminar de esforços entre as partes em oposição, pesem conturbados diferendos, e também da comunidade internacional cada vez mais activa no processo de paz sul-africano que resultaram num acordo constitucional inicial assinado, encontrando-se o ANC numa posição de vantagem tendo em conta a sua popularidade, beneficiando dos esforços de Mandela, em contraste com o Partido Nacional, aparentemente desgastado vendo-se sem alternativa senão ceder a grande parte das exigências da oposição negra, destacando-se o princípio democrático universal de um homem, um voto, um valor, no âmbito de um domínio da maioria, o estabelecimento de uma carta de direitos, a extinção dos bantustões¹⁹⁰ e de outras formas materiais de segregação e discriminação racial.

No entanto, o ANC, consciente de que para conservar o poder no futuro, não pode alienar certos sectores brancos da sociedade, acorda um período transicional de governação conjunta com o Partido Nacional coordenada por um Conselho Executivo especial em 1993 por entre contínuas críticas de vários quadrantes, devido ao facto de se estarem a fazer demasiadas concessões, contudo, o destacado perfil democrático total da África pós-apartheid tão

¹⁸⁹ Neste ponto, a população do Bophuthatswana deseja a integração total na África do Sul, o que gera motins e reacções violentas, o que deixa em pânico o então Presidente desse bantustão Lucas Mangope que pede ajuda à SADF. Em Março de 1994, milicianos partidários da extrema-direita nomeadamente do AVF e AWB invadem aquele território em conjunto com o exército sul-africano, que por sua vez empreende esforços para que aqueles abandonem imediatamente o bantustão podendo causar grande desconforto à população civil, conselho seguido pelo líder do AWB, Eugene Terre 'Blanche, cujo movimento ataca a tiro várias casas e residentes ao retirar causando a ira da população e das forças de segurança locais que respondem violentamente, sendo três milicianos executados por um elemento da polícia, à frente de vários jornalistas, acto consequentemente testemunhado por milhões de pessoas em todo o mundo, desmoralizando criticamente a extrema-direita branca sul-africana.

¹⁹⁰ E consequente integração destes no território sul-africano.

desejado por muitos e alcançado sob a batuta do Congresso Nacional Africano conquista os mais cépticos abrindo caminho às desejadas votações de 1994.

Assim sendo, a 27 de Abril de 1994, o plebiscito que marcava decisivamente a nova face sul-africana tem lugar após o período mais violento da história daquele país caracterizado por acontecimentos e acções que punham em grande perigo todo o processo de paz, incluindo a recusa inicial do IFP em apresentar-se às votações, acusando o ANC e o Partido Nacional de monopólio autoritário das negociações excluindo outras partes, recusa esta revesada através de múltiplos esforços internacionais que persuadem Buthelezi a participar juntamente com a sua plataforma política nas eleições, uma decisão de última hora que obrigou a um esforço logístico imenso¹⁹¹, o que sem dúvida justificou a inclusão de milhares de observadores internacionais das mais variadas origens e organizações para garantir que tudo correria da melhor forma possível de maneira a encerrar positivamente o capítulo da guerra fria em África, o que foi de facto conseguido tendo as eleições mediante parcos percalços decorrido num clima inesperadamente pacífico com uma taxa de adesão superior a 80% e com um desfecho aguardado a nível geral: vitória do ANC com 63% dos votos, o Partido Nacional com 20% o IFP com 10% e a restante percentagem repartida por outros movimentos¹⁹², partilhando todos um sentimento de dever cumprido com Nelson Mandela a ser investido como Presidente no governo de transição, Thabo Mbeki¹⁹³ e De Klerk Vice-Presidentes e Gatsha Buthelezi Ministro dos Assuntos Internos, sendo assim atingido um verdadeiro milagre político inimaginável até meses antes.

A nova África do Sul saída das muito desejadas eleições, apresenta-se ao mundo como um farol de esperança de resolução negocial para os mais variados conflitos e uma preciosa pérola democrática que poderia agora usar todos os seus recursos em prol do melhoramento do panorama africano a nível económico-financeiro e sobretudo de paz e estabilidade com a cessação dos conflitos no sul do continente tornando-se numa potência a ter em conta, agora sem o embaraço do apartheid a *subjugá-la* internacionalmente, com um governo de transição preparado para os desafios inerentes à sua função liderados por um Mandela e um ANC

¹⁹¹ Tendo os organizadores das eleições e respectivos funcionários incluir o IFP em milhões de boletins de voto num espaço de tempo muito curto.

¹⁹² Ver idem cap. II pp 81 a 82.

¹⁹³ Figura em ascensão do ANC, que sucederia a Mandela em 1999.

conscientes das problemáticas ligadas à condução do executivo no país¹⁹⁴ e sobretudo da sua tarefa histórica livre de condicionalismos ligados a disputas por parte das potências.

3.4.2 Estabelecimento da Nação Arco-Íris e questões remanescentes

As primeiras eleições democráticas do país cumprem o desígnio inicial do ANC e do seu líder, agora nacional, de ter uma África do Sul multicolor, respeitante das diferenças étnico-culturais no seu seio, ou arco-íris como lhe chamariam personalidades ligadas à luta anti-apartheid, onde as condições estatais fossem absolutamente equitativas para todos os sul-africanos de forma una¹⁹⁵, parecendo haver no futuro um caminho próspero a percorrer. Contudo questões relacionadas com o controverso passado, precisavam ainda de ser resolvidas, destacando-se os referidos crimes cometidos pelo apartheid durante anos a fio que teriam que ser se não punidos, investigados criteriosamente, sendo para isso criado o TRC, Comissão para a Verdade e Reconciliação¹⁹⁶, uma espécie de tribunal penal de análise das acções levadas a cabo por agentes e agências do antigo sistema político discriminatório, beneficiando estes de amnistia em troca de confissões¹⁹⁷.

O rumo a seguir na política interna e internacional tal como a combinação de matérias concernentes a limitações, pressões e escolhas em variados estratos, apresentam-se da mesma forma para esta nação democrática estável mas incipiente, surgindo opiniões e críticas em relação à sua actuação a ter em conta nos diversos planos, nomeadamente na criminalidade, igualdade social, distribuição de riqueza e plenitude da democracia a nível nacional, observando como imensos os desafios do novo executivo governamental de Mandela, que juntamente com o ANC detém as rédeas de uma nação liberalizada não racista, objectivo por qual se degladiaram dezenas de anos na senda do despique ideológico entre o mundo ocidental e o bloco de leste.

¹⁹⁴ Entre as quais, falta de experiência governativa -que é compensada com a manutenção de figuras moderadas do Partido Nacional no governo de transição- algum êxodo da população branca qualificada devido a descontentamento e /ou receio da violência no país e outras.

¹⁹⁵ Encontrando-se igualmente o território unido com a integração dos antigos bantustões.

¹⁹⁶ Originalmente *Truth and Reconciliation Commission*, em inglês.

¹⁹⁷ Algo bastante criticado, em especial por grande parte das vítimas e familiares destas, que atacam duramente o facto de não haver punições efectivas para os acusados, desprezando a existência apenas de compensações financeiras e *cura nacional*, por outro lado, no país há quem considere que justiça foi feita confirmando que a inquirição ocorrida entre 1996 e 1998, foi um sucesso. Do lado dos investigadores, existiu a crença de que se houvessem castigos, tal seria prejudicial para a nação podendo causar tensões que ameaçariam o processo democrático sul-africano, porém muita polémica continua a envolver a dita Comissão.

CONCLUSÃO

Finalizando a análise da guerra fria no sul do continente negro, em especial em Angola e na África do Sul, e simultaneamente respondendo às perguntas de partida por mim expostas no início da dissertação, é de afirmar que a mesma marcou definitivamente a região austral africana com consequências que perdurariam até muito depois do final dos mesmos conflitos aqui “englobados” por esta, conflitos estes de magnitude bastante destrutiva e imensamente custosos a nível territorial, material e sobretudo humano, curiosamente em contraste com o confronto de características próprias entre os próprios EUA e URSS que embora não sofrendo perdas domésticas directas durante o despique, provocaram no âmbito do seu combate ideológico, um grande desgaste bélico em vários planos na África Austral, procurando aqueles atingir a supremacia por meio de movimentos e regimes a si afectos, sendo tal frequente ao longo da 2ª metade do sec. XX e bastante mais incisivamente a partir de 1975 como referenciado. Tudo isto ocorrendo num período pós queda colonial portuguesa, acontecimento que marca de forma decisiva o prosseguimento da guerra fria neste panorama geopolítico, com a luta entre o MPLA marxista apoiado pelo bloco de leste e Cuba e a UNITA, FNLA, FLEC e a própria África do Sul suportada em vários trâmites pelos EUA, NATO e mundo ocidental em geral no palco angolano, sendo esta seguida com grande intensidade em Pretória que vê as plataformas políticas internas oposicionistas cada vez mais motivadas ao sentirem-se encorajadas pela resistência do governo angolano às investidas pró-ocidentais crendo num derrube do sistema político discriminatório no país.

Toda esta teia relacionada de interesses próprios ideológicos em ambos os palcos austro-africanos torna-se portanto bastante apetecível para as superpotências EUA e URSS que observam na dita região um paralelo absolutamente semelhante ao seu próprio despique a ter em conta, cujas partes ali em conflito apresentam-se requiritorias de auxílio tendo em conta a simbiose político-idealista ao bloco relativo, conclusão essa que se torna progressivamente evidente não sendo alheios inclusive as mais-valias financeiras presentes tanto em Angola como na RAS, tal como a sua grande importância geo-estratégica e também ideológica representada por cada um dos movimentos e regimes em degladeio cerrado cuja significância é vista como enorme pelos gigantes contendores. Almejando a supremacia no continente africano, principalmente na sua zona meridional considerada chave, verifica-se que numa fase inicial, nos finais de 1970, as facções marxistas comunizantes pareciam “ganhar terreno” em solo angolano e ténueamente na África do Sul -aqui funcionando os motins do Soweto como

impulsionador revolucionário- beneficiando de alguma inércia por parte do Ocidente em especial dos Estados Unidos que sériamente abalados pelo total desastre da sua intervenção no Vietname mostram-se muito pouco favoráveis a um novo envolvimento no chamado 3º mundo com os mesmos objectivos, sendo e muito pressionados pela opinião pública e personalidades políticas internas de destaque que se revelam contra uma escalada íngreme de hostilidades, não obstante ter apoiado plataformas detractoras do MPLA aquando da independência angolana.

Porém, acontecimentos como o advento de Reagan à presidência americana e a estratégia contra-revolucionária empreendida por Botha na África do Sul fazem revirar o status quo com o incremento de auxílio a movimentos e manobras *pró-ocidentais* na região em prejuízo dos governos de índole comunista que sofrem -tanto Angola como a resistência oposicionista sul-africana a nível doméstico e externo- as consequências da fusão da doutrina reaganiana e da reacção de Pretória ao chamado Assalto Total por parte da União Soviética do qual se afirmava alvo. Esta atitude sul-africana ao longo de anos foi sendo reminiscente ao tentar Pretória preservar a sua segurança extra-fronteiras e o domínio branco no país, fins estes a certo ponto indissociáveis, intervindo activamente em redor do seu território nos palcos onde considerava estar em jogo a sua importância e supremacia regional, procurando eliminar as ameaças representadas por grupos insurrectos nos países circundantes com regimes ameaçadores, efectuando diligências com este objectivo no sentido de forjar a referida aliança com Portugal e a Rodésia de modo a combater conjuntamente as ditas plataformas independentistas aquando do auge dos conflitos com os autóctones africanos que envolvia aqueles dois países e chegando mesmo a invadir território angolano em 1975 procurando evitar a tomada de posse por parte do MPLA e nos anos subsequentes promovendo a instabilidade geral.

Em certo período, os sul-africanos chegam a encontrar-se isolados a nível internacional, pressionados pela questão namibiana e respectiva resolução defensora da auto-determinação daquela nação aprovada na ONU em 1978, e inclusivamente assoberbados pelas repetidas sanções, o que de forma alguma os faz esmorecer, prosseguindo as suas investidas, acções invasivas estas que incentivam o bloco comunista a envolver-se activamente na região austral africana declarando mesmo vitória numa primeira fase em Angola com a consolidação do Movimento Popular, pese a presença da UNITA que não cessa as suas perturbações no sul e leste do país. Contudo como já afirmado, a *superioridade comunista* na região é posta em cheque pela administração presidencial de Reagan na década de 1980, que em conluio com Pretória contrabalança o esforço soviético-cubano em defesa da “sua” hegemonia no referido

palco através de polémicas medidas como o aliviar da pressão sobre a África do Sul e apoio a partidários contra-governamentais em Angola particularmente.

Neste âmbito, com a URSS e seu bloco a manterem activamente a ajuda aos ideólogos próximos na África Austral, observa-se o ponto de ebulição a que o embate entre as superpotências atinge, algo caracteristicamente intenso, aproveitando das tensões relacionadas com o poder no referido ambiente político-militar local.

As hostilidades patrocinadas em grande parte pelo poder americano e soviético naquela região, em especial em Angola e na África do Sul, captam a atenção do mundo diplomático que por mão de Chester Crocker procura - neste caso particular de maneira parcial aos Estados Unidos- mediá-lo, destacando-se a intrasigência do governo angolano em ceder a quaisquer imposições que impliquem “ceder terreno”, em oposição ao ocorrido em Moçambique (acordo de Nkomati), mesmo quando incluindo benefícios extra-fronteiras em relação à Namíbia e a hipótese de interligação dos fins desejados para a região apregoadas por Crocker, ao mesmo tempo que se desenrolam as confrontações no terreno, comprovando-se assim a sua estratégia dúbia de desejar erradicar o marxismo do sul de África juntamente com a RAS, procurando não parecer apoiante do apartheid numa perpétuação intensa da *proxy war* resultante da oposição leste/oeste ali presentes.

Constata-se portanto que a confrontação EUA/URSS no palco africano meridional por meio dos seus beligerantes próximos destacou-se pela particular abrangência representando uma demanda própria pelo controlo político-regional, existindo perto do seu final uma simbiose com o “conflito-mãe” entre os blocos que vão procurando saídas negociadas para o seu impasse, incentivando ao mesmo naquele despique em África, o que se materializa em finais de 1980 com a assinatura de acordos que põem fim à intervenção estrangeira em Angola - pesem os contínuos apoios monetários dos EUA à UNITA- e primeiros contactos para o estabelecimento e consolidação democrática na África do Sul. Estes desenlaces, coincidentes com a queda do muro de berlim seguido do desmoronar soviético, marcam o fim da divisão do mundo juntamente com a alegada vitória da ideologia capitalista face ao comunismo, tendo tal consequências marcantes na nação angolana, como o abandono do marxismo/sistema de partido único por parte do governo do MPLA, que se mostra receptivo a acordos com os oponentes internos, enquanto que na África do Sul, crendo o Partido Nacional que teóricamente já não tem razões para temer a tomada do poder pela oposição negra devido ao desaparecimento do seu *role model* ideológico, empenha-se por mão de De Klerk, de modo mais evidente, nas concertações conciliatórias.

É necessário apontar que as diferenças nos respectivos finais dos conflitos encorajados pelas potências nos dois referidos palcos prender-se-ão, no caso angolano, com a fragilidade do seu panorama doméstico nacional, que assolado pela guerra durante décadas, não encontra formas de estabilização por variados factores, situação que todavia sofre alterações com o passar dos anos e consolidação do país, tendo prosseguido o conflito até ao desaparecimento de Savimbi, ao passo que em Pretória, embora tendo sofrido internamente grande pressão e reacções violentas por parte dos opositoristas ao apartheid, as intensivas manobras diplomáticas oriundas dos vários quadrantes políticos preveniram uma sangrenta guerra civil -muito embora problemáticas ocorrências quase a despoletariam- e originaram um entendimento político que não obstante certa incipiência inicial, se estabeleceria fincadamente, apontando-se porém problemáticas relacionadas com a equidade socio-económico-racial e outras subsequentes.

Em suma, a guerra fria na região meridional africana englobou e compreendeu uma série de implicações e episódios decisivamente marcantes com repercussões igualmente intensas a nível particular para Angola e África do Sul, que se afirmariam como os palcos decisivos da demanda entre EUA e URSS no continente negro cujos desenlaces político-militares embora caracteristicamente diferentes, no seu fim apresentaram uma forte ligação com o próprio epílogo da disputa leste/oeste que se efectuaria por meio negocial e tensionador culminando no desaparecimento soviético – exemplo este seguido naqueles dois países com timing semelhante, todavia com resoluções e prazos distintos, algo de particular destaque tendo em conta os anos de duração e desenrolar activo do embate entre as superpotências por outras regiões do referido continente, cujo impacto foi também bastante destrutivo porém sem as ramificações e desdobramentos diplomáticos dos confrontos angolano e sul-africano “aproveitado” pelas ditas.

Todas estas incidências, factos e factores sublinhados apresentam-se como sendo testemunho revelador prático da complexidade da guerra fria no sul do continente africano e cujo desfecho traduzir-se-ia nas regiões referenciadas de modo turbulento em Angola que só alcançaria a paz no início do sec. XXI e conciliador quase imediato na África do Sul não obstante as discordâncias violentas, acabando por tomar a via democrática, e seguida pela nação angolana, representando a finalização das intensas subguerras ligadas à confrontação entre as potências resultado de uma luta pelo poder total com repercussões extremas na calejada África Austral.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Literárias

Afonso, Aniceto e Carlos de Matos Gomes (2013), *Alcora, o acordo secreto do colonialismo: Portugal, África do Sul e Rodésia na última fase da guerra colonial*, Lisboa: Terreiro do Paço Editores.

Alao, Abiodun (1994), *Brothers at War: dissidence and rebellion in Southern Africa*, London: British Academic Press.

Alao, Abiodun e Adebayo Oyebade (1998), *Africa after the cold war: the changing perspectives on security*, Asmara/Trenton: Africa World Press.

Aluko, Olajide e Timothy M. Shaw (1985), *Southern Africa in the 1980's*, London: George Allen Unwin.

Anstee, Margaret Joan (1997), *Órfão da Guerra Fria: radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93*, Porto: Campo das Letras.

Baines, Gary e Peter Vale (2008), *Beyond the Border War: new perspectives on Southern Africa late-cold war conflicts*, Pretoria: Unisa Press.

Barroso, Luís Fernando Machado (2012), *A manobra político-diplomática de Portugal na África Austral: (1951-1974)*, Lisboa: Tese de doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.

Barroso, Luís Fernando Machado (2012), *Salazar, Caetano e o Reduto Branco*, Lisboa: Gradiva Publicações.

Barber, James (2004), *Mandela's World: the international dimension of South Africa's political revolution 1990-99*, Oxford: James Currey.

Barber, James (1999), *South Africa in the twentieth century: a political history – in search of a nation state*, Oxford: Blackwell Publishers.

Blum, William (2003), *Killing hope: U.S military and CIA interventions since World War II*, London: Zed Books.

Breytenbach, Col. Jan (2002), *The Buffalo Soldiers, The Story of South Africa's 32-Battalion 1975-1993*, Alberton: Galago.

Brittain, Victoria (1998), *Death of Dignity: Angola's civil war*, London: Pluto Press.

Burchett, Wilfred (1978), *Southern Africa stands up: the revolutions in Angola, Mozambique, Zimbabwe, Namibia and South Africa*, s.l.: Urizen Books.

- Campos, Armando de (1996), *África do Sul, Potência Regional*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Capoco, Zeferino (2009), “Angola: Nacionalismo, Estado e Sociedade Civil No Contexto Africano”, *Estratégia*. Vol. XVIII, pp. 571-586.
- Carter, Gwendolen M. e Patrick O’Meara (1979), *Southern Africa: the continuing crisis*, London: McMillan Press/Indiana University Press.
- Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA (2008), *História do MPLA, 2º Volume 1967-1976*, Luanda: CDIH.
- Davies, J.E. (2007), *Constructive Engagement? Chester Crocker & American Policy in South Africa, Namibia & Angola*, Ohio: Ohio University Press.
- de Sá, Tiago Moreira (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Lisboa: Dom Quixote.
- Engel, Jeffrey A. (2007), *Local consequences of the global cold war*, Washington/Stanford: Woodrow Wilson Center Press/Stanford University Press.
- Garcia, Francisco Proença (2003), *Análise Global de Uma Guerra*, Lisboa: Prefácio.
- Gavshon, Arthur (1981), *Crisis in Africa: battleground of east and west*, Harmondsworth: Penguin Books.
- George, Edward (2005), *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: From Che Guevara to Cuito Cuanavale*, London: Frank Cass.
- Gleijeses, Piero (2002), *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Gonçalves, José (1991), *Angola a Fogo Intenso*, Lisboa: Cotovia.
- Gutteridge, William (1995), *South Africa: From Apartheid to National Unity, 1981-1994*, Aldershot: Dartmouth.
- Hanlon, Joseph (1986), *Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in South Africa*, London: James Currey.
- Hanlon, Joseph (1991), *Mozambique: who calls the shots?*, London: James Currey.
- Huband, Mark (2001), *The Skull Beneath The Skin, Africa after the Cold War*, s.l.: Westview Press.
- Kahn, Owen Ellison (1991), *Disengagement from Southwest Africa: The Prospects for Peace in Angola and Namibia*, New Brunswick: Transaction Publishers.
- Keylor, William R. (2001), *História do Século XX, Uma Síntese Mundial*, Lisboa: Publicações Europa-América.

- Kitchen, Helen (1987), *Angola, Mozambique and the West*, London-New York: Praeger.
- Marais, Hein (2001), *South Africa: limits to change: the political economy of transition*, London: Zed Books.
- Matusevich, Maxim (2007), *Africa in Russia / Russia in Africa: three centuries of encounters*, Asmara/Trenton: Africa World Press.
- Meredith, Martin (2013), *The State of Africa: A History of Fifty Years of Independence*, London: Simon & Schuster UK.
- Milhazes, José (2009), *Angola, O Princípio Do Fim Da União Soviética*, Lisboa: Vega.
- Minter, William (1994), *Apartheid's Contrasts, An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*, Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Minter, William (1988), *Operation timber: pages from the Savimbi dossier*, Trenton: Africa World Press.
- Shubin, Vladimir (2008), *The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa*, London: Pluto Press.
- Sola, Akinrinade e Amadu Sesay (1998), *Africa in the post-cold war international system*, Washington/London: Pinter.
- Westad, Odd Arne (2007), *The Global Cold War: third world interventions and the making of our times*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wolfers, Michael e Jane Bergerol (1983), *Angola In The Front Line*, London: Zed Press.
- Wright, George (2000), *A Destruição de um País: A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Lisboa: Caminho.

Fontes Web

- http://ancarchives.org.za/wp-content/uploads/2012/06/DERIV-184_20-4-670x442.jpg
- <http://blackagenda-report.com/category/americas/afro-cubans>
- http://books.google.pt/books?id=zEQ-Km_KShAC&pg=PA128&lpg=PA128&dq=Fapla+offensives+in+1986&source=bl&ots=qP GF04VzLE&sig=zD6W-WxQzxtppqgzfxhuOLLi0VQ&hl=en&sa=X&ei=1To-UZPkC7SP7AaY0ICwBw&redir_esc=y#v=onepage&q=Fapla%20offensives%20in%201986&f=false
- http://3.bp.blogspot.com/_6qXh8tjxBE/TO3_KNgt3GI/AAAAAAAAAGA/cYXip59WSjw/s1600/mapa_bat_kifangondo.jpg

<http://cache.daylife.com/imageserve/01s80fC6TOdYr/613x.jpg>

http://cdn-lejdd.ladmedia.fr/var/lejdd/storage/images/media/images/international/afrique/liberation-nelson-mandela/1889749-1-fre-FR/liberation-Nelson-Mandela_pics_809.jpg

<http://cenarioestrategico.com/wp-content/uploads/2012/10/angola2.jpg>

<http://cubayrevolucion.blogspot.pt/p/bibliografia.html>

http://englishrussia.com/images/abandoned_ss200/3.jpg

http://en.wikipedia.org/wiki/Angolan_Civil_War

<http://en.wikipedia.org/wiki/Apartheid>

http://en.wikipedia.org/wiki/South_Africa

<http://gregorsnell.files.wordpress.com/2012/08/southern-africa-map.jpg>

<http://havanaluanda.files.wordpress.com/2010/01/033.jpg>

<http://hcvanalysis.files.wordpress.com/2010/07/cubangola.jpg>

<http://img11.imageshack.us/img11/2276/policeanddefencetroopsd.jpg>

<http://mairenasolidaria.webcindario.com/escrituramecanica/agostinhoneto.html>

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3050077.stm>

<http://petrinus.com.sapo.pt/ponte14.htm>

<http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/canavale.htm>

<http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/mapa.jpg>

<http://tomar-santarem.olx.pt/angola-o-papel-dos-cubanos-na-guerra-civil-4-livros-editados-em-cuba-muito-raro-iid-282613828>

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b2/Congo_Crisis_Belgians_at_Kamina.jpg

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/69/Afrikaner_Commandos2.JPG/220px-Afrikaner_Commandos2.JPG

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/8/87/New_Cold_War_Map_1980.png

http://3.bp.blogspot.com/_6qXh8tjxBcA/TO3_KNgt3GI/AAAAAAAAAGA/cYXip59WSjw/s1600/mapa_bat_kifangondo.jpg

http://www.acig.org/artman/publish/article_184.shtml

<http://www.africancrisis.org/Default.htm>

<http://www.anc.org.za/show.php?id=77>

<http://www.angolanembassy.gr/images/MAPA.GIF>

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/10490>

http://www.armedassault.info/_hosted/bushwars/index.html

<http://www.awesomestories.com/images/user/1c27df40fa.jpg>

<http://www.corpwatch.org/article.php?id=2576>

<http://www.cubadebate.cu/opinion/2011/12/11/raul-diaz-arguelles-cayo-combatiendo-como-latino-africano/>

<http://www.diamang.com/A-Lunda/Documentos/Mapas/i-93QMtvj/0/L/Mapa%20de%20Grupos%20Etnicos%20de%20Angola-L.jpg>

http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/row/122mm-rocket_001.jpg

<http://www.fordham.edu/halsall/mod/1948apartheid1.html>

<http://www.info.gov.za/documents/constitution/1996/a108-96.pdf>

<http://www.mybooks.co.za/book/4847/bush-war-the-road-to-cuito-cuanavale>

<http://www.nelsonmandela.org/omalley/index.php/site/q/03lv01538/04lv01600/05lv01638/06lv01639.htm>

<http://www.nelsonmandela.org/omalley/index.php/site/q/03lv02039/04lv02103/05lv02104/06lv02105.htm>

<http://www.planetware.com/i/map/SAF/south-africa-provinces-and-homelands-until-1993-4-map.jpg>

<http://www.planobrazil.com/wp-content/uploads/2013/06/32-Battalion-images.jpg>

[http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/article_pics/MK_1\[1\].jpg](http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/article_pics/MK_1[1].jpg)

<http://www.sahistory.org.za/topic/cuba-and-struggle-democracy-south-africa>

http://www.sangam.org/2007/03/images/boerwar_map.jpg

http://www.shantygoods.com/military/Angola_history.html

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1577143>

<http://www-sul.stanford.edu/depts/ssrg/africa/southern.html>

<http://www.thecubanhistory.com/wp-content/uploads/2011/09/angola-2.jpg>

<http://www.thecubanhistory.com/2011/12/cuban-intervention-in-angola-2/>

[http://www.thenewage.co.za/cms/gall_content/2013/5/2013_5\\$thumbimg110%20May%202013%20083929353gallery.jpg](http://www.thenewage.co.za/cms/gall_content/2013/5/2013_5$thumbimg110%20May%202013%20083929353gallery.jpg)

[http://www.undemocracy.com/png800/S-RES-435\(1978\)/page_1](http://www.undemocracy.com/png800/S-RES-435(1978)/page_1)

<http://www.urrib2000.narod.ru/AngNeto.jpg>

<http://www.verdade.co.mz/cultura/20683-como-os-eua-foram-derrotados-na-independencia-de-angola>

<http://www.warinangola.com/>

http://www.youtube.com/watch?v=CE9b1_JCytg

<http://www.youtube.com/watch?v=Cxiv3ag8Q10>

<http://www.youtube.com/watch?v=dx5pTDOAYSM>

<http://www.youtube.com/watch?v=hj0VI4DzLRg>

http://www.youtube.com/watch?v=ITatVaD_v8A

<http://www.youtube.com/watch?v=itv509fowLA>

<http://www.youtube.com/watch?v=oB7V3MW1mYU&list=TLZ6STZIBmft0>

http://www.youtube.com/watch?v=UI_3KPv0Bsk

http://www.youtube.com/watch?v=WZopNm_MuDs

<http://www.youtube.com/watch?v=zF6TZoU8FBg>

<http://www.youtube.com/watch?v=4ZKDeAXpaqA>

<http://www.youtube.com/watch?v=5B84AwJ9rjQ>

<http://www.youtube.com/watch?v=8kD2LTXbD-o>

<http://www.youtube.com/watch?v=8xitDLWrVTo>

<http://www.youtube.com/watch?v=58qZq5haKOo>

<http://www.zum.de/whkmla/histatlas/africa/africaind.gif>

<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB67/>

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/15/Namibia_Natural_Earth_1.jpg

https://www.google.com/webhp?source=search_app#q=cold+war

https://www.google.com/webhp?source=search_app#q=cold+war+southern+africa

<https://www.google.com/#q=south+african+apartheid&spell=1>

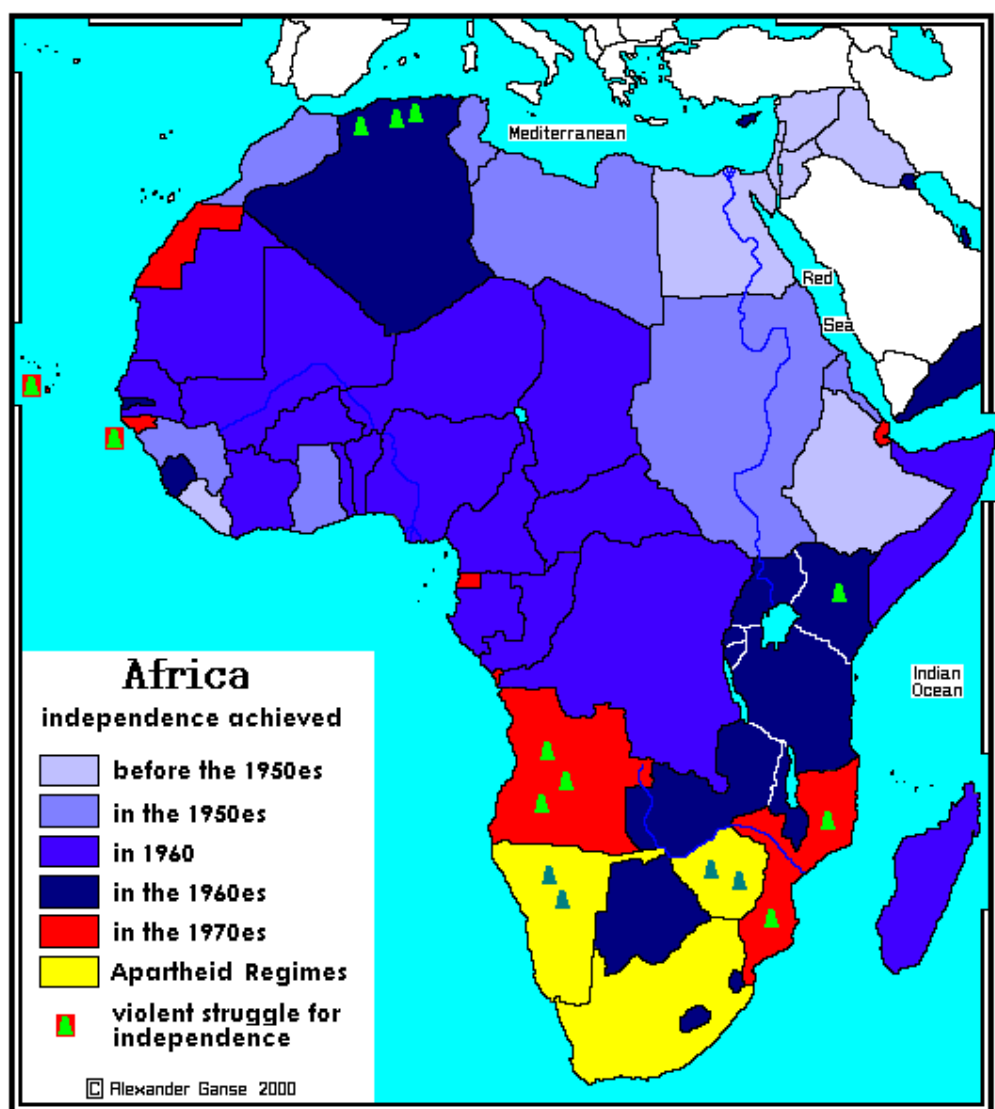
<https://www.google.pt/#q=guerra+fria+Nam%C3%ADbia>

<https://www.google.pt/#q=guerra+fria+sul+de+%C3%81frica>

<https://www.google.pt/#q=%C3%81frica+do+sul+apartheid>

ANEXOS

ANEXO 1
CAPÍTULO I



198

¹⁹⁸ Originalmente em: <http://www.zum.de/whkmla/histatlas/africa/africaind.gif>.

ANEXO 2

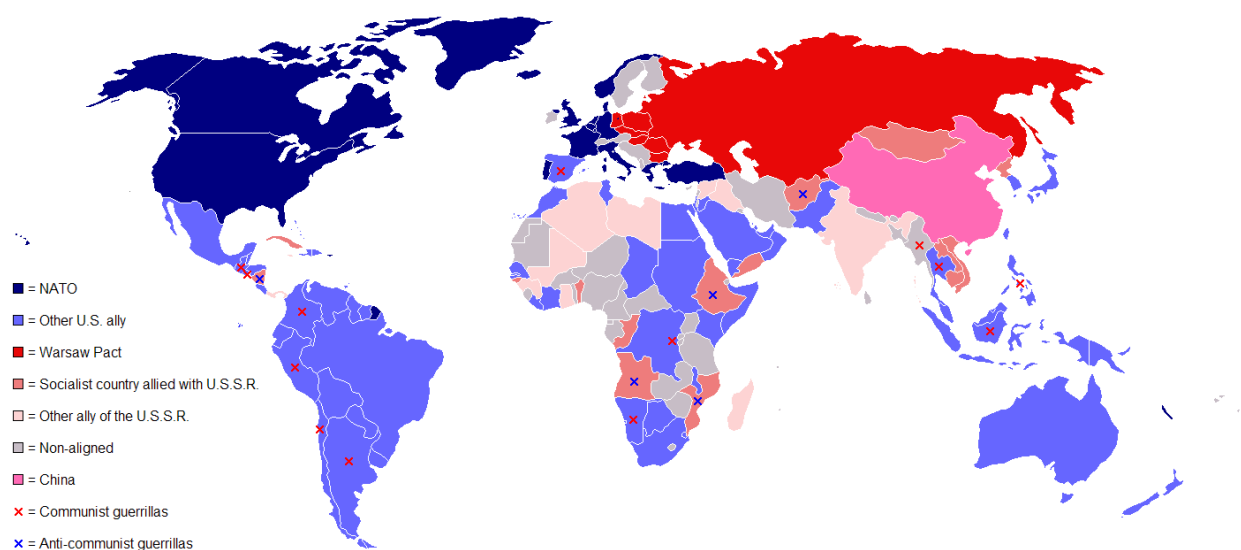
CAPÍTULO I



¹⁹⁹ Originalmente em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/15/Namibia_Natural_Earth_1.jpg.

ANEXO 3

CAPÍTULO I



200

²⁰⁰ Originalmente em : http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/8/87/New_Cold_War_Map_1980.png.

ANEXO 4
CAPÍTULO I



201

²⁰¹ Originalmente em:
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b2/Congo_Crisis_Belgians_at_Kamina.jpg.

CAPÍTULO II



²⁰² Originalmente em: <http://gregorsnell.files.wordpress.com/2012/08/southern-africa-map.jpg>.

ANEXO 6

CAPÍTULO II



²⁰³ Originalmente em: <http://www.angolanembassy.gr/images/MAPA.GIF>

ANEXO 7

CAPÍTULO II

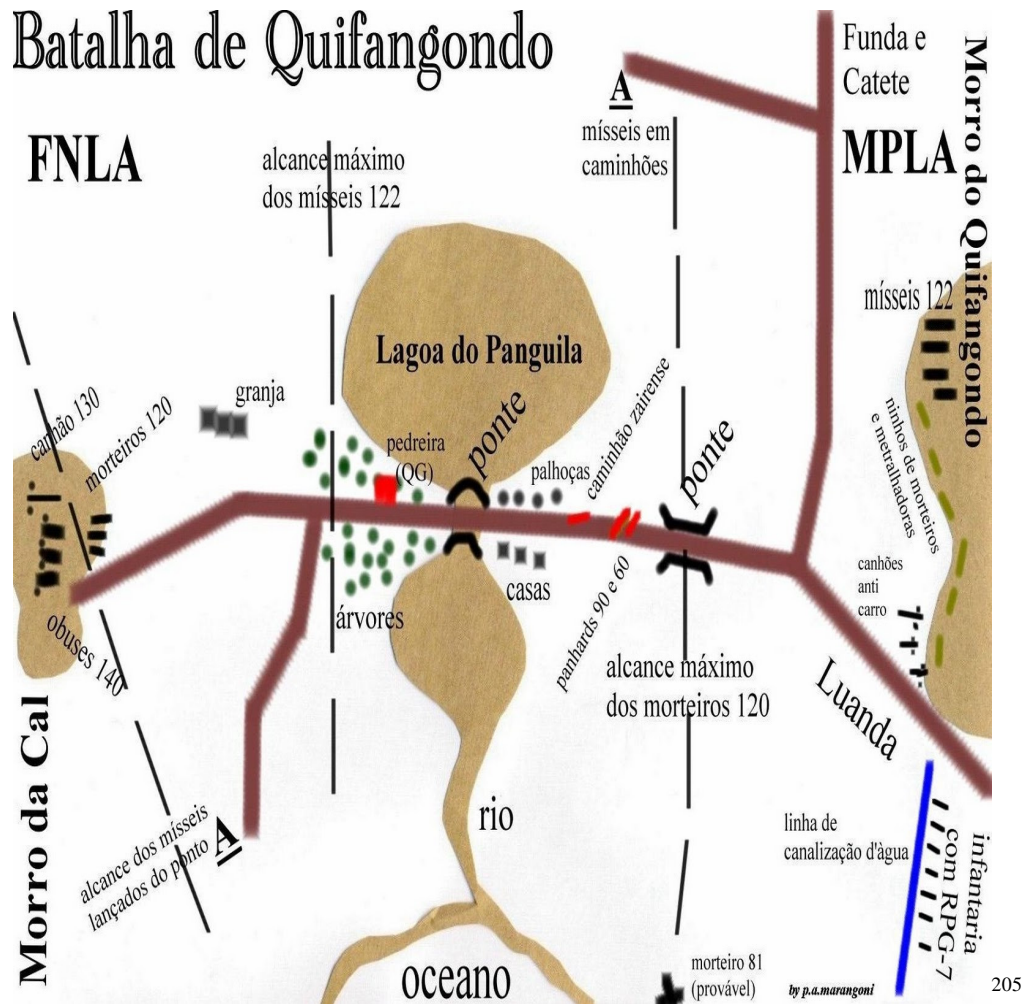


204

²⁰⁴ Originalmente em: <http://www.diamang.com/A-Lunda/Documentos/Mapas/i-93QMtvj/0/L/Mapa%20de%20Grupos%20Etnicos%20de%20Angola-L.jpg>.

ANEXO 8
CAPÍTULO II

Batalha de Quifangondo

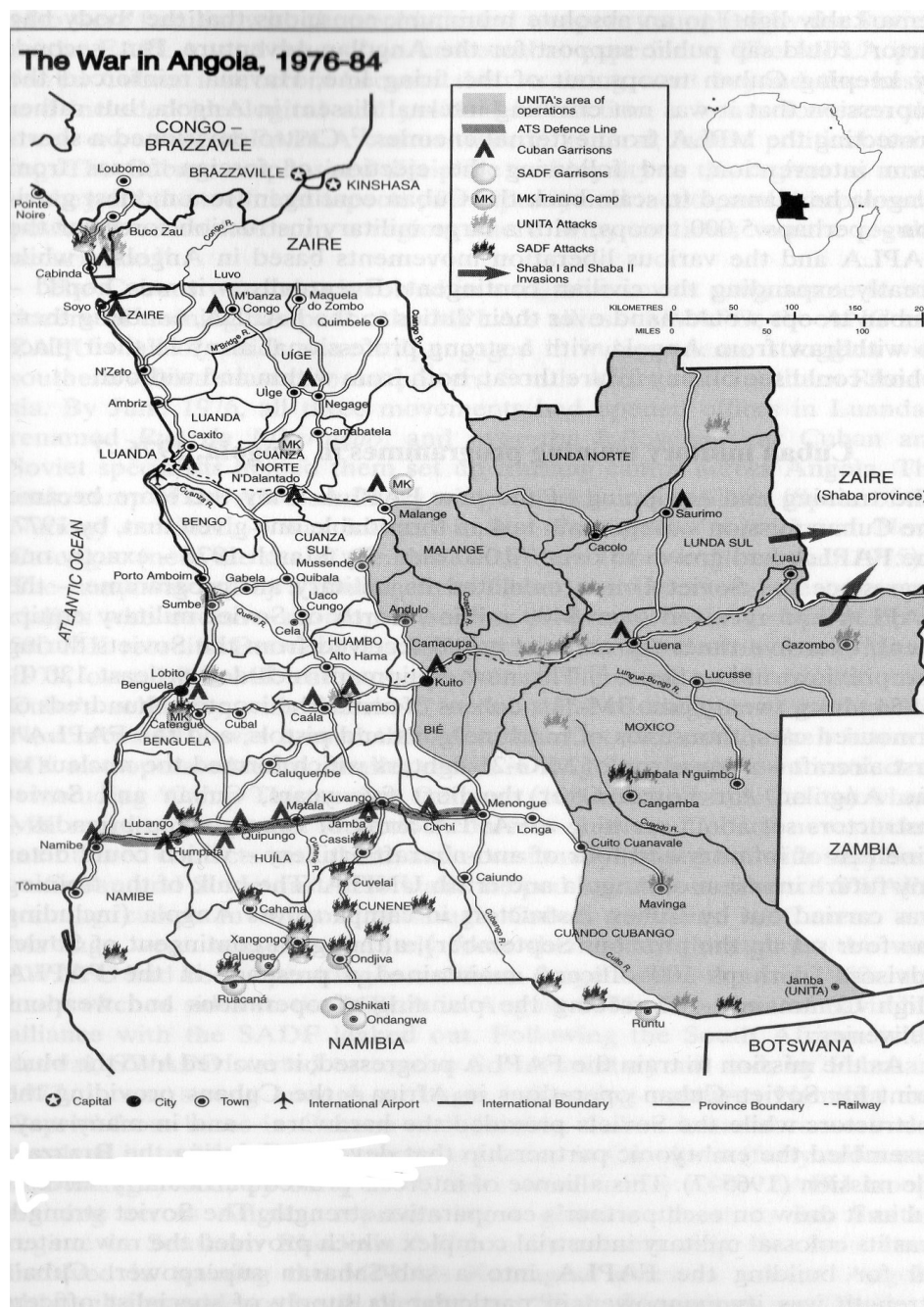


²⁰⁵ Originalmente em :

http://3.bp.blogspot.com/_6qXh8tjxBEA/TO3_KNgt3GI/AAAAAAAAAGA/cYXip59WSjw/s1600/mapa_bat_kifangondo.jpg.

ANEXO 9

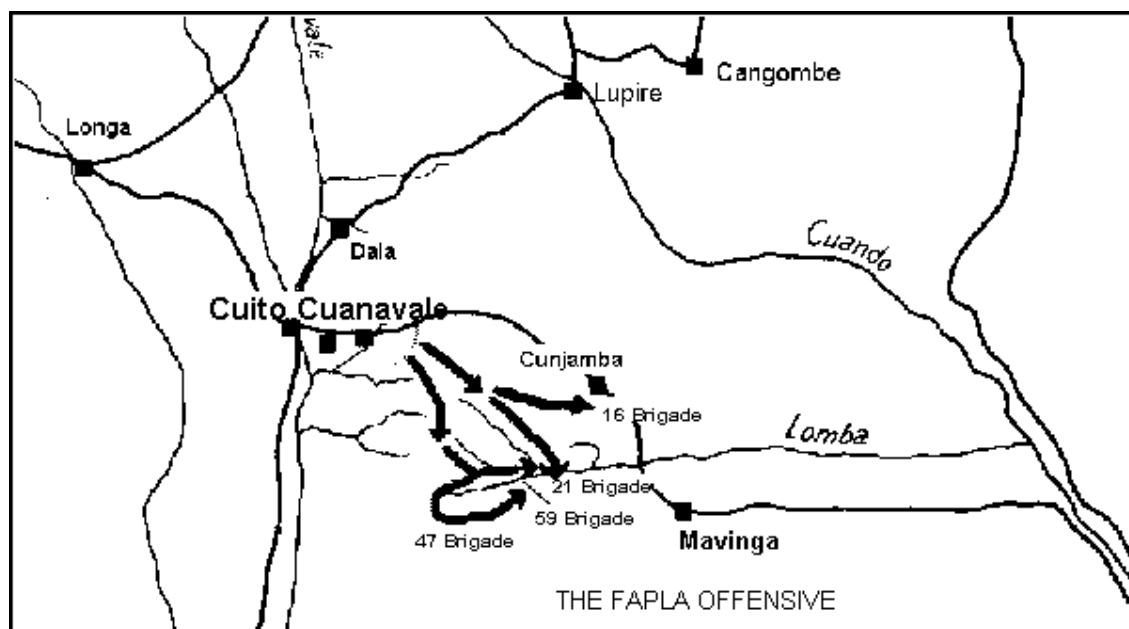
CAPÍTULO II



206

²⁰⁶ Originalmente em: George, Edward “*The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: From Che Guevara to Cuito Cuanavale*”.

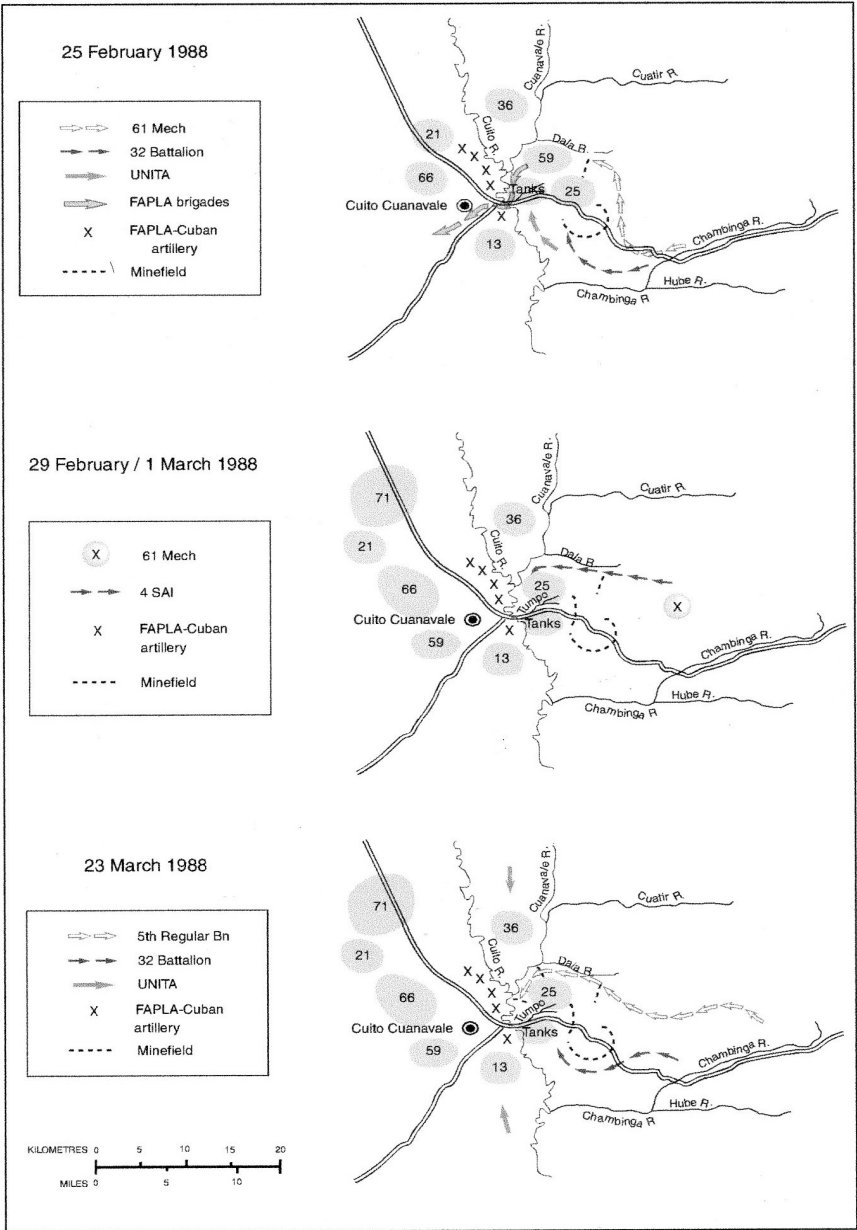
ANEXO 10
CAPÍTULO II



207

²⁰⁷ Originalmente em: C:\Users\Utilizador\Documents\MESTRADO\TESE) Defesa e Segurança\anexos\angola.gif.

ANEXO 11
CAPÍTULO II

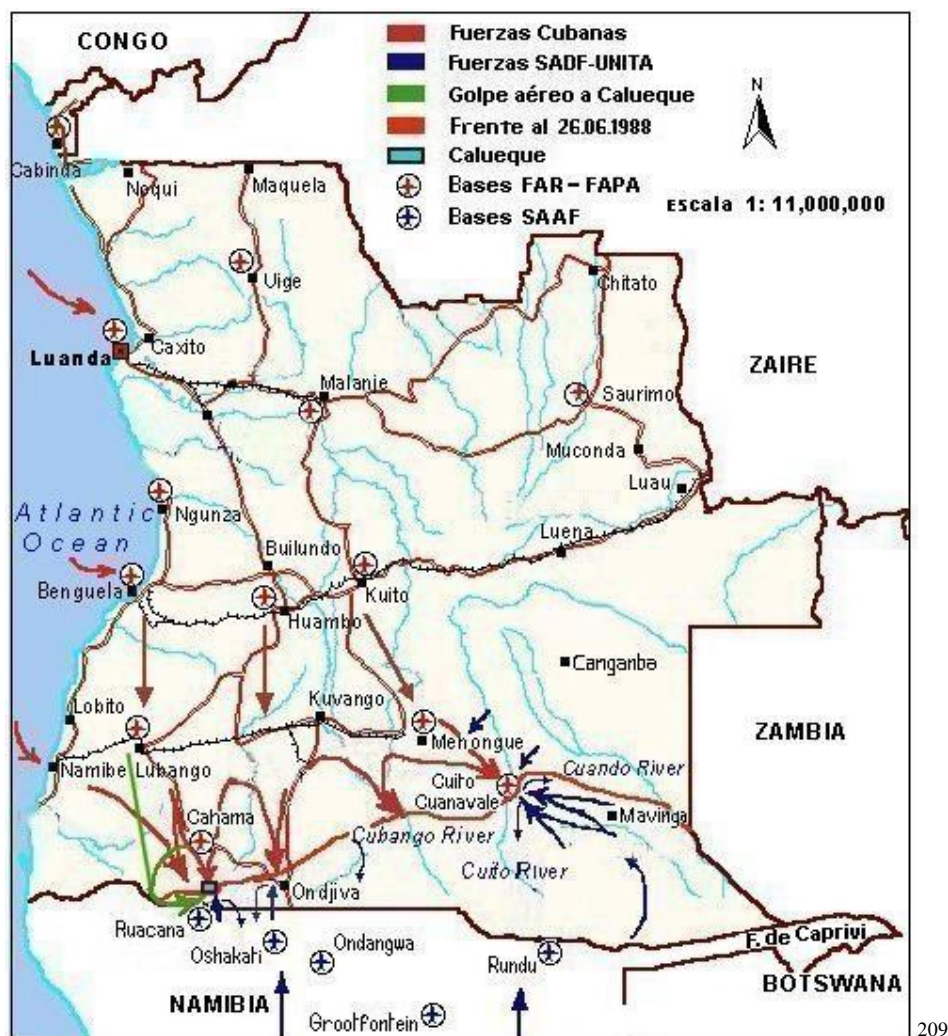


Map 11 The last three South African attacks east of Cuito Cuanavale.

²⁰⁸ Originalmente em: George, Edward “*The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: From Che Guevara to Cuito Cuanavale*”.

ANEXO 12

CAPÍTULO II



²⁰⁹ Originalmente em: <http://cenarioestrategico.com/wp-content/uploads/2012/10/angola2.jpg>.

ANEXO 13
CAPÍTULO II

09186

NATIONAL SECURITY COUNCIL (2999)
WASHINGTON, D.C. 20506

~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

MINUTES

NATIONAL SECURITY COUNCIL MEETING

DATE: Friday, June 27, 1975
TIME: 2:30 p.m. to 3:20 p.m.
PLACE: Cabinet Room, The White House
SUBJECT: Angola.

Principals

The President
Secretary of State Henry A. Kissinger
Secretary of Defense James Schlesinger
Acting Chairman, Joint Chiefs of Staff General David C. Jones
Director of Central Intelligence William Colby.

Other Attendees

State: Deputy Secretary of State Robert S. Ingersoll
Defense: Deputy Secretary of Defense William Clements
White House: Mr. Donald Rumsfeld, Assistant to the President
NSC: Lt. General Brent Scowcroft
Harold E. Horan.

~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

DECLASSIFIED • E.O. 12958 Sec. 3.8
With PORTIONS EXEMPTED
E.O. 12958 Sec. 1.5 (C)

me 98-37 #14: NSC-etc 6/12/00

By dae, NARA, Date 3/28/01

~~TOP SECRET~~/SENSITIVE

-2-

The President: Bill [to Colby], will you brief us on Angola and related problems.

Mr. Colby: Yes, sir. [Briefed - as attached.]

The President: Cabinda was a part of the Portuguese territories?
[This was in reference to a point in Mr. Colby's brief as he described Cabinda.]

Mr. Colby: Yes, sir.

The President: What are the white areas within the borders of Angola?

Mr. Colby: These are essentially tribal, not military areas. These are additional tribes and I just chose [pointing on the chart] to mention those three. They have different languages and are different socially.

The President: Did the Portuguese do much in combatting illiteracy? Are there many educated blacks?

Mr. Colby: The Portuguese were not forceful in this area. The literacy rate is between 10-15 percent.

Secretary Kissinger: Mr. President, until the coup, the Portuguese had no intention of leaving their territories in Africa and didn't organize them for independence.

Secretary Schlesinger: Most of the educated classes are in Luanda and support the MPLA.

The President: What is the white population?

Mr. Colby: Three to four hundred thousand.

The President: Out of a total population of how many?

Mr. Colby: About 5.7 million.

~~TOP SECRET~~/SENSITIVE

~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

-3-

The President: Are these mostly white Portuguese?

Mr. Colby: Yes.

The President: Now, Henry, can you give us the options?

Secretary Kissinger: Mr. President, I will be reasonably brief. This is an area where no one can be sure of the judgments. I do question the judgment that control of the capital is not of importance. The history of Africa has shown that a nation's only focal point is the capital, and whoever has the capital has a claim on international support. In the Congo civil war, the reason we came out on top is because we never lost Leopoldville. If Neto can get Luanda, and drive the others out, he will have a power base, and gradually gain support of other Africans.

Mr. Colby: I agree, except to note the importance of the (Benguella) railway and Zaire and Zambia's need for it.

The President: What is the name of the city at the end of the railway?

Mr. Colby: Lobito. There is, of course, always the possibility for fragmentation.

Secretary Kissinger: Soviet arms shipments have reversed the situation. Sheldon Vance has just come back from talking with Mobutu, who has stressed the change in the balance of power. Portugal is tilting toward Neto, and the Soviets are putting important equipment, such as armed personnel carriers, into Neto's hands.

Our understanding from Vance is that this is one reason Mobutu is moving away from Roberto and wants a coalition.

An interagency effort has developed options, none of which I am in wild agreement with. The first is neutrality -- stay out and let nature take its course. This would enable us to avoid a costly involvement in a situation that may be beyond our control; protect us from some international criticism; avoid tying us to any group; and avoid further antagonizing the MPLA. The probable outcome would be that Neto would establish a dominant position. Mobutu might try to go with Savimbi, or adjust to reality; Angola would go in a leftward direction;

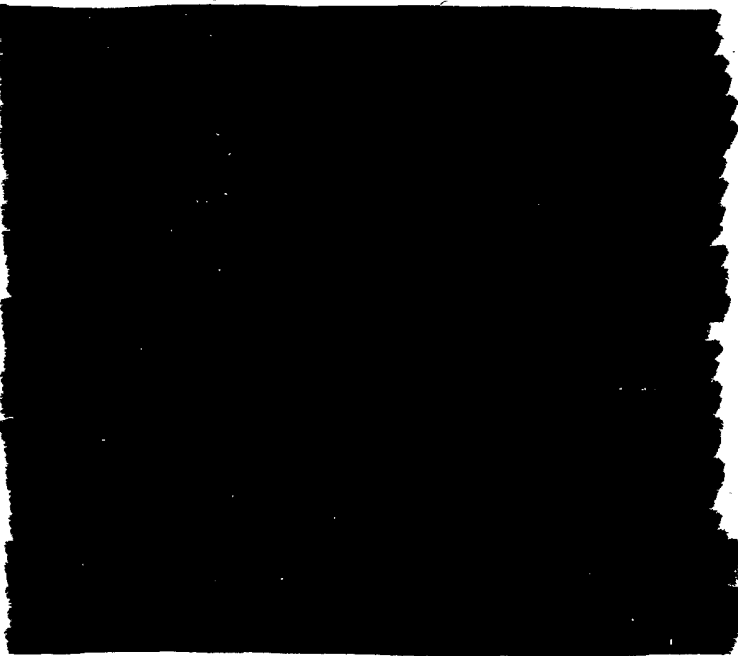
~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

~~TOP SECRET~~/SENSITIVE

-4-

and Zaire would conclude we have disinterested ourselves in that part of the world and move towards anti-Americanism.

As for the second course, my Department agrees, but I don't. It is recommended that we launch a diplomatic offensive to get the Soviets, the Yugoslavs, and others, to lessen arms shipments to the MPLA, get Portugal to exert its authority, and encourage cooperation among the groups. We could have direct dealings with the Soviets or get African states to do it. If we appeal to the Soviets not to be active, it will be a sign of weakness; for us to police it is next to impossible, and we would be bound to do nothing.



~~TOP SECRET~~/SENSITIVE

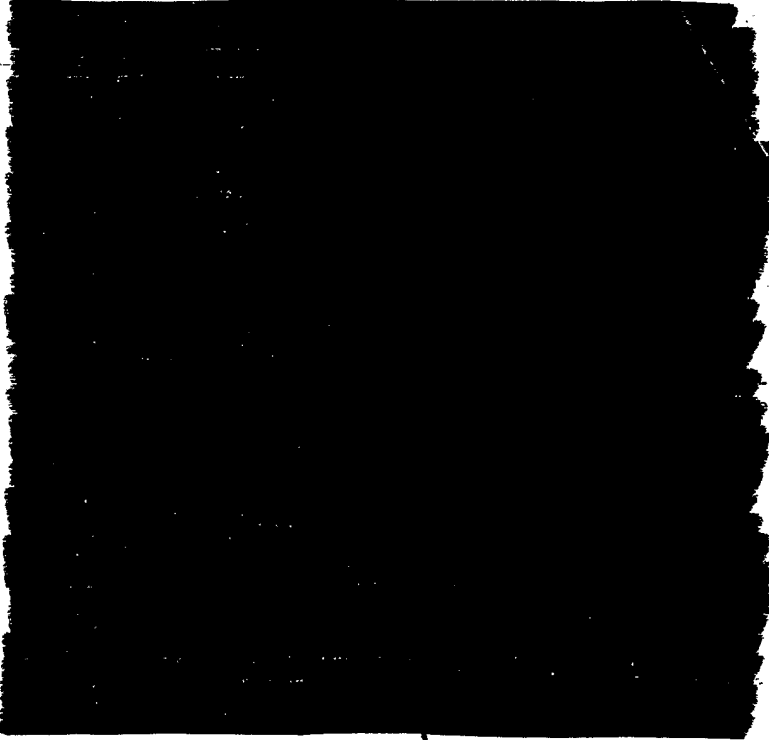


TOP SECRET/SENSITIVE

-5-

The President: Is there a specific proposal from the group on grants in the arms area? I don't want to make a decision now, but I didn't see any proposals in the briefing papers.

ojo Secretary Kissinger: The Forty Committee has met twice to discuss the situation. The first meeting involved only money, but the second included some arms package. I recommend a working group make a more systematic study of this option and return to you.



TOP SECRET/SENSITIVE

[REDACTED]

A 512

The President: At dinner he was very forceful on this. He said that it was important to get his man in first, and then he will win the election. I asked him if there were not going to be elections, and he said yes, and that was why it was important to put Savimbi in first and then he would win.

Secretary Kissinger: Kaunda was giving the President a lesson in political science. [Laughter.]

[REDACTED]

Secretary Kissinger: But the reverse of that is that if we don't do something they would be suppressed.

The President: Once the Popular Movement takes over you can write it off.

~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

-7-

Secretary Schlesinger: We might wish to encourage the distintegration of Angola. Cabinda in the clutches of Mobutu would mean far greater security of the petroleum resources.

Mr. President, may I follow up -- if we do something, we must have some confidence that we can win, or we should stay neutral. Roberto is not a strong horse. The fact that he stays in the Congo suggests he doesn't have the tenacity to win.

The President: It seems to me that doing nothing is unacceptable. As for diplomatic efforts, it is naive to think that's going to happen, and the proposals on Portugal sound amateurish.

[REDACTED]

[REDACTED]

Mr. Clements: I agree with this. Doing something now and keeping the two parties afloat may well be encouraging Mobutu. Whatever happens in November is not final, and it's important to keep Roberto and Savimbi viable and keep the options open. Give Mobutu some help and let him channel it.

Secretary Kissinger: In the first instance we could activate Mobutu and inform Kaunda.

The President: He [Kaunda] was talking at dinner about getting together with someone. Who was that?

Secretary Kissinger: With Savimbi and Mobutu.

The President: Let's get some options prepared, Bill [to Colby]. When can you have them?

Mr. Colby: By mid-week.

~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

TOP SECRET/SENSITIVE

-8-

Secretary Schlesinger: [REDACTED]

[REDACTED] The FNLA has a weak capacity to enforce discipline and we should look to see whether the Congolese (Zairians) can be used for instilling discipline. And then there's the question of the degree to which we can bring Roberto and Savimbi together.

The President: Those are some of the things that have to be in the study. I think we need something for a week from Monday, so let's set something up.

#

TOP SECRET/SENSITIVE

210

²¹⁰ Originalmente em: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB67/>.

ANEXO 14

CAPÍTULO II

Aug. 11, 1975

*Alviar una legación en
la de Puro e Angola, así como
de la de Angola y pasando todo a
fondo de la de Angola.*

Ejemplar No. _____

AL : Ministro FAR.

DEL : Jefe Décima Dirección.

AST : Informe sobre visita a Angola.

Informe sobre la visita a Angola y conversaciones sostenidas con Agostinho Neto, Presidente del MPLA, y el Buró Político del MPLA, así como con Jefe del E.M. de las FALPA :

1.- Llegamos a Luanda, Angola el domingo 3-8 hicimos contacto con el MPLA y enseguida nos llevaron a un Hotel y posteriormente cuando el Presidente Neto lo supo nos mandó a buscar, alojándonos a un grupo en su casa y al resto de la delegación en casa de otro compañero.

Durante la primera conversación con Neto hubimos de saludarlo en nombre del Comandante en Jefe y del Ministro de las FAR, entregarle el regalo del Comandante en Jefe con su tarjeta y pasamos a explicarle el objetivo de nuestra visita.

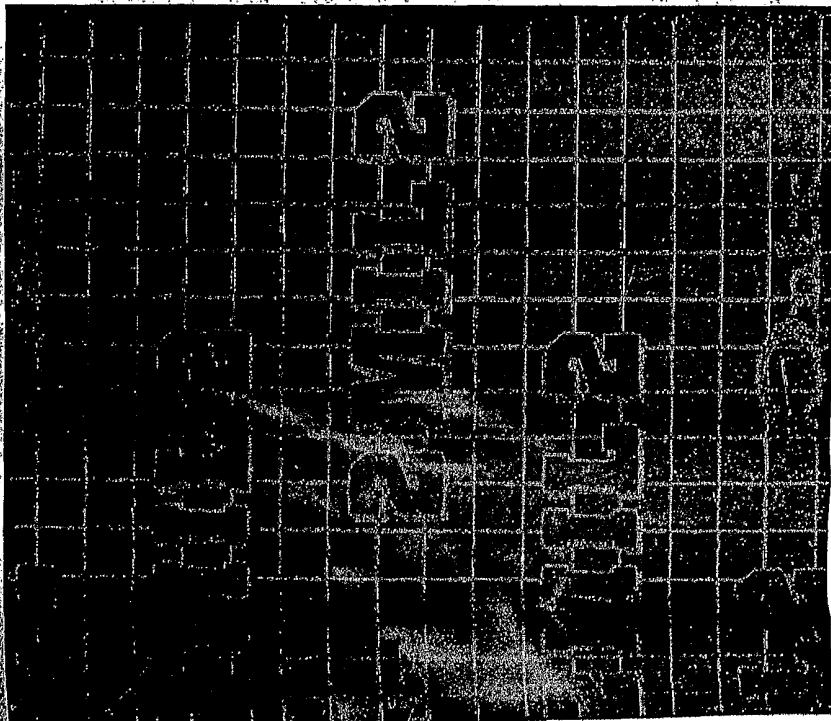
Nuestra explicación la basamos en los siguientes puntos :

- a) La petición formulada por el MPLA cuando los visitaron una delegación de nuestro Partido y Gobierno en el mes de enero y posteriormente en Mozambique los planteamientos hechos por Cheito, Jefe E.M. de las FALPA.
- b) En estas peticiones existía cierta contradicción, pues durante la visita de enero, plantearon ayuda material y preparación de cuadros en Cuba y en Angola, y posteriormente en Mozambique dijeron de solamente preparar cuadros en Cuba.
- c) Que veníamos en vista de la situación actual a precisar en que podía consistir nuestra ayuda, teniendo en cuenta la agresión por parte del MPLA y de Mobutu al MPLA y el posible desarrollo de las acciones futuras hasta la independencia en el mes de noviembre. Que sabíamos que la reacción y el imperialismo tratarían por todos los medios posibles de evitar que las fuerzas del MPLA tomaran el poder, pues éstas significaban un gobierno progresistas en Angola y en base a esa situación le traíamos la solidaridad militante del Comandante en Jefe, nuestro Partido y Gobierno y le hicimos entrega de los 100,000 dólares.

"Mujer General"
Hoja .../...

En esta conversación también se quejaron de la poca ayuda del Campo Socialista, y si a ellos no los ayuda el Campo Socialista, no los ayudará nadie, pues ellos representan las fuerzas más progresistas, sin embargo el Imperialismo, Mobutu [REDACTED] si ayudan con todos los recursos al FNLA. También se quejaron de que la URSS, les detuvo la ayuda en el '72, aunque nos dijeron que ahora los están ayudando con armamento, pero que es poco todavía, pues las necesidades son muchas. En general, él quiere hacer de la situación de Angola una cuestión vital entre los dos sistemas el Imperialismo y el Socialismo, para recabar la ayuda de todo el Campo Socialista. En lo cual consideramos tiene razón, pues en estos momentos en Angola los campos están bien definidos, el FNLA y UNITA representan la reacción y al Imperialismo Internacional y la reacción portuguesa, y el MPLA representa a las fuerzas progresistas y nacionalistas.

Quedamos en volvernos a ver al día siguiente, pues necesitábamos nos precisar con datos, números, especialidades, etc. las peticiones formuladas.



Consideramos tiene el apoyo general del pueblo, el cual se encuentra organizado y con disposición de combatir faltándole el armamento, así como víveres, vestuario y equipos de campaña. Consideramos debemos ayudarlos directamente o indirectamente a resolver esta situación - que en definitiva significa la resistencia total del pueblo contra la reacción y el imperialismo internacional.

Revolucionariamente,

Raúl Díaz Argüelles
1er Comdt Jefe Décima Dirección

→ NOTA : Se le anexa la última petición formulada por la dirección del MPLA.

Confeccionado : 2 ejemplares.
Ejemplar No.1 : Destinatario.
Ejemplar No.2 : Legajo.
Ejecutor : 1 Comdt Argüelles.
Mecanógrafa : S-3 M. Teresa.
Fecha : 11.6.75.
L.R.D.I. : 859.

U. M. 1415
SALIDA No. 00720
11 DE P 1975
OFICINA SECRETA

ANEXO 15

CAPÍTULO II

[Havana, Jan. 6, 1976]

REPUBLICA DE CUBA
MINISTERIO DE LAS FUERZAS ARMADAS
REVOLUCIONARIAS

Conversación con el Embajador soviético.

Poco despues de las -09:00 hrs llamó el Embajador soviético solicitó una entrevista con nosotros y preguntó si podía venir a las 11:00. Le dije que como estimara, que si él quería podíamos ir a la Embajada.

A las 11:00 me recibió y me dijo:

Que tenía una información que quería fuese puesta en conocimiento del Ministro y quien correspondiese en el EM a los efectos de su materialización.

El traslado de cubanos a Angola y de regreso tambien serán realizados en 10 vuelos charter. Se planifica el primer vuelo la salida de La Habana el día 8 a las 08:00 hrs GMT. Este avión llegará hoy día 6 de Moscú y estará listo para salir a la hora indicada anteriormente (día 7 a las 22:00 hrs de Cuba).

Avion: IL-62

Capacidad: 162 personas

Peso límite: 16 toneladas.

El número total depende del equipamiento militar que lleve.

Le pregunté si este equipamiento militar se refería al armamento. Me dijo que no decía y que se refería al vestuario militar, cantimplora, comida fria, etc.

Condiciones de despegue: las mejores de acuerdo con el clima (se refiere a por la noche)

Coordinar estos vuelos con el compañero Petrov representante de Aeroflot en Cuba.

Orden de vuelo:

Salida Habana : 8 enero 01:00 GMT (22:00 hrs del 7 enero - hora Habana). Llega Conakry 10:30 (GMT) sale Conakry 12:00 llega Luanda a las 17:10. Este avión regresa Luanda el 9 enero sale Luanda 03:45 llega Conakry 09:10 Sale Conakry 12:00. Llega Habana 22:30 (Todas las horas GMT). Los siguientes vuelos se ajustan con Aeroflot usandose este itinerario.

Que por supuesto estos vuelos se mantengan en Secreto.

Le dijo que esta era una noticia muy buena para nosotros so-

bre todo en los momentos en que los EEUU presionaban a distintos gobiernos para que no nos permitan utilizar sus aeropuertos. Que trasladaría esta información de inmediato al Ministro y al EMG.

[Faint handwritten text, likely a signature or note, mostly illegible due to fading.]

20

²¹² Originalmente em: Idem.

ANEXO 16

CAPÍTULO II

tius, and Nigeria,⁵⁹ to extend an invitation to Mr. Sam Nujoma under rule 39 of the provisional rules of procedure.

At the same meeting, the Council further decided, at the request of the representatives of Gabon, Mauritius and Nigeria,⁶⁰ to extend an invitation to Mr. Edem Kodjo under rule 39 of the provisional rules of procedure.

Resolution 435 (1978) of 29 September 1978

The Security Council,

Recalling its resolutions 385 (1976) of 30 January 1976 and 431 (1978) and 432 (1978) of 27 July 1978,

Having considered the report of the Secretary-General submitted pursuant to paragraph 2 of resolution 431 (1978)⁶¹ and his explanatory statement made in the Security Council on 29 September 1978 (S/12869),⁶²

Taking note of the relevant communications from the Government of South Africa to the Secretary-General,

Taking note also of the letter dated 8 September 1978 from the President of the South West Africa People's Organization to the Secretary-General,⁶³

Reaffirming the legal responsibility of the United Nations over Namibia,

1. Approves the report of the Secretary-General on the implementation of the proposal for a settlement of the Namibian situation⁶⁴ and his explanatory statement;

2. Reiterates that its objective is the withdrawal of South Africa's illegal administration from Namibia and the transfer of power to the people of Namibia with the assistance of the United Nations in accordance with Security Council resolution 385 (1976);

3. Decides to establish under its authority a United Nations Transition Assistance Group in accordance with the above-mentioned report of the Secretary-General for a period of up to 12 months in order to assist his Special Representative to carry out the mandate conferred upon him by the Security Council in paragraph 1 of its resolution 431 (1978), namely, to ensure the early independence of Namibia through free elections under the supervision and control of the United Nations;

⁵⁹ *Ibid.*, document S/12866.

⁶⁰ *Ibid.*, document S/12872.

⁶¹ *Ibid.*, document S/12827.

⁶² *Ibid.*, Thirty-third Year, 2087th meeting, paras. 11-22.

⁶³ *Ibid.*, Supplement for July, August and September 1978, document S/12841.

⁶⁴ *Ibid.*, Supplement for April, May and June 1978, document S/12636.

4. Welcomes the preparedness of the South West Africa People's Organization to co-operate in the implementation of the Secretary-General's report, including its expressed readiness to sign and observe the cease-fire provisions as manifested in the letter from its President of 8 September 1978;

5. Calls upon South Africa forthwith to co-operate with the Secretary-General in the implementation of the present resolution;

6. Declares that all unilateral measures taken by the illegal administration in Namibia in relation to the electoral process, including unilateral registration of voters, or transfer of power, in contravention of resolutions 385 (1976), 431 (1978) and the present resolution, are null and void;

7. Requests the Secretary-General to report to the Security Council not later than 23 October 1978 on the implementation of the present resolution.

Adopted at the 2087th meeting by 12 votes to none, with 2 abstentions (Czechoslovakia, Union of Soviet Socialist Republics).⁶⁵

Decisions

At its 2088th meeting, on 30 September 1978, the Council decided to invite the representative of Guinea to participate, without vote, in the discussion of the question.

At its 2092nd meeting, on 31 October 1978, the Council decided to invite the representatives of Burundi, Egypt and Ghana to participate, without vote, in the discussion of the item entitled:

"The situation in Namibia:

"(a) Report of the Secretary-General submitted pursuant to paragraph 7 of Security Council resolution 435 (1978) concerning the situation in Namibia (S/12903);⁶⁶

"(b) Letter dated 24 October 1978 from the Permanent Representative of Burundi to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/12906)".⁶⁷

At the same meeting, the Council also decided to extend an invitation, under rule 39 of the provisional rules of procedure, to a delegation of the United Nations Council for Namibia, composed of the President and three Vice-Presidents of that body.

⁶⁵ One member (China) did not participate in the voting.

⁶⁶ See *Official Records of the Security Council, Thirty-third Year, Supplement for October, November and December 1978*.

²¹³ Originalmente em: [http://www.undemocracy.com/png800/S-RES-435\(1978\)/page_1](http://www.undemocracy.com/png800/S-RES-435(1978)/page_1).

ANEXO 17

CAPÍTULO II

TABLE 7.1

Angola/Namibia Accords of December 1988

1988				
Dec. 22	Formal signing in New York along with UN Security Council enabling resolution specifying verification.			
1989	Namibia	Angola	ESTIMATES OF CUBANS REMAINING	
			"Official"*	UNITA**
Jan. 1	UN advance teams begin arriving		50,000	80,000
Jan. 22	Joint commission to monitor UN Res. 435 begins operations			
April 1	UN force to reach 9,000;*** RSA to begin withdrawing troops	Cuba to remove 3,000 troops	47,000	77,000
July 1	RSA has withdrawn all but 1,500 troops			
Aug. 1		Cuba to have moved all its remaining forces north of 15th parallel		
Nov. 1	UN-supervised elections for constit. assembly	50% of 50,000 Cubans (i.e., 22,000 more) to have left. All remaining troops north of 13th parallel.	25,000	55,000
1990				
April 1		66% of 50,000 Cubans (or 8,000 more) to have left	17,000	47,000
Oct. 1		76% of 50,000 Cubans (or 5,000 more) to have left	12,000	42,000
1991				
July 1		100% of Cubans to have left	0	30,000

* "Official" is based on assumption that current Cuban strength is 50,000.

** Jeremias Chitunda, UNITA Vice President, quoted in *The New York Times*, 30 November 1988.

Plus 6,500 other Soviet-bloc personnel (1,000 East Germans, 2,500 Soviets, 3,000 Koreans) = 36,500 total Communist personnel remaining (source: UNITA President Jonas Savimbi, American Enterprise Institute (AEI) panel discussion on Angola, June 29, 1988).

*** Only 4,500 personnel were dispatched.

²¹⁴ Originalmente em Kahn, Owen Ellison "Disengagement from Southwest Africa: The Prospects for Peace in Angola and Namibia".

ANEXO 18

CAPÍTULO II

« Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola.

Nesta hora o Povo angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta Proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados.

Aos lacaios internos do imperialismo de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso País é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exerceram a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso Movimento enfrenta no terreno várias forças reaccionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o Povo angolano. E nessa aliança incluem-se torças reaccionárias portuguesas que participam na invasão do Sul do País, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo silêncio e passividade.

Não obstante as organizações fantoches conluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo Povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimento de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao Povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.

Em Dezembro de 1956, no Manifesto da sua fundação, o MPLA vincava já a sua determinação inquebrantável de luta por todos os meios para a independência completa de Angola afirmando - «o colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o Povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realidade

de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA». Força galvanizadora e de vanguarda do nosso Povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo angolano contra a dominação colonial portuguesa.

O longo caminho percorrido representa a história heróica de um Povo que sob a orientação unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o Povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária.

Tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objectivos, definido correctamente os aliados, amigos e inimigos, o Povo angolano, sob a direcção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não denegrir este momento singular da nossa história, integra-se no objectivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra.

Constitui deste modo preocupação fundamental do novo Estado libertar totalmente o nosso País e todo o nosso Povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA, caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e seus agentes.

Os órgãos do Estado da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.

E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ir-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até ao grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

Com a proclamação da República Popular de Angola as FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, braço armado do Povo, sob a firme direcção do MPLA constituem um exército popular que tem por objectivo a defesa dos interesses das camadas mais exploradas do nosso Povo.

Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas de teoria revolucionária, continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista.

As FAPLA, como força, libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País e, na qualidade de exército popular, participar ao lado do Povo na produção para a grandiosa tarefa da RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

Angola é um País subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste facto.

Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do Povo angolano. Mas dizer que o nosso País é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um País explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo. Estas duas componentes conjugadas - o subdesenvolvimento a dependência - explicam por que razão a economia de Angola tão profundamente distorcida, com um sector dito «tradicional», ao lado de sectores de ponta, e regiões retardatárias cercando os chamados «pólos de desenvolvimento». Mas eles explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do Povo.

Longo caminho teremos de percorrer. Teremos de pôr a funcionar em pleno a máquina económica e administrativa, combater parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os sectores da economia, entre as regiões do País, edificar um Estado de Justiça Social. A economia será planificada para servir o homem angolano e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia auto-centrada, isto, é, realmente angolana.

A luta pela Independência económica será, conseqüentemente uma constante da nossa estratégia.

Assim; coerente com as linhas traçadas; a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projectos de industrialização das nossas próprias matérias-primas e mesmo em projectos de indústria pesada.

No entanto, tendo em conta o facto de Angola ser um País em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base; e a indústria como factor decisivo do nosso progresso.

O Estado angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas.

As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações económicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra à evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da Independência Nacional.

As nossas relações internacionais serão sempre definidas pelo princípio da reciprocidade de vantagens.

A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e, porque deseja que elas sejam duradouras, estabelecerá numa base nova despida de qualquer vestígio colonial.

O actual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras.

É evidente que numa primeira fase a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a esta carência será elaborado um plano expedito de formação de quadros

nacionais, ao mesmo tempo que se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis, deverão sofrer uma remodelação radical para que possam de facto servir o Povo e a reconstrução económica.

O imperialismo não desarma.

Vencido o colonialismo, pretende agora impor-nos novo regime de exploração e opressão utilizando os seus lacaios internos, na vã tentativa de destruir as conquistas já alcançadas pelo Povo.

A determinação revolucionária do nosso Povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagónica que nos separa dos inimigos impõe-nos uma nova guerra Libertadora que assume a forma de Resistência Popular Generalizada e que será prosseguida até à vitória final.

Neste contexto reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basilar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso País.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do País.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos zairenses e sul-africanos, e dos fascistas portugueses, assim como as dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso País.

A nossa luta anti-imperialista, sob a forma de resistência, é a expressão de uma irreduzível contradição de classe, que opõe os interesses do nosso Povo aos do imperialismo internacional. Porém, as contradições existentes no seio do Povo, entre as várias classes e grupos sociais anti-imperialistas, pertencem à categoria de contradições secundárias, e como tal devem ser resolvidas.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do Poder Popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única garantia da formação do homem novo e do triunfo da nossa revolução.

A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a protecção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional.

Envidará ainda todos os esforços, no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional.

A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o País, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo angolano.

O Estado realizará todos os esforços para instituir à escala nacional uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas até agora privadas desse direito pelo colonialismo.

Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio: - «a trabalho igual, salário igual».

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA, estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso Povo.

A República Popular de Angola afirma-se um Estado laico com separação completa da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, lugares e objectos de culto e instituições legalmente reconhecidas.

A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbabwe e da Namíbia contra a dominação racista.

O Povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum.

Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN.

Reafirma a sua solidariedade com o povo palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais contra o sionismo.

Alcançada a Independência Nacional, o MPLA e o Povo angolano agradecem comovidos a ajuda prestada por todos os povos e países amigos à nossa luta heróica de libertação nacional.

O nosso agradecimento dirige-se a todos os povos e países africanos que estiveram do nosso lado, aos países socialistas, às forças revolucionárias portuguesas, às organizações progressistas e governos de países ocidentais que souberam compreender e apoiar a luta do Povo angolano. A República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios de respeito mútuo, da soberania nacional, não ingerência, de respeito pela integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens, e da coexistência pacífica.

A República Popular de Angola, Estado africano, livre e independente, exprime a sua adesão aos princípios da Carta da Unidade Africana e da Carta das Nações Unidas.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA será de não alinhamento.

A República Popular de Angola saberá respeitar os compromissos internacionais que assumir, assim como respeitará as vias internacionais que utilizam o seu território.

A República Popular de Angola, País empenhado na luta anti-imperialista, terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do Mundo. Compatriotas, Camaradas!

No momento em que o Povo angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentado pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo.

Respeitamos as características de cada região, de cada núcleo populacional do nosso País, porque todos de igual modo oferecemos à Pátria o sacrifício que ela exige para que viva.

A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abnegado amor do Povo angolano.

Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso ESTADO DEMOCRÁTICO E POPULAR.

HONRA AO POVO ANGOLANO

GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS

A LUTA CONTINUA! A VITÓRIA É CERTA!»²¹⁵

²¹⁵ Originalmente em: <http://mairenasolidaria.webcindario.com/escrituramecanica/agostinhoneto.html>.

ANEXO 19
CAPÍTULO II



216

ANEXO 20
CAPÍTULO II



217

²¹⁶ Originalmente em: <http://www.urrib2000.narod.ru/AngNeto.jpg>.

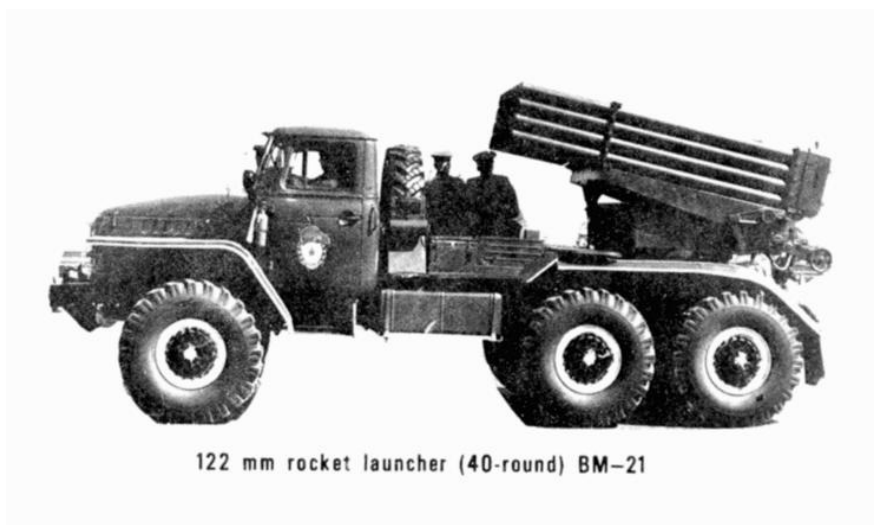
²¹⁷ Originalmente em : <http://hcvanalysis.files.wordpress.com/2010/07/cubangola.jpg>.

ANEXO 21
CAPÍTULO II



218

ANEXO 22
CAPÍTULO II



219

²¹⁸ Originalmente em: <http://www.thecubanhhistory.com/wp-content/uploads/2011/09/angola-2.jpg>.

²¹⁹ Originalmente em: http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/row/122mm-rocket_001.jpg.

ANEXO 23

CAPÍTULO II



220

ANEXO 24

CAPÍTULO II



sa_bushwar 221

²²⁰ Originalmente em: http://englishrussia.com/images/abandoned_ss200/3.jpg.

²²¹ Originalmente em : <http://havanaluanda.files.wordpress.com/2010/01/033.jpg>.

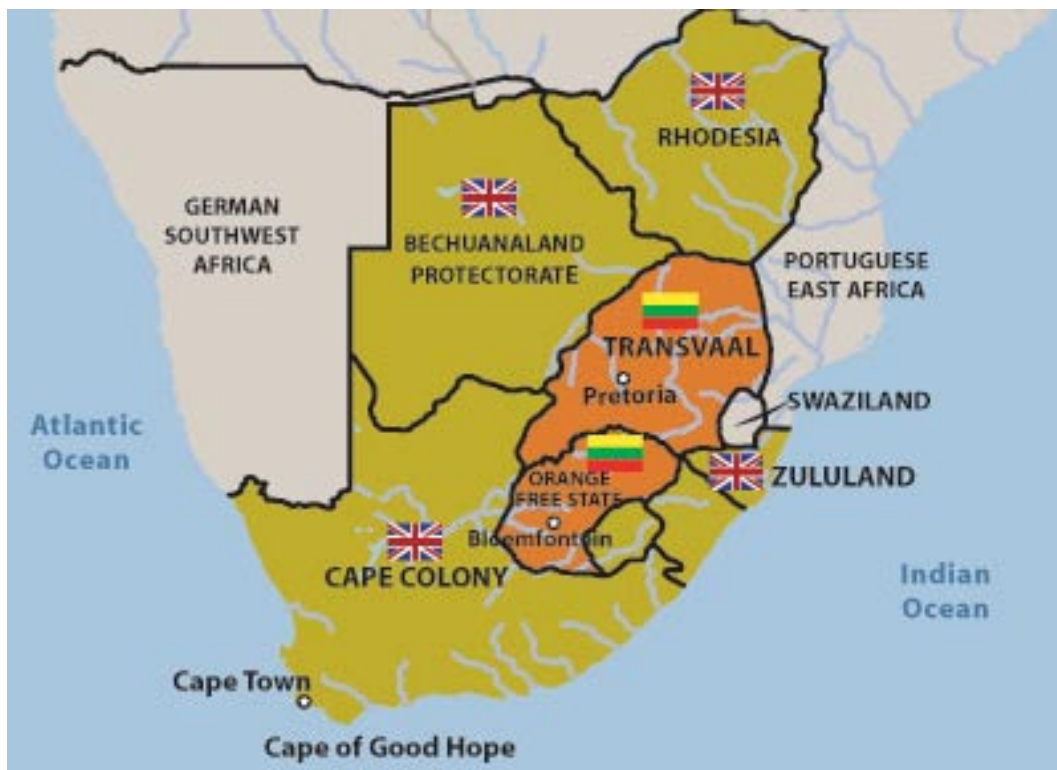
ANEXO 25
CAPÍTULO II



222

²²² Originalmente em : <http://www.planobrazil.com/wp-content/uploads/2013/06/32-Battalion-images.jpg>.

ANEXO 26
CAPÍTULO III

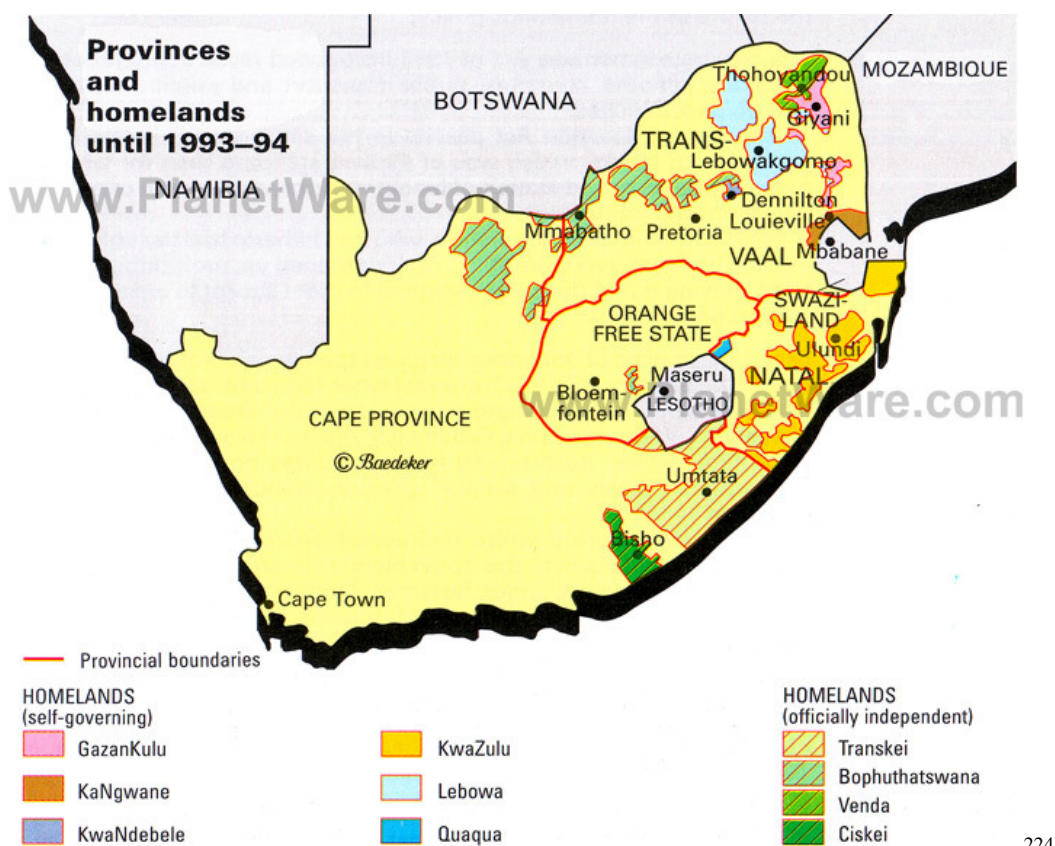


223

²²³ Originalmente em: http://www.sangam.org/2007/03/images/boerwar_map.jpg.

ANEXO 27

CAPÍTULO III



224

²²⁴ Originalmente em: <http://www.planetware.com/i/map/SAF/south-africa-provinces-and-homelands-until-1993-4-map.jpg>.

ANEXO 28
CAPÍTULO III

«There are two sections of thought in South Africa in regard to the policy affecting the non-European community. On the one hand there is the policy of equality, which advocates equal rights within the same political structure for all civilized and educated persons, irrespective of race or colour, and the gradual granting of the franchise to non-Europeans as they become qualified to make use of democratic rights.

On the other hand there is the policy of separation (apartheid) which has grown from the experience of established European population of the country, and which is based on the Christian principles of Justice and reasonableness.

Its aim is the maintenance and protection of the European population of the country as a pure White race, the maintenance and protection of the indigenous racial groups as separate communities, with prospects of developing into self-supporting communities within their own areas, and the stimulation of national pride, self-respect, and mutual respect among the various races of the country.

We can act in only, one of two directions. Either we must follow the course of equality-, which must eventually mean national suicide for the White race, or we must take the course of separation (apartheid) through which the character and the future of every race will be protected and safeguarded with full opportunities for development and self-maintenance in their own ideas, without the interests of one clashing with the interests of the other, and without one regarding the development of the other as undermining or a threat to himself.

The party therefore undertakes to protect the White race properly and effectively against any policy, doctrine or attack which might undermine or threaten its continued existence. At the same time the party rejects any policy of oppression and exploitation of the non-Europeans by the Europeans as being in conflict with the Christian basis of our national life and irreconcilable with our policy.

The party believes that a definite policy of separation (apartheid) between the White races and the non-White racial groups, and the application of the policy of separation also in the case of the non-White racial groups, is the only basis on which the character and future of

each race can be protected and safeguarded and on which each race can be guided so as to develop his own national character, aptitude and calling.

All marriages between Europeans and non-Europeans will be prohibited.

In their areas the non-European racial groups will have full opportunities for development in every sphere and will be able to develop their own institutions and social services whereby the forces of the progressive non-Europeans can be harnessed for their own national development(volkeepbou). The policy of the country must be so planned that it will eventually promote the ideal of complete separation (algehele apartheid) in a national way.

A permanent advisory body of experts on non-European affairs will be established.

The State will exercise complete supervision over the moulding of the youth. The party will not tolerate interference from without or destructive propaganda from the outside world in regard to the racial problems of South Africa.

The party wishes all non-Europeans to be strongly encouraged to make the Christian religion the basis of their lives and will assist churches in this task in every possible way. Churches and societies which undermine the policy of apartheid and propagate doctrines foreign to the nation will be checked.

The Coloured community takes a middle position between the European and the Natives. A policy of separation (apartheid) between the Europeans and Coloureds and between Natives and Coloureds will be applied in the social, residential, industrial and political spheres. No marriage between Europeans and Coloureds will be permitted. The Coloureds will be protected against unfair competition from the Natives in so far as where they are already established.

The Coloured community will be represented in the Senate by a European representative to be appointed by the Government by reason of his knowledge of Coloured affairs.

The present unhealthy system which allows Coloureds in the Cape to be registered on the same voters' roll as Europeans and to vote for the same candidate as Europeans will be abolished and the Coloureds will be represcritcd in the House of Assembly by three European representatives.

These Coloured representatives will be elected by a Coloured representative council. They will not vote on:

- (1) Votes on confidence in the Government.*
- (2) A declaration of war, and*
- (3) A change in the political rights of non-Europeans.*

A State Department of Coloured Affairs will be established.

The Coloured community will be represented in the Cape Provincial Council by three Europeans elected by the Coloured representative council.

A Coloured representative council will be established in the Cape Province consisting of representatives elected by the Coloured community, divided into constituencies with the present franchise qualifications, the head of the Department of Coloured Affairs and representatives nominated by the Government. In their own areas the Coloured community will have their own councils with their own public services which will be managed by themselves within the framework of the existing councils with higher authority.

Attention will be given to the provision of social, medical and welfare services in which the efforts of the Coloured themselves can be harnessed, and in which they will be taught as far as possible to be self-supporting.»²²⁵

ANEXO 29

CAPÍTULO III

«(...) Umkhonto we Sizwe is a new, independent body, formed by Africans, It includes in its ranks South Africans of all races It is not connected in any way with a so-called `Committee for National Liberation` whose existence has been announced in the press. Umkhonto we Sizwe will carry on the struggle for freedom and democracy by new methods, which are necessary to complement the actions of the established national liberation organisations. Umkhonto we Sizwe fully supports the national liberation movement, and our members jointly and individually, place themselves under the overall political guidance of that movement.

²²⁵ Originalmente em: <http://www.fordham.edu/halsall/mod/1948apartheid1.html>.

It is, however, well known that the main national liberation organisations in this country have consistently followed a policy of non-violence. They have conducted themselves peaceably at all times, regardless of government attacks and persecutions upon them, and despite all government-inspired attempts to provoke them to violence. They have done so because the people prefer peaceful methods of change to achieve their aspirations without the suffering and bitterness of civil war. But the people's patience is not endless.

The time comes in the life of any nation when there remain only two choices: submit or fight. That time has now come to South Africa. We shall not submit and we have no choice but to hit back by all means within our power in defence of our people, our future and our freedom. The government has interpreted the peacefulness of the movement as weakness; the people's non-violent policies have been taken as a green light for government violence. Refusal to resort to force has been interpreted by the government as an invitation to use armed force against the people without any fear of reprisals. The methods of Umkhonto we Sizwe mark a break with that past.

We are striking out along a new road for the liberation of the people of this country. The government policy of force, repression and violence will no longer be met with non-violent resistance only! The choice is not ours; it has been made by the Nationalist government which has rejected ever peaceable demand by the people for rights and freedom and answered ever such demand with force and yet more force! Twice in the past 18 months, virtual martial law has been imposed in order to beat down peaceful, non-violent strike action of the people in support of their rights. It is now preparing its forces - enlarging and rearming its armed forces and drawing the white civilian population into commandos and pistol clubs - for full-scale military actions against the people. The Nationalist government has chosen the course of force and massacre, now, deliberately, as it did at Sharpeville.

Umkhonto we Sizwe will be at the front line of the people's defence. It will be the fighting arm of the people against the government and its policies of race oppression. It will be the striking force of the people for liberty, for rights and for their final liberation! Let the government, its supporters who put it into power, and those whose passive toleration of reaction keeps it in power, take note of where the Nationalist government is leading the country!

We of Umkhonto we Sizwe have always sought -as the liberation movement has sought - to achieve liberation without bloodshed and civil clash. We do so still. We hope - even at this late hour - that our first actions will awaken every one to a realisation of the disastrous situation to which the Nationalist policy is leading. We hope that we will bring the government and its supporters to their senses before it is too late, so that both the government and its policies can be changed before matters reach the desperate state of civil war. We believe our actions to be a blow against the Nationalist preparations for civil war and military rule.

In these actions, we are working in the best interests of all the people of this country - black, brown and white - whose future happiness and well-being cannot be attained without the overthrow of the Nationalist government, the abolition of white supremacy and the winning of liberty, democracy and full national rights and equality for all the people of this country.

We appeal for the support and encouragement of all those South Africans who seek the happiness and freedom of the people of this country.

Afrika Mayibuye!»²²⁶

ANEXO 30

CAPÍTULO III

«During recent months and particularly the last few weeks, I have received a great deal of advice.

Most of the persons and institutions who offered advice and still offer advice have good and well-meaning intentions. I thank them and where the advice is practical, it is considered. I almost daily receive hundreds of messages and letters of goodwill and encouragement from all over the Western world and from people in our own country, as well as assurances that people are praying for me. Just before we left for this meeting, a very touching message was received by me from a member of the Greek community from Johannesburg. I sincerely appreciate these gestures of goodwill.

²²⁶ Originalmente em: <http://www.anc.org.za/show.php?id=77>.

Most of the media in South Africa have already informed you on what I was going to say tonight, or what I ought to say, according to their superior judgment.

Of all the tragedies in the world I think the greatest is the fact that our electorate refrained so far to elect some of these gentlemen as their government. They have all the answers to all the problems.

And these answers differ from day to day and from Sunday to Sunday!

Seldom in our past has there been a party congress of the National Party for which so many expectations were raised as this Congress in Natal. Some of the reasons for this are evident, for example the partial emergency situation in less than 14% of the magisterial districts of the RSA. Other reasons are more sinister, such as the motives of those who have put words in my mouth in advance.

During recent weeks there was an unparalleled scurry from different sources, within and outside South Africa, to predict and prescribe what is to be announced at the Congress. It was also envisaged that worldwide, people are going to be dissatisfied if certain things are not announced as were predicted.

It is of course a well-known tactic in negotiations to limit the other person's freedom of movement about possible decisions, thus forcing him in a direction where his options are increasingly restricted.

It is called the force of rising expectations.

Firstly, an expectation is raised that a particular announcement is to be made. Then an expectation is raised about what the content of the announcement should be. The tactic has two objectives.

*Firstly, the target is set so high that, even if an announcement is made, it is almost impossible to fulfill the propagated expectations. Secondly, it is also an attempt to force the one party into negotiations to make the expected decision. If this is not done, public opinion is already conditioned to such an extent that the result is widespread dissatisfaction. If you want to read about these tactics, read the book *Nicaragua Betrayed* and then you will see the history of some of these gentlemen repeated in South Africa.*

This is what has been happening over recent weeks. I find it unacceptable to be confronted in this manner with an accomplished fact. That is not my way of doing and the sooner these gentlemen accept it, the better.

I think we should first reconsider the objective of a party congress.

The National Party in each province is connected to the Party in other provinces on a federal basis. The Provincial Congress is the highest authority of the Party in each province. One of

the major activities of the Congress is to decide on Party policy. It would thus be unwise of the Leader of the Party to confront the Provincial Congress with certain final decisions.

Moreover, the subject of most of the speculations, namely the constitutional future of the Black peoples in South Africa, is of such a nature that it must be determined in consultation with those concerned. We cannot confront them with certain final decisions.

Over the years, that was exactly the criticism against our Government-that we make decisions about people and not with them. Now, suddenly I'm expected to make the decision for them.

I find the attempts from various sources to compromise me and the Government very unfortunate. It is a very dangerous game, and it definitely does not serve the interest of negotiation and reform in South Africa.

I have used a quotation of Langenhoven earlier. I want to quote him again. He wrote:

"If we are in front we can wait for time. If we are behind, it does not wait for us."

In our relationship with our fellow-South Africans and in our relationship as a multicultural society in South Africa, no spirit of defeatism or hysterical actions will help us to be on time.

We must deal with our relationships and accept future challenges in a balanced way and with devotion. You will find that balance in thinking and devotion in the National Party-the only political party which is representative of the vast majority of White South Africa.

The Party stands for the just and equal treatment of all parts of South Africa, and for the impartial maintenance of the rights and privileges of every section of the population. But, the Party must also deal with the heritage of history. Certain situations in this country were created by history and not by other national parties.

We are not prepared to accept the antiquated, simplistic and racist approach that South Africa consists of a White minority and a Black majority.

We cannot ignore the fact that this country is a multicultural society-a country of minorities-White minorities as well as Black minorities.

While the National Party accepts and respects the multicultural and poly-ethnic nature of South Africa's population, it rejects any system of horizontal differentiation which amounts to one nation or group in our country dominating another or others.

(...)

When I was Minister of Defence and the world started an arms boycott against South Africa, I called upon the private sector to support the Government in providing our own arms which

they did successfully. I now appeal to them again to stand together for South Africa, not for any other interest.

I now wish to deal with some other aspects of our National Life.

It is my considered opinion that any future constitutional dispensation providing for participation by all South African citizens, should be negotiated.

But let me point out at once that since South Africa freed itself from colonialism, democracy has already been broadened and millions of people who never had a say in Governmental affairs under the British Colonial system, have it today.

I am pressed by some who mean it well and those who wish to destroy orderly government in this country, to make a Statement of Intent. I am not prepared to make it, not now and not tomorrow.

I say it would be wrong to be prescriptive as to structures within which participation will have to take place in the future.

It would also be wrong to place a time limit on negotiations. I am not going to walk into this trap-I am responsible for South Africa's future.

However, I believe that the majority of South Africans as well as independent states, which form our immediate neighbours, have much in common apart from our economic interests.

We believe in the same Almighty God and the redeeming grace of His Son, Jesus Christ.

And I know what I am talking about, because only a few months ago I stood before an audience of 3 million Black people, proving the truth of what I am saying now. I don't know whether one of our critics ever saw 3 million people together in a meeting. I did.

We believe and wish to uphold religious freedom in South Africa. This is a country of religious freedom.

We believe in democratic institutions of government and we believe in the broadening of democracy.

We believe our great wealth of divergent population groups must speak to each other through their elected leaders, not self-appointed leaders.

We believe that our peace and prosperity is indivisible.

We believe in the protection of minorities. Is there anybody in this hall who would get up and say he is not for the protection of minorities? Let me see how such a fool looks.

We know that it is the hard fact of South African life, that it will not be possible to accommodate the political aspirations of our various population groups and communities in a known defined political system, because our problems are unique.

We have often found that our efforts to find solutions have been impeded and frustrated because of different interpretations of the terminology that we use to describe our particular form of democratic solutions.

Some years ago, with the best intentions on my part, I advocated a confederation of Southern African states to co-operate with one another. The idea was belittled and prejudice was created against it and that is why I say I am not going to fall into that trap again, before I had the opportunity to discuss with the elected leaders of other communities in South Africa the structures we jointly agree on.

Now let me state explicitly that I believe in participation of all the South African communities on matters of common concern. I believe there should exist structures to reach this goal of co-responsibility and participation.

I firmly believe that the granting and acceptance of independence by various Black peoples within the context of their own statehood, represent a material part of the solution. I believe in democratic neighbours, not neighbours that call out elections and then stop them in their mysterious ways.

I would, however, like to restate my Government's position in this regard, namely that independence cannot be forced upon any community. Should any of the Black National States therefore prefer not to accept independence, such states or communities will remain a part of the South African nation, are South African citizens and should be accommodated within political institutions within the boundaries of the Republic of South Africa. This does not exclude that regional considerations should be taken into account and that provision be made for participation in institutions on a regional and/or group basis. We must be practical in this regard.

But I know for a fact that most leaders in their own right in South Africa and reasonable South Africans will not accept the principle of one-man-one-vote in a unitary system. That would lead to domination of one over the other and it would lead to chaos. Consequently, I reject it as a solution.

Secondly, a so-called fourth chamber of Parliament is not a practical solution and I do not think responsible people will argue in favour of it.

We must rather seek our solutions in the devolution of power and in participation on common issues.

But I admit that the acceptance by my Government of the permanence of Black communities in urban areas outside the National States, means that a solution will have to be found for their legitimate rights.

The future of these communities and their constitutional arrangements will have to be negotiated with leaders from the National States, as well as from their own ranks.

But let me be quite frank with you-you must know where you stand with me. I have no unfulfilled ambitions in political life in South Africa. I am standing where I am standing because people asked me to stand here. Let me be quite frank with you tonight, if you do not like my way of thinking, if you do not like the direction I am going in, it is the right of the Party Congresses to state whether they agree with their leader or not.

I am not prepared to lead White South Africans and other minority groups on a road to abdication and suicide.

Destroy White South Africa and our influence, and this country will drift into faction strife, chaos and poverty.

Together with my policy statements earlier this year in Parliament, I see this speech of mine as my Manifesto for a new South Africa.

In my policy statements in January and June of this year, I indicated that there would be further developments with regard to the rights and interests of the various population groups in Southern Africa.

Since then we have had to contend with escalating violence within South Africa, and pressure from abroad in the form of measures designed to coerce the Government into giving in to various demands.

Our enemies-both within and without-seek to divide our peoples. They seek to create unbridgeable differences between us to prevent us from negotiating peaceful solutions to our problems. Peaceful negotiation is their enemy. Peaceful negotiation is their enemy, because it will lead to joint responsibility for the progress and prosperity of South Africa. Those whose methods are violent, do not want to participate. They wish to seize and monopolize all power. Let there be no doubt about what they would do with such power.

One has only to look at their methods and means. Violent and brutal means can only lead to totalitarian and tyrannical ends.

Their actions speak louder than their words. Their words offer ready panaceas such as one-man-one-vote, freedom and justice for all. Their actions leave no doubt that the freedoms that we already have-together with the ongoing extension of democracy in South Africa-are the true targets of their violence. Is this type of Government really such a wonderful example that they wish to have? Why do they not organise the investors of the Western world to invest in Lesotho and Mozambique? Why do I have to appeal to people to invest in Mozambique?

I have a specific question I would like to put to the media in South Africa: How do they explain the fact that they are always present, with cameras et cetera, at places where violence takes place? Are there people from the revolutionary elements who inform them to be ready? Or are there perhaps representatives of the reactionary groups in the ranks of certain media? My question to you is this: Whose interests do you serve-those of South Africa or those of the revolutionary elements? South Africa must know, our life is at stake.

From certain international as well as local quarters, appeals are being made to me to release Mr Nelson Mandela from jail.

I stated in Parliament, when put this question, that if Mr Mandela gives a commitment that he will not make himself guilty of planning, instigating or committing acts of violence for the furtherance of political objectives, I will, in principle, be prepared to consider his release. But let me remind the public of the reasons why Mr Mandela is in jail. I think it is absolutely necessary that we deal with that first of all. When he was brought before court in the sixties, the then Attorney-General, Dr Yutar, set out the State's case inter alia as follows:

"As the indictment alleges, the accused deliberately and maliciously plotted and engineered the commission of acts of violence and destruction throughout the country ...

The planned purpose thereof was to bring about in the Republic of South Africa chaos, disorder and turmoil ...

They (Mr Mandela and his friends) planned violent insurrection and rebellion."

The saboteurs had planned the manufacture of at least seven types of bombs: 48 000 anti-personnel mines, 210 000 hand grenades, petrol bombs, pipe bombs, syringe bombs and bottle bombs.

A document was produced during the Court case in Mandela's own handwriting in which he stated:

"We Communist Party members are the most advanced revolutionaries in modern history ... The enemy must be completely crushed and wiped out from the face of the earth before a Communist world can be realised."

In passing sentence at the time, the Judge, Mr Justice De Wet, remarked:

"The crime of which the accused have been convicted that is the main crime, the crime of conspiracy, is in essence one of high treason. The State has decided not to charge the crime in this form. Bearing this in mind and giving the matter very serious consideration, I have decided not to impose the supreme penalty which in a case like this would usually be the proper penalty for the crime."

The violence of our enemies is a warning to us. We, who are committed to peaceful negotiation, also have a warning to them. Our warning is that our readiness to negotiate should not be mistaken for weakness.

I have applied much self-discipline during the past weeks and months. I have been lenient and patient. Don't push us too far in your own interests, I tell them. Reform through a process of negotiation is not weakness. Talking, consulting, bargaining with all our peoples' leaders is not weakness. Mutual acceptance of and joint responsibility for the welfare and stability of our country is not weakness. It is our strength.

Our strength is the courage to face and accommodate the problems bequeathed to us by history. The reality of our diversity is a hard reality. We face it, because it is there. How do we accommodate it? How do we build a better future out of cultures, values, languages which are demonstrably real in our heterogeneous society?

We are resolved, we are committed, to do so in two fundamental ways.

Firstly-by letting the people speak. By letting the people speak through their leaders.

By negotiation between all these leaders. I go out of my way, and my colleagues know that I am working all hours every day of my life. Negotiation in which we will all endeavour to improve our common well-being. Negotiation in which there will be give and take. We will not prescribe and we will not demand-to do so would be to take only. We will give so that others can also give-towards a better future for each and everyone.

Secondly-the overriding common denominator is our mutual

Interest in each other's freedoms and well-being. Our peace and prosperity is indivisible.

Therefore, the only way forward is through co-operation and co-responsibility.

If we ignore the existence of minorities; if we ignore the individual's right to associate with others in the practice of his beliefs and the propagation of his values; if we deny this in favour of a simplistic "winner-takes-all" political system-then we will diminish and not increase the freedoms of our peoples. Then we would deny the right of each and everyone to share in the decisions which shape his destiny.

Between the many and varied leaders in this country, in the National States and the independent states neighbouring on our borders, in our urban areas I recognise this, but I also know that their love for South Africa is intense as my own. I am therefore in no doubt that working together, we shall succeed in finding the way which will satisfy the reasonable social and political aspirations of the majority of us.

The work of the Special Cabinet Committee is bearing fruit. At the correct time other heads of Governments and I, together with other leaders of goodwill, will also be able to take part more directly in this process. But it cannot be solved overnight, not in South Africa.

We have never given in to outside demands and we are not going to do so now. South Africa's problems will be solved by South Africans and not by foreigners.

We are not going to be deterred from doing what we think best, nor will we be forced into doing what we don't want to do. The tragedy is that hostile pressure and agitation from abroad have acted as an encouragement to the militant revolutionaries in South Africa to continue with their violence and intimidation. They have derived comfort and succour from this pressure.

My Government and I are determined to press ahead with our reform programme, and to those who prefer revolution to reform, I say they will not succeed. If necessary we will use stronger measures but they will not succeed.

We prefer to resolve our problems by peaceful means: then we can build, then we can develop, then we can train people, then we can uplift people, then we can make this country of ours a better place to live in. By violence and by burning down schools and houses and murdering innocent people, you don't build a country, you destroy it.

Despite the disturbances, despite the intimidation, there is more than enough goodwill among Blacks, Whites, Coloureds and Asians to ensure that we shall jointly find solutions acceptable to us.

But I say it is going to take time. Revolutionaries have no respect for time, because they have no self-respect. Look what they have done to Africa, a continent that is dying at present. I can tell you, because I know what is happening in many of these countries. I have the facts and I am not going to hand South Africa over to these revolutionaries to do the same to this lovely country.

I am encouraged by the growing number of Black leaders who are coming forward to denounce violence. Any reduction of violence will be matched by action on the part of the Government to lift the State of Emergency and restore normality in the areas concerned.

Moreover, as violence diminishes, as criminal and terrorist activities cease, and as the process of dialogue and communication acquires greater momentum, there would be little need to keep those affected in detention or prison.

The implementation of the principles I have stated today can have far-reaching effects on us all. I believe that we are today crossing the Rubicon. There can be no turning back. We now have a manifesto for the future of our country, and we must embark on a programme of

positive action in the months and years that lie ahead. The challenges we face call for all concerned to negotiate in a spirit of give and take. With mutual goodwill we shall reach our destination peacefully.(...)»²²⁷

ANEXO 31

CAPÍTULO III

«Mr Speaker, Members of Parliament.

(...) the growing realisation by an increasing number of South Africans that only a negotiated understanding among the representative leaders of the entire population is able to ensure lasting peace.

The alternative is growing violence, tension and conflict. That is unacceptable and in nobody's interest. The well-being of all in this country is linked inextricably to the ability of the leaders to come to terms with one another on a new dispensation. No-one can escape this simple truth.

On its part, the Government will accord the process of negotiation the highest priority. The aim is a totally new and just constitutional dispensation in which every inhabitant will enjoy equal rights, treatment and opportunity in every sphere of endeavour - constitutional, social and economic.

I hope that this new Parliament will play a constructive part in both the prelude to negotiations and the negotiating process itself. I wish to ask all of you who identify yourselves with the broad aim of a new South Africa, and that is the overwhelming majority:

Let us put petty politics aside when we discuss the future during this Session.

Help us build a broad consensus about the fundamentals of a new, realistic and democratic dispensation.

Let us work together on a plan that will rid our country of suspicion and steer it away from domination and radicalism of any kind.

During the term of this new Parliament, we shall have to deal, complimentary to one another, with the normal processes of legislation and day-to-day government, as well as with the process of negotiation and renewal. Within this framework I wish to deal first with several

²²⁷ Originalmente em:

<http://www.nelsonmandela.org/omalley/index.php/site/q/03lv01538/04lv01600/05lv01638/06lv01639.htm>.

matters more closely concerned with the normal process of government before I turn specifically to negotiation and related issues.

1. Foreign relations

The Government is aware of the important part the world at large has to play in the realisation of our country's national interests.

Without contact and co-operation with the rest of the world we cannot promote the well-being and security of our citizens. The dynamic developments in international politics have created new opportunities for South Africa as well. Important advances have been made, among other things, in our contacts abroad, especially where these were precluded previously by ideological considerations.

I hope this trend will be encouraged by the important change of climate that is taking place in South Africa.

For South Africa, indeed for the whole world, the past year has been one of change and major upheaval. In Eastern Europe and even the Soviet Union itself, political and economic upheaval surged forward in an unstoppable tide. At the same time, Beijing temporarily smothered with brutal violence the yearning of the people of the Chinese mainland for greater freedom.

The year of 1989 will go down in history as the year in which Stalinist Communism expired. These developments will entail unpredictable consequences for Europe, but they will also be of decisive importance to Africa. The indications are that the countries of Eastern and Central Europe will receive greater attention, while it will decline in the case of Africa. The collapse, particularly of the economic system in Eastern Europe, also serves as a warning to those who insist on persisting with it in Africa. Those who seek to force this failure of a system on South Africa, should engage in a total revision of their point of view. It should be clear to all that is not the answer here either. The new situation in Eastern Europe also shows that foreign intervention is no recipe for domestic change. It never succeeds, regardless of its ideological motivation. The upheaval in Eastern Europe took place without the involvement of the Big Powers or of the United Nations.

The countries of Southern Africa are faced with a particular challenge: Southern Africa now has an historical opportunity to set aside its conflicts and ideological differences and draw up a joint programme of reconstruction. It should be sufficiently attractive to ensure that the Southern African region obtains adequate investment and loan capital from the industrial countries of the world. Unless the countries of Southern Africa achieve stability and a

common approach to economic development rapidly, they will be faced by further decline and ruin.

The Government is prepared to enter into discussions with other Southern African countries with the aim of formulating a realistic development plan. The Government believes that the obstacles in the way of a conference of Southern African states have now been removed sufficiently.

Hostile postures have to be replaced by co-operative ones; confrontation by contact; disengagement by engagement; slogans by deliberate debate.

The season of violence is over. The time for reconstruction and reconciliation has arrived. Recently there have, indeed, been unusually positive results in South Africa's contacts and relations with other African states. During my visits to their countries I was received cordially, both in private and in public, by Presidents Moburu, Chissano, Houphouet-Boigny and Kaunda. These leaders expressed their sincere concern about the serious economic problems in our part of the world. They agreed that South Africa could and should play a positive part in regional cooperation and development.

Our positive contribution to the independence process in South West Africa has been recognised internationally. South Africa's good faith and reliability as a negotiator made a significant contribution to the success of the events. This, too, was not unnoticed. Similarly, our efforts to help bring an end to the domestic conflict situations in Mozambique and Angola have received positive acknowledgement.

At present the Government is involved in negotiations concerning our future relations with an independent Namibia and there are no reasons why good relations should not exist between the two countries. Namibia needs South Africa and we are prepared to play a constructive part.

Nearer home I paid fruitful visits to Venda, Transkei and Ciskei and intend visiting Bophuthatswana soon. In recent times there has been an interesting debate about the future relationship of the TBVC countries with South Africa and specifically about whether they should be re-incorporated into our country.

Without rejecting this idea out of hand, it should be borne in mind that it is but one of many possibilities. These countries are constitutionally independent. Any return to South Africa will have to be dealt with, not only by means of legislation in their parliaments, but also through legislation in this Parliament. Naturally this will have to be preceded by talks and agreements.

2. Human rights

Some time ago the Government referred the question of the protection of fundamental human rights to the South African Law Commission. This resulted in the Law Commission's interim working document on individual and minority rights. It elicited substantial public interest.

I am satisfied that every individual and organisation in the country has had ample opportunity to make representations to the Law Commission, express criticism freely and make suggestions. At present, the Law Commission is considering the representations received. A final report is expected in the course of this year.

In view of the exceptional importance of the subject of human rights to our country and all its people, I wish to ask the Law Commission to accord this task high priority.

The whole question of protecting individual and minority rights, which includes collective rights and the rights of national groups, is still under consideration by the Law Commission. Therefore, it would be inappropriate of the Government to express a view on the details now. However, certain matters of principle have emerged fairly clearly and I wish to devote some remarks to them.

The Government accepts the principle of the recognition and protection of the fundamental individual rights which form the constitutional basis of most Western democracies. We acknowledge, too, that the most practical way of protecting those rights is vested in a declaration of rights justiciable by an independent judiciary. However, it is clear that a system for the protection of the rights of individuals, minorities and national entities has to form a well-rounded and balanced whole. South Africa has its own national composition and our constitutional dispensation has to take this into account. The formal recognition of individual rights does not mean that the problems of a heterogeneous population will simply disappear. Any new constitution which disregards this reality will be inappropriate and even harmful. Naturally, the protection of collective, minority and national rights may not bring about an imbalance in respect of individual rights. It is neither the Government's policy nor its intention that any group - in whichever way it may be defined - shall be favoured above or in relation to any of the others.

The Government is requesting the Law Commission to undertake a further task and report on it. This task is directed at the balanced protection in a future constitution of the human rights of all our citizens, as well as of collective units, associations, minorities and nations. This investigation will also serve the purpose of supporting negotiations towards a new constitution.

The terms of reference also include:

The identification of the main types and models of democratic constitutions which deserve consideration in the aforementioned context;

An analysis of the ways in which the relevant rights are protected in every model; and of possible methods by means of which such constitutions may be made to succeed and be safeguarded in a legitimate manner.

(...)

6. Negotiation

In conclusion, I wish to focus the spotlight on the process of negotiation and related issues. At this stage I am refraining deliberately from discussing the merits of numerous political questions which undoubtedly will be debated during the next few weeks. The focus, now, has to fall on negotiation.

Practically every leader agrees that negotiation is the key to reconciliation, peace and a new and just dispensation. However, numerous excuses for refusing to take part are advanced. Some of the reasons being advanced are valid. Others are merely part of a political chess game. And while the game of chess proceeds, valuable time is being lost.

Against this background I committed the Government during my inauguration to giving active attention to the most important obstacles in the way of negotiation. Today I am able to announce far-reaching decisions in this connection.

I believe that these decisions will shape a new phase in which there will be a movement away from measures which have been seized upon as a justification for confrontation and violence. The emphasis has to move, and will move now, to a debate and discussion of political and economic points of view as part of the process of negotiation.

I wish to urge every political and community leader, in and outside Parliament, to approach the new opportunities which are being created, constructively. There is no time left for advancing all manner of new conditions that will delay the negotiating process.

The steps that have been decided, are the following:

The prohibition of the African National Congress, the Pan Africanist Congress, the South African Communist Party and a number of subsidiary organisations is being rescinded.

People serving prison sentence merely because they were members of one of these organisations or because they committed another offence which was merely an offence because a prohibition on one of the organisations was in force, will be identified and

released. Prisoners who have been sentenced for other offences such as murder, terrorism or arson are not affected by this.

The media emergency regulations as well as the education emergency regulations are being abolished in their entirety.

The security emergency regulations will be amended to still make provision for effective control over visual material pertaining to scenes of unrest.

The restrictions in terms of the emergency regulations on 33 organisations are being rescinded. The organisations include the following: National Education Crisis Committees, South African National Student's Congress, United Democratic Front, Cosatu, Die Blanke Bevrydingsbeweging van Suid-Afrika.

The conditions imposed in terms of the security emergency regulations on 374 people on their release, are being rescinded and the regulations which provide for such conditions are being abolished.

The period of detention in terms of the security emergency regulations will be limited henceforth to six months. Detainees also acquire the right to legal representation and a medical practitioner of their own choosing.

These decisions by the Cabinet are in accordance with the Government's declared intention to normalise the political process in South Africa without jeopardising the maintenance of good order. They were preceded by thorough and unanimous advice by a group of officials which included members of the security community.

Implementation will be immediate and, where necessary, notices will appear in the Government Gazette from tomorrow. The most important facets of the advice the Government received in this connection, are the following:

The events in the Soviet Union and Eastern Europe, to which I have referred already, weaken the capability of organisations which were previously supported strongly from those quarters. The activities of the organisations from which the prohibitions are now being lifted, no longer entail the same degree of threat to internal security which initially necessitated the imposition of the prohibition.

o There have been important shifts of emphasis in the statements and points of view of the most important of the organisations concerned, which indicate a new approach and a preference for peaceful solutions.

The South African Police is convinced that it is able, in the present circumstances, to combat violence and other crimes perpetrated also by members of these organisations and to bring offenders to justice without the aid of prohibitions on organisations.

About one matter there should be no doubt. The lifting of the prohibition on the said organisations does not signify in the least the approval or condonation of terrorism or crimes of violence committed under the banner or which may be perpetrated in the future. Equally, it should not be interpreted as a deviation from the Government's principles, among other things, against their economic policy and aspects of their constitutional policy. This will be dealt with in debate and negotiation.

At the same time I wish to emphasise that the maintenance of law and order dares not be jeopardised. The Government will not forsake its duty in this connection. Violence from whichever source, will be fought with all available might. Peaceful protest may not become the springboard for lawlessness, violence and intimidation. No democratic country can tolerate that.

Strong emphasis will be placed as well on even more effective law enforcement. Proper provision of manpower and means for the police and all who are involved with the enforcement of the law, will be ensured. In fact, the budget for the coming financial year will already begin to give effect to this.

I wish to thank the members of our security forces and related services for the dedicated service they have rendered the Republic of South Africa. Their dedication makes reform in a stable climate possible.

On the state of emergency I have been advised that an emergency situation, which justifies these special measures which have been retained, still exists. There is still conflict which is manifesting itself mainly in Natal, but as a consequence of the countrywide political power struggle. In addition, there are indications that radicals are still trying to disrupt the possibilities of negotiation by means of mass violence.

It is my intention to terminate the state of emergency completely as soon as circumstances justify it and I request the co-operation of everybody towards this end. Those responsible for unrest and conflict have to bear the blame for the continuing state of emergency. In the mean time, the state of emergency is inhibiting only those who use chaos and disorder as political instruments. Otherwise the rules of the game under the state of emergency are the same for everybody.

Against this background the Government is convinced that the decisions I have announced are justified from the security point of view. However, these decisions are justified from a political point of view as well.

Our country and all its people have been embroiled in conflict, tension and violent struggle for decades. It is time for us to break out of the cycle of violence and break through to peace and reconciliation. The silent majority is yearning for this. The youth deserve it.

With the steps the Government has taken it has proven its good faith and the table is laid for sensible leaders to begin talking about a new dispensation, to reach an understanding by way of dialogue and discussion.

The agenda is open and the overall aims to which we are aspiring should be acceptable to all reasonable South Africans.

Among other things, those aims include a new, democratic constitution; universal franchise; no domination; equality before an independent judiciary; the protection of minorities as well as of individual rights; freedom of religion; a sound economy based on proven economic principles and private enterprise; dynamic programmes directed at better education, health services, housing and social conditions for all.

In this connection Mr Nelson Mandela could play an important part. The Government has noted that he has declared himself to be willing to make a constructive contribution to the peaceful political process in South Africa.

I wish to put it plainly that the Government has taken a firm decision to release Mr Mandela unconditionally. I am serious about bringing this matter to finality without delay. The Government will take a decision soon on the date of his release. Unfortunately, a further short passage of time is unavoidable.

Normally there is a certain passage of time between the decision to release and the actual release because of logistical and administrative requirements. In the case of Mr Mandela there are factors in the way of his immediate release, of which his personal circumstances and safety are not the least. He has not been an ordinary prisoner for quite some time.

Because of that, his case requires particular circumspection.

Today's announcements, in particular, go to the heart of what Black leaders - also Mr Mandela - have been advancing over the years as their reason for having resorted to violence. The allegation has been that the Government did not wish to talk to them and that they were deprived of their right to normal political activity by the prohibition of their organisations.

Without conceding that violence has ever been justified, I wish to say today to those who argued in this manner:

The Government wishes to talk to all leaders who seek peace.

The unconditional lifting of the prohibition on the said organisations places everybody in a position to pursue politics freely.

The justification for violence which was always advanced, no longer exists.

These facts place everybody in South Africa before a fait accompli. On the basis of numerous previous statements there is no longer any reasonable excuse for the continuation of violence.

The time for talking has arrived and whoever still makes excuses does not really wish to talk.

Therefore, I repeat my invitation with greater conviction than ever:

Walk through the open door, take your place at the negotiating table together with the Government and other leaders who have important power bases inside and outside of Parliament.

Henceforth, everybody's political points of view will be tested against their realism, their workability and their fairness. The time for negotiation has arrived.

To those political leaders who have always resisted violence I say thank you for your principled stands. This includes all the leaders of parliamentary parties, leaders of important organisations and movements, such as Chief Minister Buthelezi, all of the other Chief Ministers and urban community leaders.

Through their participation and discussion they have made an important contribution to this moment in which the process of free political participation is able to be restored. Their places in the negotiating process are assured.

Conclusion

In my inaugural address I said the following:

All reasonable people in this country - by far the majority - anxiously await a message of hope. It is our responsibility as leaders in all spheres to provide that message realistically, with courage and conviction. If we fail in that, the ensuing chaos, the demise of stability and progress, will for ever be held against us.

History has thrust upon the leadership of this country the tremendous responsibility to turn our country away from its present direction of conflict and confrontation. Only we, the leaders of our peoples, can do it.

The eyes of responsible governments across the world are focused on us. The hopes of millions of South Africans are centred around us. The future of Southern Africa depends on us. We dare not falter or fail.(...)»²²⁸

²²⁸ Originalmente em:

<http://www.nelsonmandela.org/omalley/index.php/site/q/03lv02039/04lv02103/05lv02104/06lv02105.htm>.

ANEXO 32
CAPÍTULO III

«Your Majesties, Your Highnesses, Distinguished Guests, Comrades and Friends:

Today, all of us do, by our presence here, and by our celebrations in other parts of our country and the world, confer glory and hope to newborn liberty.

Out of the experience of an extraordinary human disaster that lasted too long, must be born a society of which all humanity will be proud.

Our daily deeds as ordinary South Africans must produce an actual South African reality that will reinforce humanity's belief in justice, strengthen its confidence in the nobility of the human soul and sustain all our hopes for a glorious life for all.

All this we owe both to ourselves and to the peoples of the world who are so well represented here today.

To my compatriots, I have no hesitation in saying that each one of us is as intimately attached to the soil of this beautiful country as are the famous jacaranda trees of Pretoria and the mimosa trees of the bushveld.

Each time one of us touches the soil of this land, we feel a sense of personal renewal. The national mood changes as the seasons change.

We are moved by a sense of joy and exhilaration when the grass turns green and the flowers bloom.

That spiritual and physical oneness we all share with this common homeland explains the depth of the pain we all carried in our hearts as we saw our country tear itself apart in a terrible conflict, and as we saw it spurned, outlawed and isolated by the peoples of the world, precisely because it has become the universal base of the pernicious ideology and practice of racism and racial oppression.

We, the people of South Africa, feel fulfilled that humanity has taken us back into its bosom, that we, who were outlaws not so long ago, have today been given the rare privilege to be host to the nations of the world on our own soil.

We thank all our distinguished international guests for having come to take possession with the people of our country of what is, after all, a common victory for justice, for peace, for human dignity.

We trust that you will continue to stand by us as we tackle the challenges of building peace, prosperity, non-sexism, non-racialism and democracy.

We deeply appreciate the role that the masses of our people and their political mass democratic, religious, women, youth, business, traditional and other leaders have played to bring about this conclusion. Not least among them is my Second Deputy President, the Honourable F.W. de Klerk.

We would also like to pay tribute to our security forces, in all their ranks, for the distinguished role they have played in securing our first democratic elections and the transition to democracy, from blood-thirsty forces which still refuse to see the light. The time for the healing of the wounds has come.

The moment to bridge the chasms that divide us has come.

The time to build is upon us.

We have, at last, achieved our political emancipation. We pledge ourselves to liberate all our people from the continuing bondage of poverty, deprivation, suffering, gender and other discrimination.

We succeeded to take our last steps to freedom in conditions of relative peace. We commit ourselves to the construction of a complete, just and lasting peace.

We have triumphed in the effort to implant hope in the breasts of the millions of our people.

We enter into a covenant that we shall build the society in which all South Africans, both black and white, will be able to walk tall, without any fear in their hearts, assured of their inalienable right to human dignity - a rainbow nation at peace with itself and the world.

As a token of its commitment to the renewal of our country, the new Interim Government of National Unity will, as a matter of urgency, address the issue of amnesty for various categories of our people who are currently serving terms of imprisonment.

We dedicate this day to all the heroes and heroines in this country and the rest of the world who sacrificed in many ways and surrendered their lives so that we could be free.

Their dreams have become reality. Freedom is their reward.

We are both humbled and elevated by the honour and privilege that you, the people of South Africa, have bestowed on us, as the first President of a united, democratic, non-racial and non-sexist South Africa, to lead our country out of the valley of darkness.

We understand it still that there is no easy road to freedom.

We know it well that none of us acting alone can achieve success.

We must therefore act together as a united people, for national reconciliation, for nation building, for the birth of a new world.

Let there be justice for all.

Let there be peace for all.

Let there be work, bread, water and salt for all.
Let each know that for each the body, the mind and the soul have been freed to fulfill themselves.
Never, never and never again shall it be that this beautiful land will again experience the oppression of one by another and suffer the indignity of being the skunk of the world.
Let freedom reign.
The sun shall never set on so glorious a human achievement!
God bless Africa!
*Thank you.»*²²⁹

ANEXO 33

CAPÍTULO III

«NO. 108 OF 1996
 [DATE OF PROMULGATION: 18 DECEMBER, 1996] [DATE OF COMMENCEMENT: 4 FEBRUARY, 1997]
 (Unless otherwise indicated)
 (English text signed by the President)
 as amended by
 Constitution of the Republic of South Africa Amendment Act, No. 35 of 1997
 Constitution of the Republic of South Africa Amendment Act, No. 65 of 1998
 Constitution of the Republic of South Africa Second Amendment Act, No. 87 of 1998
 Constitution of the Republic of South Africa Second Amendment Act, No. 2 of 1999
 Constitution of the Republic of South Africa Amendment Act, No. 3 of 1999
 Constitution of the Republic of South Africa Amendment Act, No. 34 of 2001
 Constitution of the Republic of South Africa Second Amendment Act, No. 61 of 2001
 Constitution of the Republic of South Africa Amendment Act, No. 18 of 2002
 Constitution of the Republic of South Africa Second Amendment Act, No. 21 of 2002
 Constitution of the Republic of South Africa Amendment Act, No. 2 of 2003
 Constitution of the Republic of South Africa Second Amendment Act, No. 3 of 2003

GENERAL NOTE

²²⁹ Originalmente em: http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/Inaugural_Speech_17984.html

In terms of section 4 of Act No. 65 of 1998, the expression “Human Rights Commission”, wherever it occurs, is substituted by the expression “South African Human Rights Commission”.

In terms of Proclamation No. 26 of 26 April, 2001, the administration of this Act has been assigned to the Minister for Justice and Constitutional Development.

ACT

To introduce a new Constitution for the Republic of South Africa and to provide for matters incidental thereto.

Preamble

CHAPTER 1

CHAPTER 2

CHAPTER 3

CHAPTER 4

CHAPTER 5

CHAPTER 6

CHAPTER 7

CHAPTER 8

CHAPTER 9

CHAPTER 10

CHAPTER 11

CHAPTER 12

CHAPTER 13

(Issue No 38)

TABLE OF CONTENTS

Sections

<i>Founding Provisions</i>	<i>1-6</i>
<i>Bill of Rights</i>	<i>7--39</i>
<i>Co-operative Government</i>	<i>40-41</i>
<i>Parliament</i>	<i>42-82</i>
<i>The President and National Executive</i>	<i>83-102</i>
<i>Provinces</i>	<i>103--150</i>
<i>Local Government</i>	<i>151-164</i>

<i>Courts and Administration of Justice</i>	<i>165-180</i>
<i>State Institutions Supporting Constitutional Democracy</i>	<i>181-194</i>
<i>Public Administration</i>	<i>195-197</i>
<i>Security Services</i>	<i>198-210</i>
<i>Traditional Leaders</i>	<i>211-212</i>
<i>Finance</i>	<i>213-230</i>

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA-CONSTITUTIONAL LAW

(Issue No 38)

Constitution of the Republic of South Africa Act,

No. 108 of 1996

General Provisions 231-243

National Flag

Oaths and Solemn Affirmations

Election Procedures

Functional Areas of Concurrent National and Provincial Legislative Competence

Functional Areas of Exclusive Provincial Legislative Competence

Transitional Arrangements

Retention of membership of National Assembly or provincial legislature, after a change of party membership, mergers between parties, subdivision of parties and subdivision and merger of parties

Loss or retention of Council membership of Municipal Councils, after a change of party membership, mergers between parties, subdivision of parties and subdivision and merger of parties, and filling of vacancies

Laws Repealed

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA-CONSTITUTIONAL LAW

Constitution of the Republic of South Africa Act,

ss. 1 - 3 No. 108 of 1996 ss. 1 - 3

Preamble

We, the people of South Africa,

Recognise the injustices of our past;

Honour those who suffered for justice and freedom in our land;

Respect those who have worked to build and develop our country; and

Believe that South Africa belongs to all who live in it, united in our diversity.

We therefore, through our freely elected representatives, adopt this Constitution as the supreme law of the Republic so as to heal the divisions of the past and establish a society based on democratic values, social justice and fundamental human rights;

Lay the foundations for a democratic and open society in which government is based on the will of the people and every citizen is equally protected by law;

Improve the quality of life of all citizens and free the potential of each person; and build a united and democratic South Africa able to take its rightful place as a sovereign state in the family of nations.

May God protect our people.

Nkosi Sikelel' iAfrika. Morena boloka setjhaba sa heso.

God seen Suid-Afrika. God bless South Africa.

Mudzimu fhatutshedza Afurika. Hosi katekisa Afrika.

CHAPTER 1

FOUNDING VISIONS

1. Republic of South Africa.-*The Republic of South Africa is one, sovereign, democratic state founded on the following values*

- (a) Human dignity, the achievement of equality and the advancement of human rights and freedoms.*
- (b) Non-racialism and non-sexism.*
- (c) Supremacy of the constitution and the rule of law.*
- (d) Universal adult suffrage, a national common voters roll, regular elections and a multi-party system of democratic government, to ensure accountability, responsiveness and openness.*

2. Supremacy of Constitution.-*This Constitution is the supreme law of the Republic; law or conduct inconsistent with it is invalid, and the obligations imposed by it must be fulfilled.*

3. Citizenship.

- (l) There is a common South African citizenship.*

(2) All citizens are-

(a) equally entitled to the rights, privileges and benefits of citizenship; and

(b) equally subject to the duties and responsibilities of citizenship.

(3) National legislation must provide for the acquisition, loss and restoration of citizenship.

(Issue No 32) 1243

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA-CONSTITUTIONAL LAW

Constitution of the Republic of South Africa Act,

ss. 4 - 8 No. 108 of 1996 ss. 4 - 8

4. National anthem.-*The national anthem of the Republic is determined by the President by proclamation.*

5. National flag.-*The national flag of the Republic is black, gold, green, white, red and blue, as described and sketched in Schedule 1.*

6. Languages.-(1) *The official languages of the Republic are Sepedi, Sesotho, Setswana, siswati, Tshivenda, Xitsonga, Afrikaans, English, isiNdebele, isiXhosa and isizulu.*

(2) Recognising the historically diminished use and status of the indigenous languages of our people, the state must take practical and positive measures to elevate the status and advance the use of these languages.

(3) (a) The national government and provincial governments may use any particular official languages for the purposes of government, taking into account usage, practicality, expense, regional circumstances and the balance of the needs and preferences of the population as a whole or in the province concerned; but the national government and each provincial government must use at least two official languages.

(b) Municipalities must take into account the language usage and preferences of their residents.

(4) The national government and provincial governments, by legislative and other measures, must regulate and monitor their use of official languages. Without detracting from the provisions of subsection (2), all official languages must enjoy parity of esteem and must be treated equitably.

(5) A Pan South African Language Board established by national legislation must-

(a) promote, and create conditions for, the development and use of-

(i) all official languages;

(ii) the Khoi, Nama and San languages; and

(iii) sign language; and

(b) promote and ensure respect for-

(i) all languages commonly used by communities in South Africa, including

(ii) German, Greek, Gujarati, Hindi, Portuguese, Tamil, Telegu and Urdu; and Arabic, Hebrew, Sanskrit and other languages used for religious purposes in South Africa.

CHAPTER 2

BILL OF RIGHTS

7. Rights.-(1) *This Bill of Rights is a cornerstone of democracy in South Africa. It enshrines the rights of all people in our country and affirms the democratic values of human dignity, equality and freedom.*

(2) The state must respect, protect, promote and fulfil the rights in the Bill of Rights.

(3) The rights in the Bill of Rights are subject to the limitations contained or referred to in section 36, or elsewhere in the Bill.

8. Application.--(1) *The Bill of Rights applies to all law, and binds the legislature, the executive, the judiciary and all organs of state.*

(Issue No 32) 1245

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA-CONSTITUTIONAL LAW

Constitution of the Republic of South Africa Act,

SS. 8 - 12 No. 108 of 1996 **SS. 8 - 12**

(2) A provision of the Bill of Rights binds a natural or a juristic person if, and to the extent that, it is applicable, taking into account the nature of the right and the nature of any duty imposed by their right.

(3) When applying a provision of the Bill of Rights to a natural or juristic person in

(a) in order to give effect to a right in the Bill, must apply, or if necessary develop, the common law to the extent that legislation does not give effect to that right;

and

(b) may develop rules of the common law to limit the right, provided that the limitation is in accordance with section 36 (1).

terms of subsection (2), a court-

(4) A juristic person is entitled to the rights in the Bill of Rights to the extent required by the nature of their rights and the nature of that juristic person.

(3. Equality. (1) *Everyone is equal before the law and has the right to equal protection and benefit of the law.*

(2) Equality includes the full and equal enjoyment of all rights and freedoms. To promote the achievement of equality, legislative and other measures designed to protect or advance persons, or categories of persons, disadvantaged by unfair discrimination may be taken.

(3) The state may not unfairly discriminate directly or indirectly against anyone on one or more grounds, including race, gender, sex, pregnancy, marital status, ethnic or social origin, colour, sexual orientation, age, disability, religion, conscience, belief, culture, language and birth.

(...)

10. Human dignity.-*Everyone has inherent dignity and the right to have their dignity respected and protected.*

11. Life.-*Everyone has the right to life.*

12. Freedom and security of the person.-(1) *Everyone has the right to freedom and security of the person, which includes the right-*

(a) not to be deprived of freedom arbitrarily or without just cause;

(b) not to be detained without trial;

(c) to be free from all forms of violence from either public or private sources;

(d) not to be tortured in any way; and

(e) not to be treated or punished in a cruel, inhuman or degrading way.

(2) Everyone has the right to bodily and psychological integrity, which includes the right-

(a) to make decisions concerning reproduction;

(b) to security in and control over their body; and

** See Sch 6 item 23 (1)*

(Issue No 32) 1247

(...)

STATUTES OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA-CONSTITUTIONAL LAW

Constitution of the Republic of South Africa Act,

SS. 19 - 24 No. 108 of 1996 **SS. 19 - 24**

(b) to participate in the activities of, or recruit members for, a political party; and

(e) to campaign for a political party or cause.

(2) Every citizen has the right to free, fair and regular elections for any legislative body established in terms of the Constitution.

(3) Every adult citizen has the right-

(a) to vote in elections for any legislative body established in terms of the Constitution, and to do so in secret; and to stand for public office and, if elected, to hold office.

20. Citizenship. -No citizen may be deprived of citizenship.

21. Freedom of movement and residence. Everyone has the right to freedom of movement.

(3.) Everyone has the right to leave the Republic.

(3) Every citizen has the right to enter, to remain in and to reside anywhere in the Republic.

*(...)*²³⁰

ANEXO 34

CAPÍTULO III



231

²³⁰ Originalmente em: <http://www.info.gov.za/documents/constitution/1996/a108-96.pdf>.

²³¹ Originalmente em: http://ancarchives.org.za/wp-content/uploads/2012/06/DERIV-184_20-4-670x442.jpg.

ANEXO 35
CAPÍTULO III



232

ANEXO 36
CAPÍTULO III



233

²³² Originalmente em: [http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/article_pics/MK_1\[1\].jpg](http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/article_pics/MK_1[1].jpg).

²³³ Originalmente em : <http://www.awesomestories.com/images/user/1c27df40fa.jpg>.

ANEXO 37
CAPÍTULO III



234

ANEXO 38
CAPÍTULO III



235

²³⁴Originalmente em: http://cdn-lejdd.ladmedia.fr/var/lejdd/storage/images/media/images/international/afrique/liberation-nelson-mandela/1889749-1-fre-FR/liberation-Nelson-Mandela_pics_809.jpg.

²³⁵ Originalmente em: <http://cache.daylife.com/imageserve/01s80fC6TOdYr/613x.jpg>.

ANEXO 39
CAPÍTULO III



236

²³⁶ Originalmente em:

[http://www.thenewage.co.za/cms/gall_content/2013/5/2013_5\\$thumbimg110%20May%202013%20083929353gallery.jpg](http://www.thenewage.co.za/cms/gall_content/2013/5/2013_5$thumbimg110%20May%202013%20083929353gallery.jpg).

CURRICULUM VITAE



Europass Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s)

Morada(s)

Telefone(s)

Endereço(s) de correio electrónico

Nacionalidade

Data de nascimento

Sexo

Sousa Rocha Milton Alberto

Rua Guerra Junqueiro nº 6 9ºD, 2660-268 Loures Sto. António dos Cavaleiros (Portugal)

219880859

Telemóvel

965140762

miltonr242@gmail.com/milton_rch@yahoo.com

Portugal

30 Jul 86

Masculino



Experiência profissional

Datas

1 Jul 09 →

Função ou cargo ocupado

Operador de Loja

Principais actividades e responsabilidades

Caixa, reposição, arrumação. Absoluta polivalência

Nome e morada do empregador

Lidl & CIA- Lojas Alimentares
Rua Brasília, 2670-423 Loures (Portugal)

Tipo de empresa ou sector

Vendas, Comércio

Datas

28 Jul 08 - 27 Jan 09

Função ou cargo ocupado

Operador de Loja

Principais actividades e responsabilidades

Reposição, Caixa. Atendimento geral ao público

Nome e morada do empregador

Worten S.A
Av. Descobertas 90, Quinta do Infantado, 2670-457 Loures (Portugal)
Comércio por grosso e a retalho de electrodomésticos e equipamento electrónico

Tipo de empresa ou sector

Datas

4 Jul 05 - 20 Set 05

Função ou cargo ocupado

Operador de Loja

Principais actividades e responsabilidades

Caixa. Atendimento geral

Nome e morada do empregador

Feira Nova S.A
Rua Júlio Borba, 2620 Odivelas Póvoa de Sto Adrião (Portugal)

Tipo de empresa ou sector

Vendas, Comércio

Educação e formação

Datas

25 Set 04 - 30 Jun 09

Designação da qualificação atribuída
Principais disciplinas/competências profissionais
Nome e tipo da organização de ensino ou formação
Nível segundo a classificação nacional ou internacional

Datas
Designação da qualificação atribuída
Principais disciplinas/competências profissionais
Nome e tipo da organização de ensino ou formação

Aptidões e competências pessoais

Primeira língua

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação
Nível europeu (*)

Inglês

Francês

Espanhol / Castelhana

Crioulo Caboverdiano

Aptidões e competências sociais

Aptidões e competências de organização

Aptidões e competências técnicas

Aptidões e competências informáticas

Aptidões e competências artísticas

Outras aptidões e competências

Carta de condução

Informação adicional

Licenciatura em Estudos Portugueses e Lusófonos

Literatura e Cultura Portuguesas Contemporâneas ou dos secs. XIX, XVIII, XVII, XVI, XV.
História das ideias, História do Pensamento Social, Problemática da Cultura Portuguesa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Faculdade)
Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Campo Pequeno Lisboa (Portugal)

College degree

20 Set 01 - 21 Jun 04

Ensino Secundário

Português, História, Línguas

Escola Secundária José Cardoso Pires
Rua Vergílio Ferreira, 2660 Torres da Bela Vista- Sto. Ant. dos Cavaleiros (Portugal)

Português

Compreensão				Conversação				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
C1	Utilizador avançado	C2	Utilizador avançado	C1	Utilizador avançado	C1	Utilizador avançado	C2	Utilizador avançado
A2	Utilizador básico	C1	Utilizador avançado	A2	Utilizador básico	C1	Utilizador avançado	C1	Utilizador avançado
C1	Utilizador avançado	C1	Utilizador avançado	A1	Utilizador básico	A1	Utilizador básico	B2	Utilizador independente
C1	Utilizador avançado	B2	Utilizador independente	C1	Utilizador avançado	C1	Utilizador avançado	B2	Utilizador independente

(*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

Simpatia, Educação, Cordialidade, Amizade.

Arrumação espontânea, Pontualidade.

Capacidade de improviso e outras.

Conhecimento específico do Microsoft Office e certos programas de software.

Grande gosto pela escrita criativa, posto em prática através da redacção de poemas, contos curtos, pensamentos críticos, ensaios. Pintura no computador (Programa Paint).

Sentido de responsabilidade e obediência à hierarquia profissional.

B

Blog pessoal: frutosedacriatividade.blogspot.com